

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

BRENO RAFAEL MARTINS PARREIRA RODRIGUES REZENDE

EM TORNO DO DISPOSITIVO COMUNICACIONAL

Uma abordagem cognitivo-discursiva da enunciação
na página do Facebook *Quebrando o tabu*

Uberlândia – Minas Gerais
2022

BRENO RAFAEL MARTINS PARREIRA RODRIGUES REZENDE

EM TORNO DO DISPOSITIVO COMUNICACIONAL

Uma abordagem cognitivo-discursiva da enunciação
na página do Facebook *Quebrando o tabu*

Tese de doutorado, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, do Instituto de Letras e Linguística, da Universidade Federal de Uberlândia, como parte das exigências para a obtenção do título de doutor em Estudos Linguísticos.

Área de concentração: Linguística e Linguística Aplicada

Orientadora: Dr^a. Fernanda Mussalim Guimaraes Lemos Silveira

Uberlândia, 30 de setembro de 2022.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

R467e
2022 Rezende, Breno Rafael Martins Parreira Rodrigues, 1991-
 Em torno do dispositivo comunicacional [recurso eletrônico] : uma
 abordagem cognitivo-discursiva da enunciação na página do Facebook
 Quebrando o Tabu / Breno Rafael Martins Parreira Rodrigues Rezende. -
 2022.

 Orientadora: Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira.
 Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa
 de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos.

 Modo de acesso: Internet.

 Disponível em: <http://doi.org/10.14393/ufu.te.2022.5045>

 Inclui bibliografia.

 1. Linguística. I. Silveira, Fernanda Mussalim Guimarães Lemos,
 1966-, (Orient.). II. Universidade Federal de Uberlândia. Programa de
 Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. III. Título.

CDU: 801

André Carlos
Francisco
Bibliotecário – CRB-
6/3408



UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
 Av. João Naves de Ávila, nº 2121, Bloco 1G, Sala 1G256 - Bairro Santa Mônica, Uberlândia-MG, CEP 38400-902
 Telefone: (34) 3239-4102/4355 - www.ileel.ufu.br/ppgel - secppgel@ileel.ufu.br



ATA DE DEFESA - PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em:	Estudos Linguísticos				
Defesa de:	Tese de doutorado - PPGEL				
Data:	Trinta de setembro de dois mil e vinte e dois	Hora de início:	14:00	Hora de encerramento:	18:00
Matrícula do Discente:	11813ELI003				
Nome do Discente:	Breno Rafael Martins Parreira Rodrigues Rezende				
Título do Trabalho:	Em torno do dispositivo comunicacional: uma abordagem discursivo-cognitiva da enunciação na página do Facebook <i>Quebrando o tabu</i>				
Área de concentração:	Estudos em linguística e linguística aplicada				
Linha de pesquisa:	Linguagem, sujeito e discurso				
Projeto de Pesquisa de vinculação:	A cena de enunciação como lócus teórico-metodológico de abordagem da relação linguagem-cognição e como embreagem discursivo-cognitiva em interações				

Reuniu-se, por videoconferência, a Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, assim composta: Professores Doutores: [Lucas Martins Gama Khalil - \(UNIR\)](#); [Anna Flora Brunelli - \(UNESP\)](#); [Bruno de Souza Figueira - \(ESEBA\)](#); [Maria Aparecida Resende Ottoni - \(UFU\)](#); e [Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira - \(UFU\)](#), orientadora do candidato.

Iniciando os trabalhos a presidente da mesa, Dra. Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira, apresentou a Comissão Examinadora e o candidato, agradeceu a presença do público, e concedeu ao discente a palavra para a exposição do seu trabalho. A duração da apresentação do discente e o tempo de arguição e resposta foram conforme as normas do Programa.

A seguir o senhor presidente concedeu a palavra, pela ordem sucessivamente, aos examinadores, que passaram a arguir ao candidato. Ultimada a arguição, que se desenvolveu dentro dos termos regimentais, a Banca, em sessão secreta, atribuiu o resultado final, considerando o candidato:

Aprovado.

Esta defesa faz parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.

O competente diploma será expedido após cumprimento dos demais requisitos, conforme as normas do Programa, a legislação pertinente e a regulamentação interna da UFU.

Nada mais havendo a tratar foram encerrados os trabalhos. Foi lavrada a presente ata que após lida e achada conforme foi assinada pela Banca Examinadora.

Documento assinado eletronicamente por **Anna Flora Brunelli, Usuário Externo**, em 30/09/2022, às



17:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Lucas Martins Gama Khalil, Usuário Externo**, em 30/09/2022, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Sousa Figueira, Usuário Externo**, em 30/09/2022, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Mussalim Guimarães Lemos Silveira, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/09/2022, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida Resende Ottoni, Professor(a) do Magistério Superior**, em 30/09/2022, às 18:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://www.sei.ufu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3959745** e o código CRC **95F0770F**.

*À minha mãe, Lenice, por me dar condições de “mudar de perspectiva”;
Ao meu sobrinho, Rafael, por me dar esperança de “mudar perspectivas”; e
À minha avó, Maria Flora, pelo incentivo à “mudança de perspectiva” [e pela
saúde...].*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pelas oportunidades e pelas pessoas que coloca em meu caminho.

Agradeço à Capes – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pelo financiamento desta pesquisa, especialmente em um cenário político-econômico como o que está instaurado no Brasil, em que a ciência nacional tem sofrido, deliberadamente, cada vez mais cortes orçamentários.

Agradeço à Universidade Federal de Uberlândia, por oportunizar uma formação de excelência.

Agradeço ao Instituto de Letras e Linguística e ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, pelo apoio às ações de pesquisa, ensino e extensão que se desenvolvem na pós-graduação. Em especial aos professores e servidores com quem muito aprendi e a quem sou imensamente grato.

Agradeço aos professores que compuseram, desde o início desta tese, as bancas avaliadoras: Dr. Sírio Possenti, Dra^a. Ana Carolina Vilela-Ardenghi, Dr. Roberto Leiser Baronas, Dr. Lucas Martins Gama Khalil, Dra. Anna Flora Brunelli, Dr^a. Maria Aparecida Resende Ottoni, Dr. Bruno de Souza Figueira e Dr. Cleudemar Alves Fernandes. Obrigado pela leitura, disponibilidade e justiça.

Agradeço, com carinho especial, à Dr^a. Jauranice Rodrigues Cavalcanti que, durante minha graduação, me acolheu na pesquisa em torno do discurso e sempre se preocupou em acompanhar minha trajetória desde então.

Agradeço ao meu grupo de pesquisa, CED – Círculo de Estudos do Discurso, aos antigos e mais recentes membros, pela troca, pela generosidade e pela interlocução.

Agradeço à Dr^a. Fernanda Mussalim, que, mesmo diante de todas as minhas dificuldades, tem sempre uma forma de acalmar e de fazer refletir e progredir. Agradeço pelo zelo com meu trabalho e, principalmente, com minha formação como linguista: sem você eu provavelmente nunca teria me tornado o profissional que sou.

Agradeço à minha família, por entender minha distância e incentivar minhas conquistas. Por me acolher sempre, de maneira incondicional.

Agradeço aos meus amigos, dos quais, sob a ameaça dos esquecimentos, não citarei os nomes, mas que sabem o quão especial tornam meus dias e o quanto sua lealdade é para mim significado da nossa relação fraterna. Amo vocês.

Agradeço aos meus alunos, que me lembram, todos os dias, que a razão de realizar pesquisa é sempre investigar maneiras de aprimorar nossa sociedade.

Muito obrigado!

*As palavras são, na minha humilde
opinião, nossa inesgotável fonte de
magia. Capazes de formar grandes
sofrimentos e também de remediá-los.*
Albus Dumbledore (J.K. Rowling)

RESUMO

Nesta pesquisa de doutorado, que realizei no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos do Instituto de Letras e Linguística da Universidade Federal de Uberlândia, objetivei demonstrar a produtividade de se acrescentar uma dimensão cognitiva à análise discursiva. Para tanto, analisei um *corpus*, constituído de publicações e comentários, coletado em uma página da rede social Facebook: a *Quebrando o tabu*. Pude verificar que a enunciação na página é disparada e gerenciada por um dispositivo comunicacional de múltiplas dimensões, constituído pelo sistema de hipergenericidade e pelo mídiu, cada uma operando simultaneamente sobre ela com diferentes coerções, de modo a, respectivamente, instituir e manter a identidade semântica da página e a licenciar manifestações verbais violentas nas interações que nela/por meio dela ocorrem. Além disso, procedi a uma releitura, à luz da abordagem da Cognição Distribuída (HUTCHINS, 1995a; 1995b; 2002), da noção de dispositivo comunicacional, tomando-a como uma ferramenta de natureza cognitivo-discursiva (NORMAN, 1991; PAVEAU, 2013; MUSSALIM, 2018b) e participe de um sistema cognitivo-distribuído em que vários *inputs* (o funcionamento do dispositivo comunicacional e a interação entre sujeitos) contribuem para a manifestação de um mesmo *output*: a instauração de bate-bocas, que promovem e mantêm uma cenografia de “fórum de discussão”, que imprime identidade à página de *Quebrando o tabu* no Facebook. Além disso, considerando o conceito de pré-discurso (PAVEAU, 2013), analisei esses bate-bocas, instaurados por meio dos comentários recebidos pela página, que tematizavam a questão sobre “o que é família”, demonstrando que eles são alimentados por enquadres sociocognitivos distintos. A conclusão dessa análise apontou que o que se debate nos bate-bocas decorre do movimento de estabilização/desestabilização de um pré-discurso que, ao longo do tempo, conquistou hegemonia em torno da questão, construindo a visão de mundo de que “família” é uma instituição constituída por homens e mulheres cis gênero e seus filhos, o que é colocado em xeque por outro enquadre que alimenta a produção discursiva na página, segundo o qual “família é diversidade”. Como conclusão, pude sustentar que a releitura a que procedi em torno da noção de dispositivo comunicacional, considerando-o como uma ferramenta de natureza cognitivo-discursiva, produz ganho teórico-metodológico-analítico, uma vez que, para além de permitir compreender questões ligadas à enunciação, também lança luzes sobre questões culturais relevantes, dentre elas, como se produzem e propagam enquadres sociocognitivos, que, em última instância, por serem produtos da cultura (de quadros coletivos de saberes, valores, crenças e práticas), tornam possível compreender o funcionamento do que, nesta tese, nos referimos como dispositivos culturais.

Palavras-chave: Discurso; Cognição; Dispositivo comunicacional; Facebook.

ABSTRACT

In this doctoral research, which I carried out in the Postgraduate Program in Linguistic Studies at the Institute of Letters and Linguistics at the Federal University of Uberlândia, I aimed to demonstrate the productivity of adding a cognitive dimension to discursive analysis. To do so, I analyzed a *corpus*, consisting of publications and comments, collected on a page of the social network Facebook: *Quebrando o tabu*. I was able to verify that the enunciation on the page is triggered and managed by a communicational device on multiple dimensions, constituted by the hypergenericity system and médium, each one operating simultaneously on it with different constraints, in order to, respectively, establish and maintain the semantic identity of the page and to license violent verbal manifestations in the interactions that occur in it. In addition, I reread, in the light of the Distributed Cognition approach (HUTCHINS, 1995a, 1995b, 2002), the notion of communicational device, taking it as a tool of a cognitive-discursive nature (NORMAN, 1991; PAVEAU, 2013). ; MUSSALIM, 2018b) and participates in a cognitive-distributed system in which various inputs (the functioning of the communication device and the interaction between subjects) contribute to the manifestation of the same output: the establishment of discussions, which promote and maintain a scenography of a “discussion forum”, which gives identity to the *Quebrando o Tabu* page on Facebook. Additionally, considering the concept of pre-discourse (PAVEAU, 2013), I analyzed these 'arguments', established through the comments received by the page, which thematized the question of “what is family”, demonstrating that they are fed by distinct sociocognitive frames. The conclusion of this analysis pointed out that what is debated in the argument stems from the stabilization/destabilization movement of a pre-discourse that, over time, conquered hegemony around the issue, building the worldview that “family” it is an institution made up of cis-gender men and women and their children, which is challenged by another frame that feeds the discursive production on the page, according to which “family is diversity”. As a conclusion, I was able to sustain that the re-reading I proceeded with the notion of communicational device, considering it as a tool of a cognitive-discursive nature, produces theoretical-methodological-analytical gain, since, in addition to allowing us to understand issues related to enunciation, it also sheds light on relevant cultural issues, among them, how socio-cognitive frameworks are produced and propagated, which, ultimately, because they are products of culture (of collective frameworks of knowledge, values, beliefs and practices), make it possible to understand the functioning of what, in this thesis, we refer to as cultural devices.

Keywords: Discourse; Cognition; Communicational device; Facebook.

RESUMEN

En esta investigación de doctorado, que realicé en el Programa de Posgrado en Estudios Lingüísticos del Instituto de Letras y Lingüística de la Universidad Federal de Uberlândia, busqué demostrar la productividad de agregar una dimensión cognitiva al análisis discursivo. Para eso, analicé un *corpus*, formado por publicaciones y comentarios, recogido en una página de la red social Facebook: Quebrando o tabu. Pude comprobar que la enunciación en la página es desencadenada y gestionada por un dispositivo comunicacional de múltiples dimensiones, constituido por el sistema de hipergenericidad y el medium, cada uno operando simultáneamente sobre ella con diferentes condicionantes, para, respectivamente, establecer y mantener la identidad semántica de la página y permitir manifestaciones verbales violentas en las interacciones que se produzcan en ella/a través de ella. Además, releo, a la luz del enfoque de la Cognición Distribuida (HUTCHINS, 1995a; 1995b; 2002), la noción de dispositivo comunicacional, tomándolo como una herramienta de carácter cognitivo-discursivo (NORMAN, 1991; PAVEAU, 2013; MUSSALIM, 2018b) y participante de un sistema cognitivo-distribuido en el que diversas entradas (el funcionamiento del dispositivo comunicacional y la interacción entre sujetos) contribuyen a la manifestación de una misma salida: el establecimiento de discusiones, que promueven y mantienen una escenografía de un “foro de discusión”, que asigna la identidad a la página Quebrando o tabu en Facebook. Además, considerando el concepto de pre-discurso (PAVEAU, 2013), analicé estas discusiones, establecidas a través de los comentarios recibidos por la página, que tematizaron la pregunta “qué es la familia”, demostrando que se alimentan de encuadres sociocognitivos distintos. La conclusión de este análisis apuntó que lo que se debate en las discusiones se deriva del movimiento de estabilización/desestabilización de un pre-discurso que, con el tiempo, conquistó la hegemonía en torno al tema, construyendo la cosmovisión de que la “familia” es una institución conformada de hombres y mujeres cisgénero y sus hijos, lo cual es cuestionado por otro encuadre que alimenta la producción discursiva en la página, según el cual “familia es diversidad”. Como conclusión, pude sostener que la relectura que realicé en torno a la noción de dispositivo comunicacional, considerándolo como una herramienta de carácter cognitivo-discursivo, produce una ganancia teórico-metodológica-analítica, ya que, además de permitirnos comprender cuestiones relacionadas con la enunciación, también arroja luz sobre cuestiones culturales relevantes, entre ellas, cómo se producen y propagan los encuadres sociocognitivos que, en última instancia, por ser productos de la cultura (de cuadros colectivos de saberes, valores, creencias y prácticas), permiten comprender el funcionamiento de lo que en esta tesis llamamos dispositivos culturales.

Palabras clave: Discurso; Cognición; Dispositivo de comunicación; Facebook.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Dispositivo comunicacional da enunciação de “Quebrando o tabu”.....	75
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Indícios de violência verbal nos comentários de “Quebrando o tabu”	66
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PALAVRAS INICIAIS	15
BREVES APONTAMENTOS ACERCA DA REDE SOCIAL <i>FACEBOOK</i>	19
FACEBOOK: REDE SOCIAL OU FERRAMENTA DE MANIPULAÇÃO COMPORTAMENTAL?	21
ANÁLISE DO DISCURSO E <i>FACEBOOK</i>	25
CAPÍTULO I	28
1. O PREÂMBULO DE UMA RELEITURA	28
2. DISCURSO E COGNIÇÃO: UMA COOPERAÇÃO DISCIPLINAR POSSÍVEL?	29
2.1. “Processos cognitivos não estão (todos) na cabeça!”.....	34
2.1.1. <i>A questão dos artefatos cognitivos</i>	38
3. O “DISPOSITIVO” EM AD.....	41
3.1. <i>Do hipergênero ao sistema de hipergenericidade</i>	43
3.2. <i>O mídiu se impõe</i>	48
4. ENTRE O DISPOSITIVO E A COGNIÇÃO DISTRIBUÍDA: UMA “APARELHAGEM” PARA O DISCURSO 54	
5. UMA ANÁLISE: O “ARTEFATO” PELA VISÃO DO “USUÁRIO” E PELA VISÃO DO SISTEMA.....	56
CAPÍTULO II	78
1. INTRODUÇÃO	78
2. PRÉ-DISCURSOS: O ANTERIOR E O COLETIVO.....	79
2.1. <i>Os pré-discursos</i>	83
3. AS ESPECIFICIDADES DO COMENTÁRIO <i>ONLINE</i>	88
4. DO PRÉ-DISCURSO AO BATE-BOCA EM COMENTÁRIOS DE <i>QUEBRANDO O TABU</i>	93
CONCLUSÃO	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	111

INTRODUÇÃO

Palavras iniciais

Como poderá ser possível constatar nesta tese de doutorado, ao longo de minha formação na área dos Estudos Linguísticos, mais precisamente na área da Análise do Discurso francesa, a AD, tenho me ocupado, em diferentes trabalhos (cf. REZENDE, 2016; 2017; 2019), da análise de aspectos do funcionamento enunciativo/discursivo da rede social Facebook. Também, nesta pesquisa, intitulada *Em torno do dispositivo comunicacional: uma abordagem cognitivo-discursiva da enunciação na página do Facebook Quebrando o tabu*, proponho análises voltadas para a explicação do funcionamento discursivo da rede social Facebook.

Nesta tese, especificamente, assumo como **objetivo principal** demonstrar a produtividade de se acrescentar uma dimensão cognitiva à análise discursiva e, em função desse objetivo, os seguintes **objetivos específicos**: i) reler a noção de dispositivo comunicacional à luz da abordagem da cognição distribuída, ou seja, explicar como ele se faz partícipe de um sistema de distribuição de informações na interação social; ii) analisar o dispositivo comunicacional como uma ferramenta cognitivo-discursiva que integra duas dimensões (sistema de hipergenericidade e mídiun); iii) analisar, a partir de comentários recebidos por *Quebrando o tabu*, em suas postagens no Facebook, a presença de distintos pré-discursos em função dos quais se constituem bate-bocas que acabam por dar visibilidade a um processo de estabilização/desestabilização de enquadres culturais; e, iv) demonstrar que os pré-discursos podem ser considerados como a “prova real” de que o dispositivo comunicacional, em interações que envolvem linguagem, funciona como uma ferramenta cognitivo-discursiva.

É importante destacar que esses objetivos foram motivados pela principal hipótese da pesquisa: a de que, quando se acrescenta uma dimensão cognitiva à análise discursiva, permite-se explicar o funcionamento não apenas dos dispositivos comunicacionais, mas também de dispositivos culturais, uma vez que a cognição implica a consideração de enquadres que são, em última instância, sempre culturais.

Para sustentar essa hipótese, organizei esta tese de doutorado em dois capítulos. No primeiro deles, apresento, à luz da abordagem da cognição distribuída (HUTCHINS, 1995a; 1995b; 2000), uma releitura da noção de artefato cognitivo (NORMAN, 1991; PAVEAU, 2013), na busca por incluir no rol das ferramentas cognitivo-discursivas o

dispositivo comunicacional (MAINGUENEAU, 2006; 2010; 2013). Considerando, pois, o dispositivo comunicacional como uma ferramenta de natureza cognitivo-discursiva, empreendo uma análise em que sustento como ele e a interação entre sujeitos configuram-se, em um sistema distribuído, como *inputs* de um mesmo *output*: a instituição de bate-bocas, integrantes de uma cenografia de “fórum de discussão”, que imprime identidade à página *Quebrando o tabu* na rede social Facebook.

No segundo capítulo, considerando que o conceito de pré-discurso (PAVEAU, 2013) também possui uma natureza cognitivo-discursiva, empreendo uma análise que atua como a “prova real” de que o dispositivo é partícipe de um sistema de cognição distribuída e, portanto, pode ser melhor investigado, quando considerado segundo sua natureza cognitivo-discursiva (MUSSALIM, 2018b), na análise de interações que envolvam linguagem. Nessa análise, em específico, pude demonstrar que o conceito de pré-discurso é produtivo quando testado em dados de linguagem que sofrem coerções socio-históricas menos rígidas, isto é, em textos que sofrem uma menor “escala de controle”, como os comentários da rede social Facebook. Além disso, pude, também, evidenciar que o que está em jogo nos comentários que atuam como bate-bocas é a estabilidade/instabilidade de pré-discursos que conquistaram perenidade na cultura da sociedade.

Em relação à metodologia de pesquisa, alinhio-me, primeiramente, à posição de Paveau (2013), que entende o *corpus* como um recorte que divide grupos sociais que partilham quadros pré-discursivos coletivos. Na análise que apresentarei, é possível considerar, com base nesse parâmetro, que os enunciadores que se inscrevem em bate-bocas na rede social Facebook partilham conhecimentos, práticas, valores e saberes, o que, pelo menos *a priori*, me permite reparti-los em dois grupos distintos: um cujo discurso é alimentado por um pré-discurso mais hegemônico em torno da temática “família” (que será abordada pelos dados que compõem o *corpus* de análise) e outro que põe em xeque essa hegemonia.

Outro ponto de vista metodológico ao qual me alinhio é o de Maingueneau (2008b). Segundo esse autor, a análise discursiva deve ser conduzida a partir de hipóteses construídas com base em um conjunto de textos e em suas condições de produção, podendo tais hipóteses virem a ser confirmadas ou infirmadas com a análise dos dados. Sendo assim, ele defende a posição radical do imbricamento entre texto e contexto: os dados são analisados conforme hipóteses constituídas no fio da história.

Nos comentários recebidos por *Quebrando o tabu*, faz-se circular opiniões sobre temas controversos, como “o que é família”, por exemplo, recorte temático considerado nos dois capítulos da tese, em torno do qual é possível perceber um bate-boca que coloca em cena opiniões distintas. Cabe, ainda, esclarecer que o bate-boca configura um processo em que, de um lado, tenta-se desestabilizar um quadro pré-discursivo bastante estável na nossa cultura e, de outro, busca-se a manutenção de sua estabilidade. A análise do *corpus* desta tese permitirá dar visibilidade a esse processo.

Desse modo, destaco, por fim, o que estou tomando como *corpus* a ser analisado: publicações e comentários, postadas e recebidos, respectivamente, por *Quebrando o tabu* no Facebook. Especificamente, apresento dados de três publicações da página: uma de 2016, outra de 2019 e a última de 2020 – todas tematizando a mesma questão em torno do “que é família”. Todas essas publicações receberam milhares de comentários de usuários do Facebook, configurados como uma troca de turnos conversacionais que tenho chamado de bate-boca. Alguns exemplares desse bate-boca, instituído nas três publicações consideradas, foram analisados para a testagem da hipótese levantada nesta tese. É importante salientar que as publicações e, por correlação, os comentários selecionados para a análise de dados foram eleitos em função de o tema abordado pelas publicações ser bastante recorrente no conjunto da página – e um indício disso é a periodicidade (2016, 2019 e 2022) em que foi abordado. Além disso, conforme hipótese que fui levantando à medida em que observava o Facebook de *Quebrando o tabu*, o tema “família”, dentre todos aqueles que a página aborda, gera bastante controvérsia, o que me permitiu tomá-los (os comentários) como bons exemplares dos bate-bocas que analisei.

Realizar um trabalho como esse parece-me bastante relevante. Em primeiro lugar, porque, conforme afirma Paveau (2021), os trabalhos que tomam como objeto de descrição e análise o discurso digital, apesar de terem começado a entrar na agenda da AD, ainda não são tão numerosos quando comparados a outros tipos de fenômeno que mais constantemente são abordados pelas pesquisas da disciplina. Em segundo lugar, porque a internet e a rede social (em coextensão a ela), apresentam-se como um rico espaço de coleta de dados, em função da modernização das práticas sociais que foram levadas para o universo *online*.

Ainda no que diz respeito à justificativa para se realizar esta pesquisa, gostaria de me deter sobre a complexidade que comumente recai sobre pesquisas que se desenvolvem em um espaço interdisciplinar. Como afirmou Paveau (2013), realizar cooperações disciplinares, em função da acentuada diversidade de *corpora* investigativos que se

impõem às pesquisas em AD, parece ser imperativo a depender do objeto que se assume. Isso, por si só, poderia indiciar os motivos pelos quais fui levado a investir em uma cooperação entre AD e Cognição Distribuída – aos moldes do que realizou a própria Paveau (2013) e Mussalim (2020) – e a mobilizar um conceito de natureza discursivo-cognitiva, como o de pré-discurso (PAVEAU, 2013).

Todavia, a justificativa para esse tipo de interdisciplinaridade que assumi tem fundamento na natureza dos deslocamentos que realizei ao longo desta tese. Diferentemente de Paveau (2013), que mobilizou a Cognição Distribuída como uma abordagem coesa a seu projeto dos pré-discursos, em função da partilha e coletividade que seu primado de intersubjetividade exige, procurei investir, como poderá ser possível perceber ao longo do trabalho, em uma releitura de uma categoria discursiva já existente: o dispositivo comunicacional (MAINGUENEAU, 2006, 2008a, 2013). Nessa releitura, o dispositivo comunicacional passa também a ser considerado como uma ferramenta cognitivo-discursiva, pressuposta em um sistema de cognição distribuída em função do qual vários *inputs* atuam para a manifestação de um mesmo *output* em interações que envolvam linguagem.

Embora o trabalho que empreendi se aproxime ainda mais da pesquisa de Mussalim (2020), também proponho questões distintas daquelas propostas pela autora. Mussalim parte da cognição distribuída para analisar a configuração de um sistema cognitivo-distribuído que inclui o dispositivo comunicacional como ferramenta cognitiva em interações que envolvam linguagem. De minha parte, o que proponho é que o dispositivo comunicacional, também em interações que envolvam linguagem, seja tomado como uma “aparelhagem” discursiva de múltiplas dimensões que atua sobre a configuração de enquadres sociocognitivos, bem como sobre a partilha deles por uma coletividade. Por isso, o dispositivo comunicacional, em minha pesquisa, é considerado como uma ferramenta cognitivo-discursiva, na medida em que impõe coerções sócio-históricas e, ao mesmo tempo, a partilha de enquadres sociocognitivos que, em última medida, são sempre culturais e delimitam o modo como o sujeito concebe o mundo, permitindo, pois, tomar o dispositivo comunicacional também, ao menos em certo sentido, como dispositivo cultural. Em outras palavras, a via em que Mussalim (2020) investiu foi a da Cognição Distribuída para o dispositivo comunicacional, e a que proponho é a do dispositivo comunicacional para a Cognição Distribuída.

Realizar um deslocamento como esse é laborioso. Exige um tipo de compreensão não apenas do funcionamento da linguagem, mas também de processos culturais que se

impõem à configuração dos discursos e dos modos pelos quais os sujeitos, em uma determinada conjuntura e sociedade, constroem sua visão de mundo. Trata-se de um tipo de abordagem ainda pouco estudado em AD e, por isso, exige investimento em princípios que promovam a consolidação de processos e procedimentos analíticos novos instaurados pela pesquisa, bem como em determinado tipo de dado, capaz de demonstrar a viabilidade das hipóteses assumidas. Com base nessa perspectiva é que retomo uma discussão de Sírío Possenti (2009b) a respeito do dado *dado* e do dado **dado**.

Conforme o autor, o dado *dado* é herdado, funciona como indício de um pressuposto teórico. O dado **dado**, por sua vez, é aquele caracterizado como “dado bom”, que ajuda a resolver problemas da teoria e fazê-la se desenvolver. Como poderá ser possível constatar nas análises realizadas nesta tese, os dados considerados apontam para a desestabilização de um enquadre sociocognitivo hegemônico em torno da questão sobre “o que é família”. Nesse sentido, impõem-se como dado *dado*, uma vez que permitem testar pressupostos tanto da teoria do discurso, quanto da Cognição Distribuída, ao, por exemplo, fomentar análises em torno das coerções discursivas nas interações (via página do Facebook de *Quebrando o tabu*), bem como em torno do modo pelo qual enquadres sociocognitivos que alimentam essas interações são partilhados coletivamente em um sistema cognitivo-distribuído. Por sua vez, esses mesmos dados atuam também como “dado bom”, isto é, como dado **dado**, já que exemplificam o modo pelo qual se produz interface entre a teoria da AD e a abordagem da Cognição Distribuída, fazendo com que, pelo menos no que se refere a esse tipo de interface, a teoria caminhe.

A seguir, antes de iniciar os capítulos que efetivamente dão corpo à tese, apresentarei um pouco a respeito da história do Facebook, bem como elementos que elaboram certas condições de produção dos discursos que são gestados e postos a circular nessa rede social, além de apresentar algumas pesquisas que indiciam um “estado da arte” no que diz respeito a investigações que assumiram dados do Facebook como objeto de análise.

Breves apontamentos acerca da rede social *Facebook*

Em *O efeito Facebook: os bastidores da empresa que está conectando o mundo*, David Kirkpatrick (2011), entre outras coisas, narra a história por trás da criação do Facebook. A empresa nasceu dos esforços de alguns estudantes de Harvard – prestigiada

universidade norte-americana – liderados por Mark Zuckerberg, principal idealizador do projeto.

Conforme afirma Kirkpatrick, o Facebook é resultado de outros projetos com os quais Zuckerberg se envolveu, ora como idealizador, ora como colaborador. Especificamente, o Facebook nasceu da experiência que seu inventor teve em três precedentes projetos de computação: o Course Match, o Facemash e o Friendster. O primeiro deles, o Course Match, era um *software* que Zuckerberg desenvolveu para que alunos de Harvard pudessem investigar quem havia se matriculado em uma determinada disciplina para que, em função de uma suposta afinidade com os possíveis colegas de classe, um aluno pudesse se inscrever nesse mesmo curso. O Facemash, o primeiro dos controversos *softwares* que Zuckerberg criou, elencava pares de fotos dos estudantes de Harvard para que seus usuários elegessem, de par em par, quais eram os alunos mais atraentes do *campus*. Entretanto, as fotos obtidas para o site, tiradas para a identificação dos calouros em sua chegada à universidade, eram provenientes dos chamados “facebook”, arquivos mantidos nos dormitórios do *campus* com imagens e informações dos estudantes. De acordo com Kirkpatrick, essas informações eram sigilosas e foram obtidas por Zuckerberg de maneira ilegal, com a ajuda de alguns colegas que com ele dividiam apartamento no dormitório da Kirkland House em Harvard. O Facemash recebeu diversas críticas, apesar de uma expressiva adesão entre os alunos, e foi retirado do ar pela diretoria da universidade. O terceiro projeto que influenciou a concepção do Facebook foi o Friendster, *software* que permitia que pessoas criassem perfis de si mesmos e os relacionassem aos perfis de seus “amigos”, em busca de criar contato entre pessoas que queriam namorar – neste último, Zuckerberg atuou como colaborador.

Decorrente da experiência que Zuckerberg acumulou desses projetos e de outros projetos menores, segundo Kirkpatrick, em 2004 nasceu o The Facebook. Nesse primeiro momento, essa rede social admitia usuários que possuíssem um endereço de e-mail de Harvard. Tornou-se uma febre entre os estudantes. Logo, os limites do The Facebook foram sendo expandidos e alunos de outras universidades da Ivy League¹ dos EUA puderam criar seus perfis nele. Ainda de acordo com Kirkpatrick, o fato de os próprios usuários inserirem informações de si mesmos foi o que possibilitou que Zuckerberg não mais tivesse problemas judiciais em relação ao seu projeto (diferentemente do que

¹ Associação esportiva de oito prestigiadas universidades privadas estadunidenses: Brown, Columbia, Cornell, Dartmouth, Harvard, Princeton, Universidade da Pensilvânia e Yale. Disponível em: <encurtador.com.br/oEKOS>. Acesso em: 04/02/2020.

ocorrera com o Facemash), que muito brevemente seria reconhecido como um fenômeno do mundo da computação e também das relações sociais.

Além disso, conforme ia ganhando mais usuários, essa rede social começou a vender “espaço” para que empresas, especialmente aquelas voltadas para o público universitário, pudessem anunciar seus produtos. Logo, o brasileiro Eduardo Saverin, um dos primeiros investidores de Zuckerberg e até então gerente do site, formalizou o The Facebook como empresa. Não demorou muito, conforme Kirkpatrick explica, para que se comesçassem os investimentos nessa rede social – investimentos que se mostraram muito rentáveis em função do alcance do The Facebook que, em menos de quatro meses, já obtinha mais de 100 mil usuários.

Pouco tempo depois, o The Facebook deixara de ser restrito aos estudantes das universidades da Ivy League dos Estados Unidos e foi ganhando o mundo, tendo registrado usuários de todas as partes do globo com acesso à internet em sua plataforma. Os investimentos não cessaram, e a capacidade de se compartilhar diferentes tipos de dados nessa rede social – entre textos e imagens – fomentava ainda mais seu alcance comercial e seu alto ganho financeiro. Em 2005, o domínio facebook.com foi comprado pela empresa de Zuckerberg e marcou a retirada do artigo inglês *the* do nome da rede social. Em 2018, o Facebook já contava com 2,2 bilhões de usuários mensais² e era reconhecido como a empresa mais valiosa dos Estados Unidos, sendo avaliada em 510,2 bilhões de dólares³.

Facebook: rede social ou ferramenta de manipulação comportamental?

Ainda conforme Kirkpatrick (2011), essa rede social criou um “efeito Facebook”, que ocorre quando se coloca em contato pessoas que têm interesses em comum, o que se dá em pequena ou grande escala. Nas palavras do autor:

As ideias no Facebook têm a capacidade de se espalhar pelos grupos e fazer com que um grande número de pessoas tome conhecimento de algo quase simultaneamente, propagando-se de uma pessoa para outra e para muitas com uma facilidade rara – como um vírus, ou meme. Você pode enviar mensagens para outras pessoas mesmo que não esteja explicitamente tentando fazer isso (KIRKPATRICK, 2011, p. 13).

² Conforme reportagem da *Folha Uol Tec*. Disponível em: <encurtador.com.br/kmsA5>. Acesso em: 18/11/2018.

³ Conforme reportagem do portal de notícias *GI*. Disponível em: <encurtador.com.br/xHN05>. Acesso em: 18/11/2018.

A capacidade do Facebook de “espalhar uma ideia” parece condicionar o que estudiosos da computação chamam de “engajamento”. Jaron Lanier (2018), cientista da computação do Vale do Silício⁴ nos Estados Unidos, afirma que esse “engajamento”, ou seja, a adesão dos usuários aos conteúdos da rede social, é possível porque ela opera com uma linguagem algorítmica, que impõe os dados que as pessoas acessam na rede conforme uma espécie de “mapa” criado com base em suas preferências, aferidas em função dos acessos que os usuários fazem à internet. Trata-se de uma linguagem tecnológica que consegue prever as chances de um usuário agir de uma determinada maneira, a Bummer: *User Modified, and Made into an Empire for Rent* (Comportamentos de Usuários Modificados e Transformados em um Império para Alugar).

Em seu *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*, Marie-Anne Paveau (2021) produz uma importante descrição do funcionamento do algoritmo e o relaciona à problemática da Linguística, especialmente da Análise do Discurso Digital. Conforme sua definição, os algoritmos atuam como sequências de instruções que atuam para a solução de problemas, permitindo, na internet, procurar, acessar, hierarquizar, classificar, dentre outras ações, informações específicas. Conforme percebeu, os algoritmos são evidentemente criados por seres humanos, pesquisadores capacitados a elaborar sequências lógicas de instruções tecnodigitais, dentre os quais destacam-se os profissionais de informática, os codificadores, os programadores, entre outros. Todavia, conforme avaliação da autora, apesar da existência dessa tecnologia ser fruto de esforços do homem, que cria esses controladores, de algum modo eles passam a nos controlar ou, em outras palavras, controlar o tipo de experiência que se tem no mundo digital.

Relacionando a questão à problemática da linguagem, Paveau observa que esse controle é realizado pelo fato de os algoritmos terem a capacidade de calcular os rastros das atividades *online* dos usuários⁵, podendo, pois, prever ações futuras, como o que se acessa, o tipo de publicação e reação a publicações que se realiza. Ainda de acordo com a autora, dentre os rastros disponíveis para o cálculo algorítmico, as produções linguageiras encontram-se em primeiro plano. Em suas palavras:

⁴ As grandes empresas de *softwares* como *Google, Instagram, Twitter, Amazon*, o próprio *Facebook*, entre outras têm sede no Vale do Silício.

⁵ Ressalto que, nesta tese de doutorado, o termo “usuário” é relativo ao uso de ferramentas digitais. Não se confunde, nesse sentido, com a categoria analítica de sujeito, instância ligada às práticas discursivas que lhe permitem a existência.

No plano linguístico, os algoritmos podem ser considerados operadores de coerção discursiva e de instrução semântica, que, como os pré-discursos, não têm existência linguageira, mas são ativados no nível da produção linguageira a partir de processos infra linguísticos tácitos, os cálculos (PAVEAU, 2021, p. 40).

Nesse sentido, conforme comenta, o algoritmo não se configura como um objeto ou noção diretamente ligado à abordagem linguística, assim como os *frames*, os quadros prévios ou representações, mas devem ser integrados à reflexão linguística no que diz respeito aos discursos nativos da internet, pois funcionam como um sistema de regras invisíveis de restrições discursivas *online*.

Partindo da definição de Cardon (2015, apud PAVEAU, 2021), a autora tipifica os algoritmos em quatro classificações, conforme metáforas espaciais de sua ocupação na web. Dentre as classificações, encontram-se os algoritmos *ao lado* da web, *acima* da web, *na* web e *abaixo* da web.

Os algoritmos *ao lado* da web, afirma Paveau, medem, a partir de um princípio de popularidade, o número de cliques que dada informação digital recebe, medindo, pois, sua audiência. Não se trata, para a autora, de um elemento de natureza linguística. Os algoritmos *acima* da web, aferem, por meio de links hipertextuais, a hierarquia da autoridade dos sites, o que está diretamente ligado à Análise do Discurso Digital, por se tratar de dados que, conforme a autora, são de natureza linguística. Por sua vez, os algoritmos *na* web calculam a reputação de uma determinada identidade digital, em função do número de seguidores ou do número de vezes que uma publicação foi compartilhada, por exemplo. Para Paveau, esse tipo de algoritmo diz respeito à Análise do Discurso Digital apenas de forma indireta. Por fim, a pesquisadora descreve os algoritmos *abaixo* da web, responsáveis por calcular os rastros capazes de influenciar o comportamento de internautas segundo o princípio da predição, em função de dados majoritariamente linguageiros e escritos, decorrente dos quais a Análise do Discurso Digital está diretamente envolvida.

Com relação a essa última classificação, dos algoritmos abaixo da web e no que diz respeito aos objetivos desta tese, avalio que uma descrição como essa se faz relevante, na medida em que permite caracterizar o jogo que se estabelece entre a face tecnológica implicada pelos discursos na web e a linguagem. Há, antes mesmo de a enunciação ser posta em curso, um tipo de movimento que conflui para que certas interações, como os bate-bocas que se instauram na página de *Quebrando o tabu* no Facebook, sejam postas em curso. Além disso, também me parece razoável afirmar que desse último tipo de

algoritmo, descrito por Paveau (2021), é que decorre a “manipulação digital” denunciada por Lanier (2018).

De acordo com esse autor, as redes sociais funcionam como uma ferramenta de mudança comportamental. A argumentação do autor retoma a problemática behaviorista de Skinner, segundo a qual seria possível alterar o comportamento dos animais e, por correlação, dos seres humanos, por meio de estímulos e respostas. Para Lanier, é justamente isso que a rede social fabrica: um usuário constantemente recebe *feedbacks* positivos e negativos sobre o que põe a circular, e isso condiciona sua experiência na rede social.

O autor explica que essa manipulação é fabricada para se gerar maior engajamento dos usuários. Para tanto, enquanto ferramenta de manipulação, a rede social opera com as emoções humanas, o que culmina no vício do uso das redes sociais. Conforme Lanier denuncia, esse engajamento é proveniente da validação social que as redes sociais, como o Facebook, impõem aos usuários. Segundo esse cientista computacional, quando uma pessoa recebe um *feedback* positivo em uma dada publicação, por exemplo, é como se uma pequena dose de dopamina⁶ fosse administrada no cérebro, o que a impele a tentar repetir o feito, gerando-se, pois, o propagado engajamento.

Entretanto, para Lanier, há um sentido escuso nesse modo de funcionamento da rede social conforme a tecnologia Bummer: as emoções negativas são ainda mais amplificadas que as positivas. Para ele, esse efeito se baseia muito no modo vigente de produção de lucro, tendo em vista que a necessidade de se criar “engajamento” a todo custo nas redes sociais tem relação direta com os clientes das empresas das mídias sociais, que não mais cumprem o papel de anunciantes e passam a ser considerados como “manipuladores”. Conforme o autor assevera:

A relativa facilidade de usar emoções negativas para fins como o vício e a manipulação faz com que resultados indignos também sejam relativamente fáceis de alcançar. No fim das contas, uma combinação infeliz de biologia e matemática favorece a degradação do mundo humano. Unidades de guerra de informação influenciam eleições, grupos de ódio recrutam e nihilistas obtêm um incrível retorno de investimento quando tentam derrubar a sociedade. A natureza não planejada da transformação da propaganda em modificação de comportamento direta causou uma amplificação explosiva da negatividade em assuntos humanos. Retornaremos muitas vezes à maior potência das emoções negativas na mudança comportamental à medida que explorarmos os efeitos pessoais, políticos, econômicos, sociais e culturais de plataformas como o Facebook (LANIER, 2018, p. 33).

⁶ Neurotransmissor que age sobre a sensação do prazer e é constantemente relacionado à mudança comportamental (LANIER, 2018).

Do ponto de vista discursivo, esse efeito do Facebook, de tentar criar engajamento explorando a face negativa das emoções humanas, parece, pois, poder ser descrito como parte das condições de produção dos enunciados que circulam nessa rede social, especialmente quando se analisam comentários postados em publicações de páginas que abordem assuntos controversos, como a *Quebrando o tabu*, que, conforme já explicitado, foi selecionada para a coleta de dados desta pesquisa. Desse modo, tenho também assumido como hipótese que a violência verbal, que considero como caracterizadora do tom dos comentários que busquei analisar, é própria do funcionamento discursivo da rede social Facebook, que busca explorar a face negativa das emoções humanas como forma de criar mais engajamento e proporcionar mais lucro às empresas anunciantes em sites de relacionamento ou, nos termos de Lanier, aos manipuladores.

Análise do Discurso e Facebook

Desde sua gênese na França da década de 1960 do século passado até os dias atuais, as pesquisas em Análise do Discurso (doravante AD) têm frequentemente explorado temas, objetos e *corpora* muito distintos. Nos dias atuais, com a chegada da internet, e mais especificamente das redes sociais, a AD tem considerado investigar e explicar fenômenos decorrentes da presença da Web na vida humana.

Em relação ao Facebook, é possível listar diferentes pesquisas em AD que tomam essa rede social como objeto de análise. Emediato (2015), em *Discurso e Web: as múltiplas faces do Facebook*, por exemplo, propõe apontamentos acerca das possibilidades de entrada teórico-metodológica na análise dessa rede social. Trata-se de um trabalho interessante, pois demonstra os inúmeros problemas que o fenômeno suscita para as pesquisas da área, demonstrando sua complexidade discursiva.

Em *Violência simbólica e redes sociais no Facebook: o caso da Fanpage "Diva Depressão"*, Recuero e Soares (2013) analisam o Facebook como ferramenta de produção da violência simbólica. A abordagem metodológica das autoras se baseia na perspectiva da Análise do Discurso Mediada por Computador (ADMC). Conforme explicam, trata-se de uma abordagem comunicacional que é, supostamente, mais abrangente e maleável em comparação a outras vertentes da disciplina, como a AD francesa ou a AD crítica. Com a análise, as autoras concluíram que o funcionamento do Facebook é responsável por naturalizar os modos de produção da violência simbólica, como se essa rede social

elaborasse uma “permissão para o humor” que, a fim e a cabo, agencia a produção da violência simbólica.

Berto e Gonçalves (2011), em *Diálogos online. As intersemioses do Facebook*, propõem uma revisão da literatura e abordam o Facebook como gênero discursivo aos moldes da teoria proposta por Mikhail Bakhtin. Segundo os autores, essa rede social se configuraria como um “novo” gênero do discurso, caracterizado por diferentes tipos de semiose. Entretanto, conforme verifiquei em análise anterior (Cf. REZENDE, 2017; 2019), pode ser mais produtivo abordar o *Facebook* como um sistema de hipergenericidade⁷, já que suas coerções mais fortes são de ordem técnica. Além disso, entre outras coisas, do ponto de vista da tríplice tema, composição e estilo, proposta por Bakhtin ([1952-3] 2003), o Facebook, a meu ver, parece não ter uma função social/comunicativa específica, capaz de orientar a dialogia das atividades humanas no interior de um dado campo de atividade, o que pode pôr em xeque uma afirmação como a que fizeram os autores, de que essa rede social se configura como um “novo” gênero do discurso.

O artigo *Argumentação e polêmica nas redes sociais: o papel da violência verbal*, de Cabral e Lima (2017), analisa comentários acerca de um texto de opinião de Leonardo Sakamoto compartilhado no *Facebook*; é uma abordagem interessante que compreende os comentários como representativos de uma polêmica, aos moldes de como o conceito é formulado por R. Amossy. Desse ponto de vista, a polêmica se estabelece somente quando há embate público entre posições antagonistas sobre um determinado assunto. Conforme as autoras, a análise pôde demonstrar que as mídias sociais e os profissionais que as utilizam, como é o caso de Sakamoto, “fabricam” polêmicas (aos moldes dos postulados de Amossy) ao expor aspectos relevantes para um confronto público, o que é mediado e proporcionado pela linguagem.

Trata-se de uma abordagem interessante e relevante por suscitar reflexões importantes de serem tratadas nesta pesquisa. Amparado pela perspectiva de AD apresentada pela obra de Dominique Maingueneau (2018b), *Gênese dos discursos*, durante o percurso investigativo que tenho desenvolvido tomando o Facebook como objeto, já fui levado a considerar que os comentários postados nessa rede social podiam ser elencados como representativos de polêmicas discursivas que se instituem sobre diferentes temas que engendram controvérsia (Cf. REZENDE, 2016). Entretanto, ao

⁷ Uma extensão do conceito de hipergênero, postulado por Maingueneau (2006; [1998] 2008a; 2010), que apresentaremos no item 1.2.1. desta tese.

retomar o exame a respeito da teoria do autor, verifiquei que um embate, desse ponto de vista, somente pode receber o estatuto de “polêmica discursiva” se cumprir pelo menos os seguintes requisitos: i) contar com posicionamentos fortemente institucionalizados; e ii) produzir efeitos a partir dos quais um novo posicionamento possa ter sua grade semântica instaurada. No caso dos comentários no Facebook, entretanto, nenhum dos dois requisitos se aplica.

O elevado grau de institucionalização dos posicionamentos em uma polêmica discursiva depende da possibilidade de se descrever os textos analisados como decorrentes desse ou daquele posicionamento, cuja grade semântica pode ser classificada como comum a todos os sujeitos que a eles se alinham. Em relação aos comentários do Facebook, há uma dificuldade em se estipular os semas que podem ser descritos como pertencentes a posicionamentos antagônicos; o que se tem é um emaranhado de trocas de turnos “conversacionais” em que se defendem opiniões em torno das temáticas que se debatem, o que não necessariamente supõe a existência de uma polêmica ou pelo menos de enunciados representativos dos posicionamentos implicados por esse fenômeno. Desse modo, tampouco há a possibilidade de se descrever e explicar a gênese de um novo discurso, o que é descrito como efeito direto da noção de polêmica discursiva postulada por Maingueneau. Sendo assim, em comunhão com as expectativas desse analista, ainda que os comentários revelem características que também são comuns à polêmica, como uma suposta violência verbal, tenho analisado esses enunciados como bate-bocas, inclusive reformulando análises que havia apresentado para a comunidade científica e que hoje não se enquadram no modo como tenho compreendido o funcionamento discursivo do Facebook.

A breve exposição das pesquisas apresentadas nesta seção indicia um número expressivo de possibilidades metodológicas para se estudar o funcionamento discursivo do Facebook. Entretanto, nesta tese de doutorado, como anteriormente afirmado, considerarei duas posições metodológicas para analisar o Facebook: a de Maingueneau (2006; 2008; 2010), por meio da qual assumo que há um dispositivo comunicacional que condiciona a enunciação nessa rede social, e a de Marie Anne-Paveau (2013) que postula o conceito de pré-discurso, permitindo descrever especificidades discursivas dos comentários enquadrados como bate-bocas.

CAPÍTULO I

À luz da Cognição Distribuída: uma releitura do dispositivo comunicacional do Facebook

1. O preâmbulo de uma releitura

Em minha dissertação de mestrado, preocupei-me em demonstrar aspectos do funcionamento discursivo do Facebook. Para tanto, investi em uma releitura do conceito de hipergênero postulado por Dominique Maingueneau (2006; 2010). A partir dessa releitura, postulei o conceito de sistema de hipergenericidade, que explica de que modo tudo que converge para o interior dessa rede social é gerido por um sistema (de hipergenericidade) na busca por se garantir a identidade semântica de cada página, instituída por meio das cenografias do(s) discurso(s) mobilizadas.

Ao observar comentários recebidos por publicações de uma das páginas analisadas, a *Quebrando o tabu*, verifiquei que, em conjunto, esses comentários parecem constituir uma espécie de bate-boca: uma troca de turnos conversacionais, altamente marcada por um registro verbal violento. A partir disso, pude formular a hipótese de que a enunciação de *Quebrando o tabu* decorre do funcionamento de um dispositivo comunicacional que contempla, simultaneamente, pelo menos duas dimensões: a do sistema de hipergenericidade (REZENDE, 2017; 2019) e a do mídiun (DEBRAY, 1993; MAINGUENEAU, 2006; 2008a; 2013), que exercem sobre a enunciação coerções discursivas que orientam o modo de produção, circulação e consumo dos enunciados.

Partindo desse primeiro trabalho, em que pude perceber como esse dispositivo é condição do modo pelo qual informações são propagadas e consumidas pelos enunciados inscritos nos bate-bocas, nesta tese de doutorado pretendo sustentar a hipótese, aos moldes do trabalho de Mussalim (2018) e de Paveau (2013), que o dispositivo comunicacional atua, para esses enunciados, como uma ferramenta cognitivo-discursiva, capaz de promover a distribuição de enquadres de sentido em interações que pressuponham troca verbal.

Buscando testar tal hipótese, neste capítulo, proponho uma releitura do dispositivo comunicacional da enunciação de *Quebrando o tabu* no Facebook à luz da teoria da Cognição Distribuída, abordagem segundo a qual a cognição é compreendida como fruto de um sistema que congrega o ambiente social e material dos sujeitos (Cf. especialmente HUTCHINS, 1995a; 1995b; 2000, um dos propositores dessa teoria nos Estados Unidos).

Este capítulo está subdividido da seguinte forma: na próxima seção, fomento uma discussão em torno da viabilidade de se produzir cooperação disciplinar entre a Análise do Discurso francófona (a AD) e teorias de bases cognitivistas. Posteriormente, apresento os pressupostos da teoria da Cognição Distribuída e enfoco a problemática do artefato cognitivo, como elemento partícipe de um sistema pelo qual a cognição humana se manifesta. Em sequência, retomo um percurso de leitura que me propiciou investir na categoria de dispositivo comunicacional para, então, apresentar as dimensões do dispositivo que busco analisar: sistema de hipergenericidade e mídiuim. Encerro o capítulo apresentando uma análise, que tem como objetivo demonstrar a viabilidade das hipóteses estabelecidas.

2. Discurso e cognição: uma cooperação disciplinar possível?

De acordo com Paveau (2013), as pesquisas em AD têm se debruçado sobre *corpora* investigativos muito diversos. Em função disso, as práticas da disciplina inevitavelmente recorreram e recorrem às cooperações interdisciplinares na busca por explicar fenômenos discursivos heterogêneos. Com relação à cooperação com teorias de bases cognitivistas, é possível notar poucos exemplos, dentre os quais destaco dois, cujos pressupostos tenho tentado seguir no desenvolvimento desta pesquisa.

Porém, antes de me reportar a exemplos de pesquisas que produziram, de fato, uma cooperação interdisciplinar entre a AD e a cognição, gostaria de retomar o conceito de competência discursiva postulado por Maingueneau (2008b), pois ele reconstitui uma discussão em torno da viabilidade da interface entre teorias de bases cognitivistas e do discurso para uma análise discursiva, conforme proposto em Mussalim (2020).

Embora a competência discursiva (MAINGUENEAU, 2008b) seja um conceito de base ideológica, pois explica em que medida um posicionamento impõe as regras de sua semântica aos sujeitos que se filiam às práticas dos discursos, o termo “competência” tem um invólucro filosófico que pode parecer conflituoso para analistas que realizam pesquisas tomando a enunciação como objeto de descrição e explicação. Isso porque há uma longa tradição, nos Estudos Linguísticos, da “competência linguística” de Chomsky (1978). Grosso modo, a “competência” de Chomsky busca explicar que o ser humano nasce dotado de um componente biológico, de uma “gramática” inscrita no código genético da espécie, permitindo-lhe internalizar as regras de um determinado idioma e, a partir delas, produzir sentenças aceitáveis em uma língua. A tese do inatismo, da

suposição de um componente mental, repleta de estruturas linguísticas subjacentes à performance dos falantes, é o que, na tradição dos estudos discursivos, conforme aponta Maingueneau (2008b), poderia supor incompatibilidade do uso do termo “competência” em uma teoria preocupada em articular fenômenos discursivos e história. Entretanto, Maingueneau rejeita esse pano de fundo epistemológico chomskiano, definindo a competência discursiva como um modelo de restrições semânticas globais dos discursos que impõe o que se pode ou não dizer do interior de um dado posicionamento discursivo.

Veronez (2016), ao comparar os dois conceitos mencionados, de Chomsky (1978) e de Maingueneau (2008b), afirma que se há relação entre eles é tão somente porque ambas as noções se preocuparam em estabelecer modelos, uma de uma gramática subjacente à produção de sentenças pelos falantes de uma língua, outra de uma grade semântica de restrições ideológicas. Desse modo, o projeto de Maingueneau (2008b) parece aceitar as proposições empíricas da tese de Chomsky, sem, no entanto, aceitar a epistemologia do inatismo por ela pressuposta.

Tal discussão é relevante, pois justifica de que maneira tenho buscado integrar uma teoria cognitiva à explicação do funcionamento discursivo do Facebook. Nesse aspecto, alinho-me à tese defendida por Paveau (2013), considerando que dotar a AD de uma dimensão cognitiva pode permitir realizar avanços na explicação de fenômenos discursivos muito diversos. Entretanto, aos moldes de Maingueneau (2008b), considero que, ao fazê-lo, não tento substituir as condições sócio-históricas dos discursos por um *a priori* “mentalista”, já que a análise se dá com base em hipóteses estabelecidas no batimento entre os textos e os contextos de sua produção.

Passando especificamente a apresentar exemplos de pesquisas em AD que produziram interface com a cognição, retomo a obra de Marie-Anne Paveau (2013), intitulada *Os pré-discursos: sentido, memória e cognição*. Nessa obra, a autora assume a empreitada de, como anteriormente mencionado, dotar a análise discursiva de uma dimensão cognitiva, o que, para ela, pode permitir enriquecer e até renovar as práticas da disciplina que, conforme sua opinião, parecem estar esgotando suas possibilidades. É importante destacar que, nesse intento – o de traçar uma cooperação entre as abordagens da AD e da cognição – Paveau reivindica o lugar teórico ao qual se filia: trata-se de uma proposta linguística, em que o objeto é a materialidade discursiva analisada em seus contextos histórico, social e cultural.

Nesse sentido, a dimensão cognitiva implicada pela teoria de Paveau (2013, p. 9) deve ser compreendida como um recurso à análise discursiva, por meio do qual se pode

compreender como os processos de construção do conhecimento humano são configurados nos discursos “a partir de dados recebidos pelos sentidos, pela memória e pelas relações sociais”. Trata-se de uma abordagem construtivista de linha sociocultural que assume que o conhecimento humano é produzido sempre como um ato interpretativo condicionado por pressupostos sociais. Mais especificamente, a teoria sociocognitiva a que Paveau se filia é a da Cognição Distribuída (HUTCHINS, 2000) – cujos pressupostos apresentarei com mais atenção mais adiante neste capítulo –, segundo a qual a cognição deixa de ser concebida como fenômeno centrado no indivíduo, passando a ser reconhecida como produto das relações sociais e das ferramentas cognitivas que atuam para construção do conhecimento e para a realização de diferentes atividades humanas. Em outras palavras, a Cognição Distribuída compreende que a cognição é fruto de um sistema que se estabelece nas relações entre os sujeitos e os artefatos que atuam para a manifestação da inteligência humana.

É justamente o princípio da interação social pressuposto pela teoria da Cognição Distribuída o que permite a Paveau (2013) incorporar uma dimensão cognitiva à postulação de seu conceito de pré-discurso, definido pela autora como conjuntos de quadros pré-discursivos coletivos de saberes, valores, crenças e práticas capazes de orientar a produção e a interpretação dos discursos⁸. Tal conceito parece se mostrar produtivo, pois, dentre outras coisas, informa que o pré-discurso é disponível a todo e qualquer discurso, mesmo àqueles submetidos a uma faixa menor de “controle”, possibilitando, pois, uma entrada teórico-metodológica em textos cujas coerções sócio-históricas são menos estáveis, como os comentários do Facebook em torno dos quais tenho empreendido análises. Desse modo, é possível considerar que a interface entre a AD e a teoria da Cognição Distribuída produzida por Paveau é condição *sine qua non* para que o projeto da autora produzisse ganho teórico para a análise discursiva.

Outra pesquisa, à qual dou destaque, é a de Mussalim (2020). Conforme defesa dessa autora, é produtiva, para a análise discursiva, a articulação que se pode estabelecer entre o conceito de interdiscurso (MAINGUENEAU, 2008b), de natureza ideológica, e o conceito de pré-discurso (PAVEAU, 2013), de natureza cognitiva.

Em *Gênese dos discursos*, Maingueneau (2008b) postulou o *primado do interdiscurso*, inscrito na perspectiva de uma heterogeneidade constitutiva, que amarra

⁸ No capítulo 2, desta tese de doutorado, irei me ater mais detalhadamente sobre esse conceito, que se mostrou relevante para a testagem das hipóteses estabelecidas na pesquisa.

sempre o Mesmo discurso numa relação inextrincável com seu Outro. De acordo com essa noção, o discurso não se constitui independentemente, alhures, mas sempre em um espaço de trocas com outros discursos que com ele convivem. Para Possenti (2009a), essa é uma noção produtiva para a análise da relação que um discurso estabelece com seu(s) Outro(s), justamente porque Maingueneau propõe dimensionar o interdiscurso em três níveis de análise: o universo discursivo, o campo discursivo e o espaço discursivo, operacionalizando o emprego do conceito na análise.

De acordo com Maingueneau (2008b), o universo discursivo diz respeito ao conjunto de todas as formações discursivas (FD)⁹, de todos os tipos, que coexistem em uma dada conjuntura. Trata-se de um conjunto finito, que define apenas uma extensão máxima, de onde pode ser possível delimitar domínios suscetíveis de serem estudados: os campos discursivos.

O campo discursivo, afirma Maingueneau, deve ser compreendido como um conjunto de FDs de mesma função social, mas que divergem sobre como preenchê-la. Conforme o autor explica, essas FDs encontram-se em “concorrência”, delimitando-se reciprocamente em determinada região do universo discursivo. Por sua vez, o termo “concorrência” deve ser entendido de maneira mais ampla, correspondendo tanto às relações de confronto aberto, quanto às relações de aliança, de aparente neutralidade, etc. É nesse sentido que, para o autor, pode ser possível falar em campo acadêmico, político, jornalístico, entre outros.

Por fim, o espaço discursivo, conforme definição de Maingueneau, constitui um gesto do analista que, baseado em hipóteses estabelecidas a partir de um conjunto de textos e de saberes históricos, julga relevante opor essa àquela FD. Nesse espaço, o Outro sempre é lido a partir do fechamento semântico do Mesmo, isto é, a interdiscursividade é tomada por um processo de interincompreensão regrada e generalizada em que o Outro é sempre lido como um simulacro do Mesmo, numa relação polêmica. Nesse sentido, conforme Mussalim (2020, p. 143), “o que permite ao analista do discurso reconhecer o fenômeno da interdiscursividade, tal como concebida por Maingueneau, é o processo da interincompreensão” que decorre da interação que se estabelece entre os sistemas de

⁹ No *Prefácio do autor*, à edição brasileira de *Gênese*, Maingueneau (2008b) assume que, à época da pesquisa que originou a obra, o termo “*formação discursiva*” foi utilizado de maneira “frouxa”, podendo, pois, ser melhor empregado admitindo-o como “sinônimo” de posicionamento, ou, considerando-se a teoria do autor, em que posicionamento equivale a discurso, como discurso ou identidade discursiva.

restrições semânticas de cada FD posta em relação no interior de um espaço discursivo dado.

Tomando como mirante de partida tanto o conceito de interdiscurso, quanto o conceito de pré-discurso, apresentados anteriormente, Mussalim (2020) empreende uma análise por meio da qual sustenta a viabilidade da articulação entre eles. A autora verificou que, no interior de uma dada polêmica (sobre o que é língua[*gem*]), fruto do funcionamento interdiscursivo, por meio do qual as identidades discursivas se constituem, o interdiscurso pode ser tomado como “lugar de construção, transmissão e circulação de pré-discursos (...), uma vez que sua presença é rastreável somente no/pelo discurso” (MUSSALIM, 2020, p. 150). Decorrente de tal análise, essa analista propõe uma ampliação do conceito de competência discursiva, que assume a função de articulador teórico entre as duas noções, de interdiscurso e de pré-discurso, que são de naturezas distintas – ideológica e cognitiva, respectivamente. Especificamente, sua proposta é a de que, a partir da ampliação realizada, uma competência (inter)discursiva possa, além de explicar a capacidade que um sujeito tem em reconhecer e produzir textos a partir de seu próprio fechamento semântico, supor que ele opera a partir de quadros pré-discursivos coletivos de saberes, valores, crenças e práticas para produzir e interpretar discursos. Conforme a autora:

em última instância, a ampliação da noção de *competência (inter)discursiva*, tal como proposta aqui, tornaria viável a construção de pontes entre uma teorização sobre o discurso fundamentada na relação entre língua e história e uma teorização sobre o discurso que incorpora, na explicação de seu funcionamento, uma dimensão cognitiva (MUSSALIM, 2020, p. 150).

É, pois, na esteira dos trabalhos apresentados que situo o meu próprio intento ao assumir uma interface entre discurso e cognição como um recurso à AD capaz de ampliar o escopo teórico-metodológico na análise dos dados. A seguir, apresentarei fundamentos das teorias cognitivas em que me apoio para, então, proceder à apresentação da releitura que pretendo realizar, integrando, pois, a cognição distribuída (HUTCHINS, 1995a; 1995b; 2000), ao funcionamento do dispositivo comunicacional, tal como empreendido por Mussalim (2018b).

2.1. “Processos cognitivos não estão (todos) na cabeça!”

Para Paveau (2013), uma das razões que torna possível sua abordagem discursivo-cognitiva do fenômeno do pré-discurso é o fato de as ciências cognitivas, na década de 1990, terem reconhecido um importante movimento social capaz de explicar de que maneira as representações, saberes, crenças e informações são construídas e transmitidas por agentes humanos e não humanos. Mais especificamente, a partir dessa “virada” das ciências cognitivas, o fenômeno da cognição deixou de ser concebido como restrito ao cérebro do indivíduo, passando a ser explicado com base na interação social e no modo como as ferramentas cognitivas atuam para a manifestação da inteligência humana.

Norman (1991) afirma que, embora os artefatos cognitivos apresentem um grande impacto sobre os processos cognitivos humanos, durante muito tempo eles foram desconsiderados na análise do funcionamento da mente. Para o autor, nas ciências cognitivas contemporâneas, ignorou-se durante muito tempo o impacto da cultura e dos artefatos na ampliação das habilidades humanas, apesar das muitas evidências, proporcionadas por pesquisas em Psicologia e Antropologia, de que esses artefatos constituem parte do sistema cognitivo humano.

Ainda de acordo com o autor, desde o começo do século XX até meados da década de 1950, estudos em torno da representação, consciência, mente e cultura eram considerados irrelevantes para a ciência. Passados esses anos, chamados por Norman (1991) como “dark ages”, sob influência da psicologia europeia, mais especificamente da psicologia britânica, a psicologia americana teve que se reinventar, dando ênfase à pesquisa em torno dos mecanismos psicológicos responsáveis pela memória, atenção, percepção e linguagem, considerando-se, entretanto, apenas a capacidade do indivíduo isolado, a partir de estudos internos aos laboratórios das universidades. Conforme relata, o campo das ciências cognitivas passou a dar mais atenção à situação, à interação, à cultura, aos ambientes naturais e artificiais de manifestações cognitivas mais recentemente.

Na década de 1990, segundo Norman, motivadas pelos desenvolvimentos tecnológicos do design computacional, foram sendo realizadas pesquisas integrando cultura, grupos de pessoas e artefatos na explicação do fenômeno cognitivo. Conforme avalia, os componentes tecnológicos impostos pelo acesso ao computador e a interação entre as pessoas interferiram no modo como se passou, a partir de então, a compreender de que maneira o uso de um artefato afeta o ser humano e as tarefas por ele realizadas.

Em *The extended mind*, Andy Clark e David Chalmers (1998) refutam a tese de que a cognição reside apenas no interior da “pele e do esqueleto” do ser humano, para advogar em favor de uma concepção segundo a qual o ambiente de realização das atividades tem seu papel na condução dos processos cognitivos.

Para argumentar a favor de sua tese, os autores lançam mão de três cenários hipotéticos:

- i. em que, frente a uma tela de computador, que apresenta diferentes imagens bidimensionais, solicita-se a uma pessoa que ela, mentalmente, faça a rotação de imagens para que elas combinem com um encaixe;
- ii. em que a pessoa, frente a uma tela parecida, possa escolher entre fisicamente rotacionar a imagem, por meio de um botão computacional, ou mentalmente rotacionar a imagem como no caso antecessor;
- iii. em que, em um *cyberpunk future*¹⁰, a pessoa, sentada à frente de uma tela de computador parecida, beneficiada por um implante neural, que pode realizar a rotação da imagem de maneira tão rápida quanto à do computador da situação anterior, possa escolher entre usar o implante ou a anterior rotação mental.

Conforme avaliação desses autores, a cognição está presente em todos os três casos. Na verdade, segundo afirmam, o funcionamento cognitivo é similar nos cenários hipotéticos apresentados. O terceiro caso, aquele descrito a partir do recurso ao implante neural, pode ser muito bem pareado ao primeiro, uma vez que o exercício de rotacionar uma imagem é realizado, em ambos, mentalmente. Ademais, o terceiro caso ainda pode ser associado ao segundo, considerando-se que nos dois um recurso externo (implante neural e botão computacional) foi mobilizado para que as imagens fossem rotacionadas. Desse modo, os limites da “cabeça e do cérebro” são insuficientes para descrever os processos cognitivos. Para esses pesquisadores, não é necessariamente o uso de recursos avançados de computador que permite levantar a questão, mas o fato de o raciocínio humano constantemente se apoiar sobre elementos externos na execução de tarefas:

Portanto, considera-se o uso de caneta e papel para realizar multiplicações longas (McClelland et. Al. 1986, Clark 1989), o uso de re-arranjos físicos de ladrilhos com letras para formar palavras no Scrabble (Kirsh 1995), o uso de

¹⁰ Que faz referência a um tipo de narrativa da ficção científica.

instrumentos como a régua de cálculo náutica (Hutchins 1995), e a parafernália geral da linguagem, livros, diagramas e cultura. Em todos esses casos, o cérebro realiza individualmente algumas operações, enquanto outras são delegadas à manipulação de mídias externas. Caso nossos cérebros fossem diferentes, essa distribuição de tarefas sem dúvida teria variado (CLARK & CHALMERS, 1998, p. 08, tradução do autor)¹¹.

Sendo assim, constantemente a realização de tarefas humanas recorre a recursos externos ao cérebro humano. Para os autores, é possível dizer que os casos hipotéticos, apresentados anteriormente, são reais quando comparados, por exemplo, a um jogo de computador como Tetris, em que peças geométricas devem rapidamente ser rotacionadas para encaixar com outras a partir de um botão de computador. Conforme os pesquisadores afirmam, considerando a pesquisa de Kirsh e Maglio (1994, apud CLARK & CHALMERS, 1998), em que Tetris é tomado como objeto, a rotação física das imagens no jogo é usada não apenas para posicionar uma forma feita para encaixar em um espaço, mas também para ajudar a determinar onde a forma e o espaço são compatíveis.

Nesses casos, de acordo com Clark e Chalmers (1998), o organismo humano é ligado a uma entidade externa em uma relação de interação bidimensional que pode ser compreendida efetivamente como um sistema cognitivo. Desse modo, cada elemento desse sistema desempenha um papel causal ativo e governa o comportamento do mesmo modo que a cognição usualmente faz. Os autores ainda explicam que remover o componente externo desse sistema comportamental faria com que a competência diminuísse, da mesma maneira que ocorreria caso se removesse parte do cérebro.

Sendo assim, para Clark e Chalmers (1998, p. 8), o processamento da atividade cognitiva se realiza não apenas a partir da mente do indivíduo, mas também de seu ambiente externo, uma vez que “cognitive processes ain’t (all) in the head!¹²”.

Trata-se de uma concepção do interior das Ciências Cognitivas que permite entrever fundamentos da proposta de Hutchins (1995a; 1995b; 2000), de uma cognição distribuída, pois esse fenômeno, tal como descrito e explicado por este último autor, também pressupõe um sistema, por meio do qual se manifesta a inteligência humana, em que o ambiente material do sujeito é tomado como um dos polos da distribuição de conhecimento, ao lado da interação.

¹¹ Thus consider the use of pen and paper to perform long multiplication (McClelland et. al. 1986, Clark 1989), the use of physical re-arrangements of letter tiles to prompt word recall in Scrabble (Kirsh 1995), the use of instruments such as the nautical slide rule (Hutchins 1995), and the general paraphernalia of language, books, diagrams, and culture. In all these cases the individual brain performs some operations, while others are delegated to manipulation of external medias. Had our brains been different, this distribution of tasks would doubtless have varied (CLARK & CHALMERS, 1998, p. 08).

¹² “Processos cognitivos não estão (todos) na cabeça!” – tradução minha.

Em *Cognition in the wild*, Edwin Hutchins (1995a) assumiu a empreitada de analisar os contextos em que os processos cognitivos se manifestam nas atividades humanas. Para isso, esteve a bordo de um navio da marinha estadunidense, experiência em que pôde observar como a atividade de navegar é fruto de um sistema cognitivo que engloba a interação entre a tripulação e a máquina, ao qual chamou de cognição distribuída. Trata-se de uma abordagem que permitiu ao autor descrever como a cognição se manifesta em contextos ativos de realização de tarefas humanas.

De acordo com Hutchins (2000), assim como para algumas outras vertentes das ciências cognitivas, a cognição distribuída se preocupa em compreender a organização de sistemas cognitivos humanos. Entretanto, dois princípios distinguem a cognição distribuída das demais vertentes: i) os limites da unidade de análise da cognição (que extrapola a “cabeça” do indivíduo) e ii) o fato de se considerar que artefatos materiais participam do processo pelo qual a cognição se manifesta. Em função de tais princípios, para o autor, a cognição distribuída busca explicar uma série de eventos cognitivos, em contextos ativos de realização de tarefas humanas, sem, no entanto, considerá-la como produto restrito ao funcionamento da mente de um único indivíduo.

Segundo Hutchins, ao aplicar esses princípios na observação da realização de atividades humanas *in the wild*¹³, é possível perceber que processos de distribuição cognitiva ocorrem de maneiras distintas: entre membros de um grupo social e na coordenação entre estruturas internas e externas – sociais e ambientais – do sujeito.

Em *How a cockpit remember its speeds?*, Hutchins (1995b) considera que a maioria das atividades humanas requer interação entre sujeitos e interação desses mesmos sujeitos com artefatos materiais na realização das atividades. Um exemplo do autor é a pilotagem na cabine de avião. Diferentemente de outras vertentes de estudos cognitivos, que se ocupariam em estabelecer modelos cognitivos individuais, a proposta do autor é considerar a cabine de pilotagem como um todo. Para que a atividade de pilotagem tenha sucesso, é necessário que os pilotos estabeleçam interação entre si e operem a partir de um conjunto de dispositivos tecnológicos. Assim, um sistema cognitivo distribuído se estabelece por meio da interação entre os sujeitos (ambiente social) e da interação desses sujeitos com a máquina (ambiente material). É, pois, nesse tipo de interação sistêmica que, para Hutchins (1995a; 1995b; 2000), a cognição se manifesta. Em outras palavras, do ponto de vista dessa teoria, vários *inputs* atuam para a manifestação de um *output*. No

¹³ Em tradução própria “na natureza”, o que se refere a contextos ativos de realização de atividades humanas.

exemplo destacado por Hutchins (1995b), na cabine de pilotagem do avião, a interação entre os pilotos, entre eles e as torres de comando dos aeroportos e entre eles e as informações armazenadas pela própria aeronave, enquanto ferramenta tecnológica necessária para a realização da tarefa, todos são *inputs* de um sistema cognitivo que têm como *output* a pilotagem do avião (ou o sucesso na realização dessa atividade).

Em suma, de acordo com Flor e Hutchins (1991), a cognição distribuída é uma vertente das ciências cognitivas que busca estudar como, sistematicamente, constrói-se a representação do conhecimento na mente do indivíduo e como essa representação é propagada em grupos sociais e artefatos materiais que auxiliam na execução de tarefas humanas.

Cabe destacar que a questão das ferramentas cognitivas, isto é, dos artefatos materiais que auxiliam o ser humano no desempenho de tarefas, interessa-me especialmente, considerando-se a releitura que proponho fazer do dispositivo comunicacional à luz da cognição distribuída. Vale adiantar que, nessa releitura, minha hipótese central é a de que o dispositivo comunicacional da página *Quebrando o tabu* na rede social Facebook funciona como uma “ferramenta”, por meio da qual pode ser possível analisar como informações são compartilhadas e distribuídas coletivamente.

Com base nisso, darei destaque, a seguir, a duas formulações com respeito à ideia de ferramenta cognitiva: uma de Donald A. Norman (1991), do interior das ciências cognitivas, e outra de Paveau (2013), que incorpora a noção à análise discursiva.

2.1.1. A questão dos artefatos cognitivos

Em *Cognitive artifacts*, Donald A. Norman (1991) define o artefato cognitivo como um dispositivo artificial, que afeta a performance cognitiva humana, criado para mostrar, manter ou permitir operar sobre a representação de informações. Para o autor, englobar o artefato cognitivo na representação do conhecimento humano é possível devido a duas características específicas da espécie: a habilidade de modificar seu ambiente por meio da criação de artefatos e a habilidade correlata de transmitir as mudanças acumuladas a gerações posteriores por meio da percepção e da linguagem.

Norman defende que os artefatos são inerentes às atividades humanas. Ele afirma que a agilidade, a força e a inteligência “are drambtically enhance by intervention of

artificial devices¹⁴” (NORMAN, 1991, p.1), e que, inclusive, a criação dessas ferramentas e o uso que se realiza delas pressupõe um traço que permite distinguir a espécie humana das demais. Em suas palavras:

Muitos artefatos nos tornam mais fortes ou mais rápidos, ou nos protegem dos elementos ou predadores, ou nos alimentam e nos vestem. E muitos artefatos nos tornam mais inteligentes, aumentando as capacidades cognitivas e tornando possível o mundo intelectual¹⁵ (NORMAN, 1991, p. 1, tradução do autor).

Conforme o autor avalia, a abordagem mais óbvia do artefato é como um dispositivo que amplia as habilidades humanas. Entretanto, essa é uma concepção muito sumária. Ainda de acordo com Norman, dispositivos como um megafone podem ser caracterizados como ferramentas que permitem amplificar a voz, mas dispositivos que atuam para que se possa proceder, por exemplo, à escrita ou às contas matemáticas mudam a natureza da tarefa realizada por uma pessoa, tendo em vista que, em determinadas atividades, a ferramenta não é apenas um acessório, mas condição da realização da tarefa.

Para Norman (1991), ao analisar o artefato cognitivo do ponto de vista da pessoa que realiza uma tarefa que imponha o uso de uma ferramenta, observa-se apenas como o artefato pode afetar a performance para a realização de uma atividade, ampliando as capacidades humanas. Por outro lado, ao observar, à distância, o uso que uma pessoa faz de um determinado artefato, pela visão do sistema que se estabelece na realização de uma tarefa, em um contexto ativo de realização de atividades, pode-se constatar a distribuição que se estabelece entre o ser humano e a ferramenta. Neste último caso, a ferramenta não é mais vista apenas como um “amplificador” das capacidades humanas, mas como um elemento que altera a natureza da atividade. Um exemplo de que o autor lança mão para explicar essa afirmação são os lembretes ou os “check lists”. Em uma primeira instância, esse tipo de ferramenta pode ser analisado como um artefato que produz uma extensão da memória humana. Porém, analisado no contexto de realização de uma atividade, como na navegação ou aviação, em que esse tipo de ferramenta é requerido inclusive por regulamentações, o artefato é condição da tarefa em curso, considerando-se que ele

¹⁴ “São dramaticamente aprimorados pela intervenção de dispositivos artificiais” – tradução minha.

¹⁵ “Many artifacts make us stronger or faster, or protect us from the elements or predators, or feed and clothe us. And many artifacts make us smarter, increasing cognitive capabilities and making possible the modern intellectual” – tradução minha.

permite operar com uma “memória perfeita” dos itens listados no lembrete ou no “check list”, de modo que desconsiderar o uso dessas ferramentas em uma atividade pode impossibilitar, em função de esquecimentos, que ações importantes para a realização da tarefa sejam tomadas.

Do ponto de vista da análise discursiva, conforme os postulados de Paveau (2013), integrar uma dimensão cognitiva à análise discursiva significa compreender a cognição como um fenômeno de ordem mental e social, considerando-se que os esquemas mentais são fruto das relações com o ambiente e a vida social dos sujeitos. Isso significa, ainda, que, para a autora, a construção e regulação dos sentidos não estão exclusivamente condicionadas à troca verbal dos sujeitos, mas também distribuídas nos instrumentos da tecnologia discursiva – as ferramentas discursivas.

A ideia de ferramenta discursiva mobilizada por Paveau é, pois, tributária dos trabalhos em ciência cognitiva em que se considera o artefato como partícipe do sistema cognitivo. Trata-se de uma releitura que permite à autora integrar a cognição distribuída em seu projeto na AD. De acordo com ela, as ferramentas discursivas devem ser compreendidas como instrumentos materiais ou não que permitem a constituição e propagação dos pré-discursos na elaboração do discurso. Segundo Paveau (2013):

Pode-se tratar de ferramentas linguísticas (gramáticas, dicionários, lembretes, listas, guias de conversação, ensaios puristas, etc.), de escritos e inscrições de todos os tipos (de etiquetas de escritório às inscrições em monumentos dedicados aos mortos, passando pelas embalagens de alimentos, os convites e os grafites), e de vários outros artefatos como os blocos de nota, as listas, as cadernetas de endereço, as agendas, os calendários, etc. Pode-se tratar, também, como aponta B. Coneim, de ‘dados públicos, métodos instrumentados, como todos os artefatos que permitem adquirir, armazenar, visualizar uma quantidade de informações que um único indivíduo pode manipular’ (p. 146).

Nessa perspectiva, as ferramentas discursivas assumem um papel coletivo. Paveau diferencia ferramentas de uso mais individualizado, como a chave de fenda e o martelo, daquelas que requerem cooperação entre os sujeitos, como os manuais e as antologias linguísticas. À autora interessa, mais especialmente, esse último tipo de ferramenta, tendo em vista que elas têm uma capacidade distributiva, em função da qual a interação se impõe, como no célebre exemplo da “caixa preta” da aviação mobilizado por ela. Na cabine do piloto, as informações do voo centram-se na distribuição (construção e transmissão) de dados, o que se faz entre a equipe de aviação e a máquina, esta tomada como artefato cognitivo.

É, pois, justamente a releitura que Paveau (2013) realizou, integrando o artefato cognitivo à teoria do discurso, enquanto ferramenta da tecnologia discursiva, o que me permitiu estabelecer a hipótese de que, em um nível discursivo, a enunciação do Facebook é disparada e condicionada por um dispositivo comunicacional que engloba várias dimensões e, em um nível cognitivo, esse dispositivo atua como uma ferramenta, por meio da qual pré-discursos são partilhados coletivamente. A seguir, todavia, apresento um percurso de leitura que realizei em torno da categoria de dispositivo para, então, argumentar em favor de considerá-lo na explicação do funcionamento discursivo da enunciação da rede social Facebook.

3. O “dispositivo” em AD

De acordo com Marcello (2004), a ideia de “dispositivo” foi lançada por Foucault em *História da sexualidade I: a vontade de saber* ([1976] 1999). Nessa obra, o autor toma a categoria de dispositivo como uma “aparelhagem” para produção de discursos, incluindo nela as leis, as medidas administrativas, as organizações arquitetônicas, os enunciados científicos, entre outros que promovem a relação de poder por meio da qual se realiza a sujeição dos discursos e dos sujeitos por eles implicados.

Em *Sobre a História da Sexualidade*, entrevista em que Foucault (2000) é questionado sobre o sentido e a função metodológica do termo “dispositivo”, o autor responde que se trata da relação que se pode estabelecer entre o dito e o não dito de uma formação discursiva que se configura como dispositivo dos discursos. A definição de Foucault (1999) é, por sua vez, lida por Paul Rabinow e Hupert Dreyfus (1995) como as práticas discursivas que atuam elas mesmas como um aparelho que constitui e organiza os sujeitos.

Na prestigiada conferência sobre *O que é um dispositivo?*, Giorgio Agamben (2005) também retoma as formulações foucaultianas e propõe uma extensão do uso do termo. Primeiramente, o autor destaca a importância da questão terminológica para a filosofia. Nesse sentido, há, de acordo com Agamben, pelo menos três acepções que permitem descrever o uso que Foucault (1999) faz do termo:

- i. como conjunto heterogêneo de elementos linguísticos e não-linguísticos (discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de segurança, proposições filosóficas, entre outros);

- ii. como elemento que elabora uma função estratégica que permite inscrever-se em uma relação de poder;
- iii. como algo de geral, uma rede, porque inclui em si a episteme, o que, para Foucault, permite que, em uma dada sociedade, se possa distinguir aquilo que é aceito como enunciado científico do que não é.

Todos esses três usos se articulam na definição de Agamben (2005, p. 11) sobre o modo com que Foucault emprega o termo “dispositivo”: “disposição de uma série de práticas e de mecanismos (ao mesmo tempo linguísticos e não-linguísticos, jurídicos, técnicos, militares) com o objetivo de fazer frente a uma urgência e de obter um efeito”. Dessa forma, tal articulação também revela a preocupação do pensamento foucaultiano em se descreverem os modos concretos com que os dispositivos atuam sobre as relações, sobre os mecanismos e sobre os jogos de poder.

Todavia, Agamben elabora uma extensão do uso foucaultiano de “dispositivo”, informando que essa categoria não está estritamente ligada às relações de poder, mas também a um modo de gestão da subjetivação. Retomando o princípio teológico cristão de *oikonomia*, que explica de que maneira o poder divino, embora uno, é espraiado pela trílice pai, filho e espírito santo, define o dispositivo como:

Qualquer coisa que tenha algum modo de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panótipo, as escolas, as confissões, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., cuja conexão com o poder é em um certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e – porque não – a linguagem mesma, que é talvez o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares de anos um primata – provavelmente sem dar-se conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar. (AGAMBEN, 2005, p. 13)

Considerando tal definição, é possível afirmar que, dos pontos de vista considerados, de Foucault (1999) e de Agamben (2005), o termo “dispositivo” condiciona um modo de gestão do que é entendido como subjetivação: a relação que se estabelece entre os seres viventes e suas práticas, sua *oikonomia* – relação da qual decorre a categoria de sujeito, instância subjetiva correlata das práticas sociais, e as forças que lhe pressionam a integrá-las.

Além dessas duas abordagens da noção de dispositivo, na busca por situar o enquadramento que tenho dado ao termo, recorro à obra de Dominique Maingueneau, em

que “dispositivo comunicacional” é bastante recorrente e aponta para um uso mais “especializado” da ideia de “dispositivo” no que diz respeito às hipóteses estabelecidas nesta tese de doutorado. Em *Discurso literário*, por exemplo, Maingueneau (2006) define a categoria de gênero discursivo como um “dispositivo comunicacional sócio historicamente constituído”, por meio do qual a enunciação é, por assim dizer, “disparada”. Desse ponto de vista, o modo de produção, circulação e recepção dos enunciados é fortemente condicionado pelo dispositivo do/no qual a enunciação se origina. Por sua vez, ao se reportar à categoria de mídiun, em *Análise de textos da comunicação*, Maingueneau ([1998] 2013) define esse conceito como processo de mediação da linguagem que reveste uma ideia de força material e que deve ser incluído no dispositivo comunicacional, ao lado do gênero e do canal material *strictu sensu* do enunciado, “logo de saída”.

Nessa concepção, o dispositivo comunicacional deve ser analisado como um fenômeno que congrega diferentes dimensões capazes de organizar/disparar a enunciação, cada uma realizando sobre ela, simultaneamente, diferentes tipos de coerção. Isso ocorre, porque, conforme explica Maingueneau (2013, p. 82), a comunicação não é um processo linear que se inicia pela “necessidade de se exprimir por parte do enunciador; pela concepção de sentido; em seguida pela escolha de um suporte e de um gênero; posteriormente, pela produção; pela busca de um modo de difusão” e, quiçá, por um hipotético encontro com um destinatário. Diferentemente, a comunicação depende de um dispositivo comunicacional responsável por organizá-la, integrando, pois, “logo de saída”, todas essas dimensões.

Sendo assim, conforme as concepções consideradas, o termo “dispositivo” aponta para um conceito capaz de explicar certo modo de gestão que condiciona tanto a subjetivação como a enunciação, o que faz dele um aporte conceitual importante no que diz respeito às hipóteses e objetivos estabelecidos neste trabalho.

A seguir, apresentarei as duas dimensões que tenho considerado analisar do dispositivo da enunciação do Facebook: a do sistema de hipergenericidade e a do mídiun.

3.1. Do hipergênero ao sistema de hipergenericidade

A primeira dimensão a que me reporto é a do sistema de hipergenericidade. Esse conceito foi postulado em minha dissertação de mestrado (Cf. REZENDE, 2017), na qual investiguei o modo de gestão das identidades discursivas em páginas públicas do

Facebook. Trata-se, da maneira como tenho assumido, de uma extensão do conceito de hipergênero postulado por Maingueneau (2006; 2010).

Maingueneau (2006) afirma que os hipergêneros são estruturas que permitem “formatar” o texto; isto é, são estruturas que permitem organizar diferentes encenações de fala que podem ser encontradas em diferentes épocas e lugares. Nas palavras do autor:

[O hipergênero] trata-se de categorizações como “diálogo”, “carta”, “ensaio”, “diário”, etc. que permitem “formatar” o texto. Não se trata, diferentemente do gênero do discurso, de um dispositivo de comunicação historicamente definido, mas um modo de organização com fracas coerções que encontramos nos mais diversos lugares e épocas e no âmbito do qual podem desenvolver-se as mais variadas encenações da fala (MAINGUENEAU, 2006, p. 244).

Para Maingueneau, como se pode perceber, o hipergênero não pode ser tomado como um dispositivo de comunicação sócio historicamente definido, como é o gênero do discurso (especialmente aqueles que são classificados pelo autor como gêneros instituídos¹⁶), mas como um modo de organização da fala que sofre coerções sócio-históricas mais fracas. Isso porque, quando a enunciação se origina de um dispositivo sócio historicamente bem definido, como é o caso do gênero do discurso é possível, entre outras coisas, entrever, com boa margem de acerto, como serão preenchidos os papéis dos interlocutores na enunciação em curso. No entanto, de acordo com Maingueneau, quando um hipergênero é mobilizado na enunciação, o que está em jogo é como o que é dito é semantizado, o que está relacionado ao modo de dizer e de formatar os conteúdos que são enunciados.

Ao analisar os *websites*, Maingueneau (2010) afirma que eles se enquadram na categoria de hipergênero. O autor explica que na internet as coerções mais fortes que a enunciação sofre são de ordem técnica, isto é, os aspectos arquiteturais dos enunciados não são irrestritos; são os mesmos de página para página da Web. Desse modo, a possibilidade de construção de identidades discursivas é dada pelas cenografias que o discurso dos enunciadores na internet constroem e validam. É o que ocorre com os blogs analisados pelo autor: o blog de uma prostituta encena um diário pessoal, ao passo que o

¹⁶ Conforme Maingueneau (2006), o gênero do discurso pode ser tomado como um dispositivo sócio historicamente constituído. O autor subdivide a categoria em gêneros conversacionais, cujas coerções se impõem na negociação imediata entre interlocutores presentes no momento em que ocorre a enunciação, e gêneros instituídos, cujo curso enunciativo da comunicação revela estruturas mais estáveis, impostas aos interlocutores *a priori*, e que dificilmente são transgredidas. Ainda de acordo com o autor, os gêneros instituídos são os que melhor representam a definição de “dispositivo sócio historicamente instituído”, porque suas coerções, ligadas a uma atividade verbal desenvolvida em uma situação social mais controlada, são fortes.

de um time de futebol encena um folhetim informativo para seus torcedores. Nos dois casos considerados por Maingueneau, o que se tem é a formatação de uma porção de texto, cuja arquitetura é fortemente determinada pelas restrições técnicas da Web, que é semantizada por meio de cenografias específicas construídas no/pelo discurso.

De acordo com Maingueneau (2013), a cena de enunciação é composta de três instâncias: cena englobante, que diz respeito ao tipo de discurso (publicitário, acadêmico, político, jornalístico, etc.); cena genérica, relativa ao gênero discursivo do enunciado (relatório, notícia, receita culinária, editorial, etc.); e cenografia, que não é imposta pelo tipo de discurso e tampouco pelo gênero, mas construída no/pelo discurso, validando-o e por ele sendo validada. Ainda de acordo com o autor, as duas primeiras instâncias da cena de enunciação constituem, para o leitor de um enunciado, um quadro cênico estável – espaço no interior do qual a enunciação adquire sentido. Por sua vez, a cenografia produz uma encenação do que é enunciado. Dito de outra forma, a cenografia pode encenar uma cena de fala diferente da cena genérica da qual o texto se origina. Nesse sentido, afirma Maingueneau (2008a), ao deparar-se com uma cenografia o leitor estará sob a “ameaça” de uma “armadilha”, embora a cenografia não seja capaz de alterar o quadro cênico estabelecido pelas instâncias do tipo e do gênero do discurso, por meio do qual a enunciação pode conquistar certa estabilidade.

Segundo Maingueneau (2010), a internet mudou a forma como se compreendia questões relativas a gênero e textualização. Para o autor, no mundo em que o impresso prevalecia, o gênero era analisado a partir de uma concepção clássica, fundamentada pela hierarquia do suporte dos enunciados e pela hierarquia da cena de enunciação, em que o tipo e o gênero do discurso tinham papel central. Na internet, essa hierarquia é transgredida, em função de: i) as unidades arquitetônicas e materiais dos enunciados serem as mesmas de página para página e ii) a cenografia ganhar papel central, uma vez que, em um hipergênero, como os sites analisados por Maingueneau, o problema é como o que é dito é semantizado, o que fica a cargo da cenografia construída no e pelo discurso. Desse modo, tal como pude constatar anteriormente, a análise do hipergênero se dá com base no par que ele constitui com a cenografia, condição imperativa para que o discurso institua sua identidade semântica na Web.

Ao analisar o funcionamento do Facebook (REZENDE, 2017; 2019), verifiquei que as páginas dessa rede social também constroem cenografias específicas para

semantizar aquilo que é posto a circular. Analisei três páginas públicas¹⁷: a do *Pão de açúcar* – uma rede de supermercados brasileira; a da *Folha de S. Paulo* – um jornal de grande circulação no país; e a de *Quebrando o tabu* – uma página que se autointitula de entretenimento e jornalismo e fomenta debates sobre assuntos que podem ser considerados controversos. As cenografias construídas por essas três páginas eram, respectivamente, de “folheto de supermercado”, por meio da qual se anunciam produtos, ofertas e ações da marca; de “jornal”, por meio da qual as manchetes do folhetim *online* eram compartilhadas; e a de “fórum de discussão”, por meio da qual se propunham debates sobre temas controversos, como minorias, drogas, religião, política, etc. Pude analisar que as cenografias dessas três páginas se constituíram, respectivamente, em função do tipo de discurso, do gênero do discurso que encenavam e do posicionamento dessas páginas.

A essa época, assumia como hipótese principal a ideia de que a rede social Facebook, à maneira de outros *websites* analisados por Maingueneau (2010), poderia ser descrita e categorizada como um hipergênero. No entanto, tendo em vista a complexidade comunicacional observada nas análises que fui realizando, constatei que o conceito ainda não poderia ser suficientemente adequado para descrever e analisar tudo o que ali circula e é posto em relação. Isso porque a ferramenta de “compartilhar” do Facebook parece indicar que essa rede social tem uma natureza diferente, quando comparada a outros *websites*, como aqueles analisados por Maingueneau. Por meio dela, é possível que cada página coloque a circular, no interior dessa rede social, um número irrestrito de unidades comunicacionais¹⁸ que circulam em outros domínios da Web. Entretanto, o compartilhamento não é sem margens: cada página compartilha aquilo que lhe é “legítimo” compartilhar, a depender da relação construída entre sua própria identidade discursiva (construída por meio das cenografias) e o campo semântico que engloba as unidades compartilhadas. Por exemplo, o compartilhamento de *Quebrando o tabu* se legitimava (e legitima) pelo alinhamento entre o posicionamento “mais progressista” da página e o posicionamento que emergia das unidades compartilhadas. A cenografia de “panfleto de supermercado” de *Pão de açúcar* impunha que as unidades compartilhadas em seu Facebook fossem restritas ao tipo do discurso publicitário, de modo que a marca

¹⁷ Enquanto páginas do tipo “pública”, as restrições de acesso são quase nulas. Mesmo sem uma conta na rede social Facebook, é possível ver o conteúdo das publicações desse tipo de página por meio de uma busca simples em um site de busca, por exemplo.

¹⁸ Entendidas nesta tese como qualquer dado da Web, como uma página, uma notícia, uma imagem, etc.

promovesse uma espécie de anúncio de suas ações e produtos. Por sua vez, a cenografia de “jornal” constatada na página da *Folha de S. Paulo* era legitimada pela encenação de “notícia” que o compartilhamento das manchetes da versão *online* do jornal instaurava. Desse modo, um apelo ao posicionamento, ao tipo do discurso e ao gênero do discurso foi responsável pela construção das cenografias dessas páginas, respectivamente, permitindo considerar que elas são representativas desse funcionamento identitário de páginas públicas que na rede social Facebook se inscrevem.

Assim, a ferramenta de compartilhar do Facebook não funciona apenas como um recurso de *software*. No nível discursivo, ela cumpre a função de, entre outras coisas, instaurar um quadro de comunicação efetivo. Em outras palavras, essa ferramenta do Facebook, conforme hipótese que busquei sustentar, possibilita que tudo o que esteja no domínio da Web possa ser posto em relação no interior dessa rede social, desde que legitimado pela identidade discursiva que cada página busca instituir, o que pode, inclusive, ser alterado a partir do momento que determinada página apresente outra filiação discursiva (REZENDE, 2016).

Nesse sentido, as unidades compartilhadas por *Pão de açúcar*, *Folha de S. Paulo* e *Quebrando o tabu* colocavam a funcionar um sistema que permite gerir as identidades que cada uma delas buscava constituir por meio das cenografias mobilizadas. Trata-se, pois, de um sistema de hipergenericidade, um fenômeno mais processual que estático, se comparado ao conceito de hipergênero. A mobilização do conceito de *sistema* é tributária da concepção de língua formulada por Ferdinand de Saussure (CLG, [1916] 2012), que, grosso modo, afirma que o sistema é próprio da ordem da língua e que seus elementos ganham identidade a partir das relações que estabelecem com os demais elementos desse sistema. Correlativamente, a relação entre as identidades das páginas do Facebook com as unidades que nelas são compartilhadas submete-se a um funcionamento discursivo, que legitima o que se pode ou não compartilhar, aos moldes de um sistema de restrições semânticas, tal qual é postulado por Maingueneau (2008b) em *Gênese dos discursos*. Segundo o autor, o sistema de restrições semânticas está ligado ao funcionamento da competência discursiva de sujeitos inscritos em um dado posicionamento. Sendo assim, esse sistema produz uma “filtragem” por meio da qual o discurso legitima ou não aquilo que pode ser enunciado a partir de um posicionamento. Com base nesse aspecto, também é possível aproximar o conceito de sistema de restrições semânticas do conceito de sistema de hipergenericidade: em ambos os casos, o que está em jogo são as regularidades

de um funcionamento discursivo que conflui para a manutenção de um dado posicionamento/identidade discursivo/a.

3.2. O mídiu se impõe

Outra dimensão que considero na análise da enunciação que é instaurada na página *Quebrando o tabu* é a do mídiu. Trata-se, pois, de uma dimensão do dispositivo comunicacional que dispara e organiza a enunciação e sobre ela impõe determinadas coerções.

A categoria de mídiu, mobilizada por Maingueneau (2006, 2013), diz respeito às mediações da linguagem por meio das quais uma ideia é revestida de força material. Tal noção é tributária do *Curso de midiologia geral* de Régis Debray (1993). Esse estudioso assevera que o mídiu (traduzido do original em francês *médium*) não deve ser confundido com *mass media* que, para ele, é apenas um prolongamento tardio das práticas de mediação da linguagem. A midiologia refere-se ao estudo dos modos de transmissão e circulação de ideias, o que não é restrito ao advento da mídia. Nas palavras do autor:

Uma mesa de refeição, um sistema de educação, um café-bar, um púlpito de igreja, uma sala de biblioteca, um tinteiro, uma máquina de escrever, um circuito integrado, um cabaré, um parlamento não são feitos para “difundir informações”. Não são “mídia”, mas entram no campo da midiologia enquanto espaço e alternativas de difusão, vetores de sensibilidades e matrizes de sociabilidades. Sem um ou sem outro desses “canais”, esta ou aquela “ideologia” não chegaria a ter a existência social de que podemos dar testemunho (DEBRAY, 1993, p. 15).

Tanto em Maingueneau (2006; 2013) quanto em Debray (1993), a categoria de mídiu é compreendida como fenômeno ligado ao momento sócio-histórico que lhe permite a existência. Maingueneau, por exemplo, explica em que medida o desenvolvimento das práticas discursivas contribuíram para o surgimento de novos mídius na sociedade, demonstrando que há diferenças expressivas nos regimes instaurados entre os mídius orais, escritos, impressos e, especialmente nos dias de hoje, digitais, como a internet. Para Debray, a análise sócio-histórica do mídiu somente é possível com base no prolongamento das práticas midiológicas, que se transformam de tempo em tempo, aos moldes do conhecimento humano e da experiência vivenciada pelo homem:

(...) descobre-se a melhor função do manuscrito a partir do impresso, do escrito a partir da imagem. A memória analógica (TV, rádio, etc.) assume todo seu relevo à luz das tecnologias numéricas (CD e leitura laser) que lhe sucedem. Da mesma maneira que o telecomputador de amanhã permitirá compreender melhor a visão de hoje, nossos atuais e rústicos meios de comunicação de massa esclarecem a função do médium “ex post ante”, absolutamente como a anatomia do homem esclarece a do macaco, e o grande capitalismo industrial do século XIX a pequena produção do feirante do século XV. É após um longo desenvolvimento histórico que se descobre o que estava sendo desenvolvido desde o princípio (DEBRAY, 1993, p. 31).

É imprescindível destacar que, para Maingueneau, o funcionamento do médium não deve ser limitado apenas ao canal material *strictu senso* de um enunciado, por meio do qual se poderia transmitir uma mensagem estável. A posição do autor é radical ao afirmar que o médium atua como uma dimensão do dispositivo comunicacional e que uma mudança midiológica reverbera inclusive sobre o conjunto de gêneros discursivos que medeiam a enunciação. Nesse sentido, a categoria de médium deve ser entendida como fenômeno que impõe coerções sobre aspectos enunciativos – o modo de transmissão, circulação e consumo dos enunciados –, isto é, como fenômeno que condiciona a existência de uma prática social, e não meramente como um “canal material” acessório da enunciação.

Nesse sentido, de acordo com Ferreira (2020), o médium não deve ser entendido como um produto tecnológico, um artefato físico, trata-se, antes, de um conjunto dinâmico de processos que coloca pessoas, objetos e textos em relação, a partir do qual é possível analisar a transmissão da cultura e, por correlação, da produção e reprodução da sociedade.

Em *Transmitir: o segredo e a força das ideias*, Debray (2000) propõe uma metodologia para a análise do médium. Conforme o autor, é na relação entre uma matriz de sociabilidade e um vetor de sensibilidade que a propagação material de ideias ocorre. Para ele, uma matriz de sociabilidade diz respeito a uma organização materializada (OM), isto é, as instituições que afixam os discursos segundo os valores e as práticas que mantêm. Por sua vez, o vetor de sensibilidade corresponde a uma matéria organizada (MO): os próprios objetos técnicos, situados no centro das preocupações da midiologia e que permitem a inscrição em um determinado conjunto de práticas sociais, afetando os sentidos de um texto e, inclusive, sua própria natureza.

Considerando essa metodologia, em *Mundo ético e médium: uma cenografia paulistana para a ciência brasileira*, Salgado e Delege (2018) definem o médium como um “imbricamento do que se tem referido nos estudos discursivos como *circulação* com

o que se costuma referir nos estudos da linguagem como *suporte*” (p. 377). Sem a pretensão de estabelecer uma relação biunívoca entre as duas noções, as autoras apontam para a articulação de um vetor de sensibilidade e uma matriz de sociabilidade, o que permite, nessa leitura da obra de Debray, definir a existência de um mídiu. Dentre outras coisas, as pesquisadoras analisaram a relação que se estabelece entre o objeto editorial Revista Pesquisa Fapesp, enquanto um vetor de sensibilidade (uma MO), e uma rede de instituições afiançadas pela agência de fomento à pesquisa que é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, enquanto matriz de sociabilidade (uma OM). Elas verificaram que, com relação às práticas científicas, a Revista, comparada às dissertações e teses, por exemplo, que têm apoio da Fapesp, é um mídiu mais “fluido” e que tem como fim dar voz à própria instituição.

Todavia, nesta tese de doutorado, não tenho a pretensão de conjugar, à maneira do trabalho de Salgado e Delege (2018), uma OM a uma MO. Em *Galáxia da internet*, Castells (2003) discorre sobre as origens da internet e sobre como ela alterou as relações políticas e empresariais a partir do momento em que é mobilizada como sistema de comunicação global em rede. Conforme o autor descreve, a origem da internet remonta aos anos de 1969, quando o Departamento de Defesa dos Estados Unidos lançou a ARPANET, uma rede interativa de computadores, por meio da ARPA – Advanced Research Projects Agency – criada como tentativa de superar a tecnologia soviética, em 1958, no auge da Guerra Fria, quando a União Soviética havia lançado o satélite *Sputnik* ao espaço, ultrapassando os Estados Unidos na corrida espacial que se instaurava à época.

Ainda de acordo com Castells, a Internet emergia como uma tecnologia revolucionária, por meio da qual os computadores conectados por ela eram “nós” em uma rede interacional. As primeiras conexões em rede realizadas por meio da ARPANET foram fruto dos esforços de instituições governamentais dos EUA, universidades e centros de pesquisas. Apesar da motivação militar, do ponto de vista acadêmico-científico, a Internet era tomada como um modo de se produzir coletivamente informações que pudessem aperfeiçoar os *softwares* que lhe possibilitavam o funcionamento e a ela davam acesso.

No desenvolvimento de acesso à tecnologia instaurada pela internet, surgiu a Web (*World Wide Web*) como um sistema de hipertexto que permitia o acesso e o acréscimo de informações por usuários conectados à rede. Dentre outros exemplos de navegadores criados com base na tecnologia instaurada pela web, Castells (2003) menciona o Internet Explorer do Windows 95, criado em meados dos anos de 1990, quando a internet surgia

efetivamente como um sistema flexível e descentralizado de arquitetura aberta que possibilitava a cooperação entre usuários, revelando que valores como liberdade, cooperação e solidariedade eram comuns à comunidade de cientistas, estudantes e dos primeiros usuários que contribuíram para a criação da internet.

Com base nisso, observa-se que, desde sua origem, a Internet foi condicionada por um valor de cooperação e solidariedade, o que resultou na criação de uma arquitetura “aberta”, em função da qual os usuários da rede se apoiam sob um estatuto de “protagonismo” na edição, produção e circulação dos conteúdos que nela são compartilhados. Sendo assim, ainda que não se possa falar em uma MO específica para essa grande OM em que a rede se constitui, o fato mesmo de ela propagar valores e fazer incidir sob a enunciação, que por meio dela é posta em curso, um suposto espectro de “anonimato” revela um funcionamento midiológico no que diz respeito à propagação de ideias que a categoria de mídiun pressupõe. Em outras palavras, isso quer dizer que, neste caso em específico, uma matriz de sociabilidade não coincide com um vetor sensibilidade específico, mas atua na dispersão material de ideias, o que é recoberto pela dimensão do mídiun conforme teorizado por Debray (1993).

Considerando-se, pois, esse aspecto da internet que alude a uma perspectiva de “abertura” e “cooperação” para a difusão de informações é que estabeleci a hipótese de que ela atua, no conjunto de dimensões do dispositivo da enunciação de *Quebrando o tabu*, como um mídiun.

Pollyana Gonçalves (2016), uma analista do discurso que se ocupou da análise de comunidades discursivas de escritores de *fanfictions* na internet, verificou que, enquanto mídiun, a internet é compreendida como espaço aberto, no qual se pode enunciar o que se quer e como se quer, inclusive por meio de um registro verbal violento. Essa violência verbal é resultado de um modo de funcionamento desse mídiun, que permite supor que a enunciação via internet é aberta, livre, efeito condicionado por um suposto espectro de anonimato que o mídiun constrói sobre a enunciação¹⁹ (REZENDE, 2017).

Em análise de comentários da página *Quebrando o tabu* na rede social Facebook (REZENDE, 2017; 2019) observei que a violência verbal, analisada por Gonçalves (2016) em comunidades de *ficwriters*, também é nela recorrente. As marcas desse registro

¹⁹ Ainda que nem sempre os usuários da internet se prestem a comentar temas que possam pressupor controvérsia, e por consequência violência verbal nos enunciados, a pretensa “liberdade enunciativa” condicionada por esse mídiun se verifica com base em outros indícios, como a informalidade dialetal que se pode mobilizar na rede, a possibilidade de se editar e de se apagar o que foi postado, entre outros, que transformam o usuário de internet em uma espécie de “senhor de sua própria experiência”.

variam entre ironia, sinais gráficos de alteração do “volume de fala”, injúria, entre outros. Mais que isso, pude ainda observar que o registro violento dos comentários da página pode ser descrito como um dos elementos que constitui os bate-bocas que nela se instauram, efeito que é condicionado também pelo mídiun, acoplado ao sistema de hipergenericidade, enquanto uma dimensão do dispositivo-comunicacional das enunciações que são postas em curso na internet. Trata-se, pois, de um modo de regulação da enunciação, que dá ao enunciador uma espécie de sensação de liberdade, em função da qual ele pode interagir com outros enunciadores valendo-se, por exemplo, de violência verbal, como ocorre com as comunidades de escritores de *fanfictions* (GONÇALVES, 2016) e de comentadores das publicações de *Quebrando o tabu* (REZENDE, 2017), o que possivelmente (ou menos recorrentemente) não se verificaria com outros mídiuns, como a televisão ou o jornal impresso, pois eles impõem outros tipos de coerções à enunciação, como o fato de os comentários poderem ser selecionados e modificados por editores e jornalistas.

Debray (1993, p. 35) afirma que a midiologia pode ser bem definida como o “estudo técnico do poder dos meios”. O autor ainda esclarece que a metodologia da análise midiológica se baseia em uma cartografia, por meio da qual um plano micro permite estabelecer um plano macro capaz de orientar as determinações dos mídiuns em análise. É nesse sentido, pois, que considero que as especificidades da enunciação (plano micro) do mídiun internet – como a informalidade dialetal, os recursos de edição e exclusão de publicações, a facilidade de acessar diferentes páginas e conteúdos simultaneamente e a própria violência verbal em interações *online* – são coerções que impõem um pretense efeito de liberdade enunciativa (plano macro) à enunciação na rede, o que foi previsto por Gonçalves (2016) e posteriormente analisado em minha dissertação de mestrado (REZENDE, 2017).

Com relação ao dispositivo comunicacional²⁰ que engendra e organiza a enunciação de *Quebrando o tabu* no Facebook, é possível avaliar que as duas dimensões

²⁰ Nesta tese de doutorado, proponho analisar a internet como um mídiun que compõe uma dimensão do dispositivo comunicacional capaz de disparar e gerenciar a enunciação da página *Quebrando o tabu*. Ao longo de sua obra, Maingueneau refere-se, como já dito, a categorias como gênero discursivo e mídiun como dispositivos comunicacionais, o que permite compreender que cada um desses fenômenos condiciona, a seu próprio modo, um dispositivo específico. Por outro lado, o que tenho tentando sustentar é que a enunciação é disparada e organizada sempre por um dispositivo que recobre diferentes dimensões, todas operando sobre ela, simultaneamente, como coerções específicas do funcionamento enunciativo. Trata-se de uma “aparelhagem”, em que todas as suas dimensões promovem, ao mesmo tempo, o funcionamento da enunciação. Todavia, de um ponto de vista metodológico, as coerções específicas de cada uma dessas dimensões do dispositivo só podem ser descritas se se considera analisá-las em duas

consideradas – sistema de hipergenericidade e mídiuim – são acopladas e instituem uma “aparelhagem” – termo que, despretensiosamente, tomo de empréstimo de Foucault (1999). Em *Quebrando o tabu*, são postas a circular publicações que tematizam assuntos controversos (como machismo, feminismo, armamento de civis, descriminalização das drogas, direito de minorias, etc.), a partir de um posicionamento “mais progressista”. Em função desse posicionamento, os assuntos abordados são apresentados como temas a serem debatidos, permitindo-se, assim, descrever a identidade cenográfica das publicações da página como um “fórum de discussão”, o que atesta a identidade semântica de uma página contestadora – que visa, por assim dizer, quebrar tabus, conforme o próprio nome indica. É em função dessa identidade discursiva, construída em um sistema de hipergenericidade que busca promover sua manutenção, que são postados comentários (contrários, afins, “neutros”, entre outros) em relação ao posicionamento da página. Por sua vez, esses comentários são debatidos por outros enunciadores que debatem a publicação da página, podendo valer-se de recursos linguísticos que pressupõem um efeito de liberdade enunciativa, como a violência verbal, relacionados às coerções do mídiuim Internet. Nesse sentido, no que se refere à dimensão do mídiuim (acoplada à do sistema de hipergenericidade no dispositivo comunicacional, que engendra e gerencia a enunciação na página), observa-se que ela regula um modo de produção e consumo dos enunciados, em função do qual se constrói, para os enunciadores na rede, um efeito de liberdade enunciativa, permitindo-lhes interagir com as publicações de *Quebrando o tabu*, valendo-se de recursos linguísticos característicos de um registro verbal violento, próprio de bate-bocas. Assim, o conjunto de comentários da página parece se comportar como uma espécie de “praça pública²¹” do século XXI, em que se debatem “opiniões” a respeito de temas controversos, a partir de uma violência (verbal) generalizada.

Com base no que foi até aqui apresentado, é que me foi possível descrever a existência de pelo menos duas dimensões que constituem o dispositivo comunicacional da enunciação de *Quebrando o tabu* no *Facebook*: a do mídiuim Internet, que permite a recorrência da violência verbal nos enunciados, em função de um suposto efeito de anonimato/liberdade, e a do sistema de hipergenericidade, que impõe os temas a serem

etapas: descrevendo-se as coerções específicas de cada dimensão do dispositivo comunicacional considerado e o efeito da acoplagem dessas dimensões em uma “aparelhagem” que atua sobre a enunciação.
²¹ A concepção de “praça pública” a que se faz menção aqui é a de Bakhtin (1987), em que a expressão, apresentada na obra *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*, é definida como lugar em que as pessoas podem expressar suas ideias, convicções e ideologias livremente.

“comentados”/debatidos, em função da identidade da página, instituídas nas/pelas cenografias construídas. Além disso, é possível considerar que “dispositivo” se mostra como um termo adequado para se explicar processos de constituição e de organização da enunciação, justificando, assim, as abordagens filosóficas e enunciativas das quais me vali para delimitar o conceito em minha pesquisa.

Considerando as hipóteses e objetivos traçados nesta pesquisa, no item a seguir argumentarei em favor de relacionar o dispositivo comunicacional, tal como o concebido nesta pesquisa, a um sistema de cognição distribuída.

4. Entre o dispositivo e a cognição distribuída: uma “aparelhagem” para o discurso

Mussalim (2018b), ao mobilizar o conceito de cognição distribuída de Hutchins, propõe uma reformulação da noção de artefato cognitivo, integrando à teorização os dispositivos comunicacionais, tais como concebidos por Dominique Maingueneau (2006; 2008a; 2013), quando se tratar da análise de dados de linguagem.

Mussalim esclarece que o dispositivo comunicacional pode ser compreendido como responsável por “disparar a enunciação” e lhe impor as coerções necessárias que configurarão seu curso. De acordo com a autora:

o dispositivo enquanto uma instância que dispara a enunciação pressupõe a consideração de que a transmissão do texto não vem depois de sua produção e que suas formas de circulação não vêm depois de sua produção e antes de sua recepção; diferentemente, tudo isso se instaura concomitantemente e de maneira integrada, ao se acionarem certos dispositivos comunicacionais, como os gêneros do discurso e o mídiu, que exercem coerções específicas sobre a enunciação (MUSSALIM, 2018b, p. 18).

Sendo assim, para a autora, o dispositivo comunicacional tem, sobre a enunciação, uma natureza dupla, coercitiva e integrativa, que permite a configuração dos modos de produção, circulação e consumo dos discursos. Nesse sentido, também esclarece que o gênero do discurso e o mídiu são dispositivos comunicacionais, pois engendram e condicionam a enunciação.

Ao analisar um dado produzido em uma pesquisa com sujeitos afásicos no Centro de Convivência de Afásicos (CCA), que compõe o Banco de Dados em Neurolinguística (BDN), construído com participação expressiva do trabalho realizado pelo Grupo de Pesquisa Neurolinguística Discursiva: afasia e infância, liderado por Maria Irma Hadler

Coudry no IEL-UNICAMP e certificado pelo CNPq, Mussalim (2018b) verificou que existe um processo interacional que se configura tanto entre o sujeito afásico e a pesquisadora, quanto entre eles e os mídiuns oral e escrito mobilizados para a realização das atividades propostas na investigação. Conforme descreve, o objetivo era que o sujeito afásico procedesse à escrita de uma palavra dada. Como ele, em função de sua afasia, demonstrava dificuldade na realização de tal tarefa, a pesquisadora adotou o procedimento de solicitar-lhe a leitura, em voz alta (mídiun oral, condicionado pela sua realização em ondas sonoras) da palavra escrita (mídiun escrito, condicionado pela sua realização em sinais gráficos). Desse modo, a escrita da palavra, objetivo do procedimento, foi realizada a partir da orientação fonética da leitura da unidade lexical e da mediação da pesquisadora com a qual o sujeito afásico interagiu no desenvolvimento da atividade em curso.

Partindo desse dado, Mussalim analisa um sistema cognitivo, que se institui pela interação entre sujeito afásico e pesquisadora e também pela interação deles com os mídiuns, compreendidos como dispositivos comunicacionais. O deslocamento proposto por Mussalim (2018b), em função dessa análise, é que o artefato cognitivo, em interações que envolvam linguagem, seja compreendido como um dispositivo comunicacional (ao integrar, por exemplo, o gênero do discurso e o mídiun), passando, pois, a ser concebido como sendo de natureza cognitivo-discursiva e não apenas cognitiva, como inicialmente proposto na teoria de Hutchins. Assim sendo, na análise do dado em questão, a interação entre o sujeito afásico e a pesquisadora, bem como a interação deles com os mídiuns oral e escrito, pode ser descrita, segundo a autora, como *inputs* que contribuem para um mesmo *output*: o êxito do sujeito afásico em ler uma palavra dada.

Correlativamente, tenho assumido a hipótese de que o dispositivo comunicacional que engendra a enunciação da página *Quebrando o tabu* no Facebook atua como uma ferramenta cognitiva, que, integrada à interação entre os comentadores das publicações da página, compõe um sistema cognitivo em que vários *inputs* (a interação entre sujeitos e as dimensões do dispositivo comunicacional enquanto ferramenta cognitiva) atuam para um mesmo *output* (a inscrição de comentadores em bate-bocas, como parte de uma ampla cenografia de “fórum de discussão”, que atua para a manutenção da identidade discursiva de *Quebrando o tabu*).

Vale esclarecer que as dimensões do sistema de hipergenericidade e do mídiun, que compõem o dispositivo comunicacional da enunciação em *Quebrando o tabu* no Facebook, põem a funcionar conhecimentos que se distribuem entre o dispositivo

comunicacional, tomado, de acordo com o deslocamento produzido por Mussalim (2018b), como artefato cognitivo, e entre os sujeitos que se prestam a comentar as publicações da página. Isso ocorre porque a dimensão do sistema de hipergenericidade, que implementa a gestão da identidade discursiva das páginas do Facebook, impõe que as temáticas abordadas pelas publicações de *Quebrando o tabu* suscitem temas controversos a serem “debatidos” – conforme a cenografia de “fórum de discussão” construída no/pelo discurso da página –, e também porque a dimensão do mídiun é responsável pelo suposto efeito de “liberdade enunciativa” construído pela Internet, o que acaba por licenciar as trocas de turnos conversacionais, demasiadamente marcadas por um registro verbalmente violento, em comentários que essa página recebe na rede social Facebook. Caracteriza-se, desse modo, um sistema cognitivo que se distribui entre o ambiente social e material dos sujeitos e que tem como *output* a realização de uma atividade comunicativa: manter a cenografia de “fórum de discussão” e, em função disso, a identidade discursiva da página.

5. Uma análise: o “artefato” pela visão do “usuário” e pela visão do sistema

Nesta seção, buscarei analisar dados coletados na página pública *Quebrando o tabu* no Facebook para tentar demonstrar a viabilidade das seguintes hipóteses: i) de que há um dispositivo comunicacional que condiciona e gerencia a enunciação; ii) de que a análise pode produzir ganhos teóricos e explicativos considerando-se esse dispositivo como um artefato cognitivo-discursivo.

É importante destacar que os dados apresentados constituem uma amostra de um conjunto maior do *corpus* de publicações e comentários que reuni da página *Quebrando o tabu* no Facebook. Na análise, que apresento nesta seção, especificamente, considereirei três publicações da página: uma de 2016, outra de 2019 e a terceira de 2022, além de comentários recebidos por elas. Todas abordam o mesmo tema: “família”. A justificativa para a eleição desse tema, dentre todos os outros que a página aborda, baseia-se no fato de que, comparando-se publicações em torno de outras temáticas em *Quebrando o tabu* no Facebook, o assunto em pauta (“família”) foi recorrentemente trazido à baila pela página (um indício disso é que os exemplares de publicações analisados datam de 2016, 2019 e 2022). Ademais, a questão da “família” parece ser, além de nevrálgica, um tema de debate que suscita quadros de valores perenes em nossa sociedade, pautados, inclusive,

por leis que tentam normatizar sua constituição, conforme se pode depreender do Projeto de Lei (PL) Estatuto da Família (BRASIL, 2015).

Com relação à análise, o que proponho é, alinhando-me ao trabalho de Mussalim (2018b), reler a noção de artefato cognitivo na busca por produzir um deslocamento que me permita integrar, à abordagem da cognição distribuída, fenômenos discursivos, como sistema de hipergenericidade e mídiu. Para tanto, retomo a definição de Norman (1991, p. 1) de artefato cognitivo: “um dispositivo artificial projetado para manter, mostrar, ou operar sobre informações a fim de servir a uma função representacional”. Para o autor, o artefato cognitivo, nessas condições, é partícipe do sistema pelo qual a cognição se manifesta, produzindo distribuição de informações entre os sujeitos e ferramentas materiais para a realização de tarefas em contextos ativos de atividade humana.

Ao integrar uma definição como essa na análise de um fenômeno discursivo, como o dispositivo comunicacional aqui considerado (que acopla sistema de hipergenericidade e mídiu), é necessário realizar deslocamentos. O primeiro deles diz respeito à natureza do “dispositivo”. Não se trata, no caso da enunciação, de um dispositivo “artificial”, mas de um dispositivo de natureza cognitivo-discursiva, que impõe coerções específicas sobre o gerenciamento das informações e da comunicação. As dimensões do sistema de hipergenericidade e do mídiu, integrantes desse dispositivo, produzem, simultaneamente, coerções distintas que orientam o modo como o discurso é produzido, transmitido e consumido.

Conforme explicado anteriormente, a noção de sistema de hipergenericidade foi postulada em minha dissertação de mestrado (REZENDE, 2017), como uma extensão do conceito de hipergênero de Maingueneau (2006; 2013; 2010). Ela explica, grosso modo, como as cenografias construídas no/pelo discurso de páginas do Facebook instituem suas identidades semânticas e como se promove a manutenção dessas identidades em um sistema por meio do qual diferentes unidades comunicacionais da internet são convergidas para seu interior, especialmente por meio da ferramenta de “compartilhar” dessa rede social. Por outro lado, a dimensão do mídiu promove, ao usuário da internet, um efeito de “liberdade enunciativa”, em função do qual o sujeito produz e consome enunciados sob uma pretensa abertura que lhe torna uma espécie de “senhor de sua própria experiência”, podendo, em função disso, interagir com publicações do Facebook que lhe são disponíveis, valendo-se, por exemplo, de um registro verbal violento, como ocorre em inúmeros comentários recebidos pelas publicações de *Quebrando o tabu*.

Sendo assim, nessa releitura, o dispositivo comunicacional não pode ser considerado como um artefato “artificial”, como na visão de Norman, porque ele impõe coerções sobre a enunciação que se estabelece no interior da página *Quebrando o tabu*, ao mesmo tempo em que essas coerções fornecem informações para que se estabeleça a interação entre os sujeitos, como as temáticas possíveis de serem abordadas (imposição das coerções do sistema de hipergenericidade que atuam sobre o dispositivo comunicacional) e a “liberdade enunciativa” (integrada, à enunciação, por imposição das coerções do mídiu). Em função disso é que a natureza do dispositivo comunicacional, relido sob a perspectiva do artefato cognitivo, é, conforme já enunciado, cognitivo-discursiva.

O segundo deslocamento diz respeito ao fato de que, embora não se trate de um artefato “artificial”, como na definição de Norman (1991), o dispositivo comunicacional também integra um sistema cognitivo-distributivo por meio do qual vários *inputs* atuam para a manifestação de um mesmo *output*. Para exemplificar essa afirmação, analisarei, a seguir, dados coletados da página de *Quebrando o tabu* no Facebook, considerando duas perspectivas de abordagem do funcionamento do artefato cognitivo (NORMAN, 1991): a perspectiva do sujeito enunciador e a do sistema.

Para Norman, como anteriormente mencionado, duas visões permitem a análise do artefato cognitivo. Na visão do sujeito, que mobiliza uma ferramenta na execução de uma tarefa dada, o próprio uso da ferramenta é por si só uma atividade. A ação de formular listas ou “checklists” que lhe auxiliam na execução de uma tarefa a posteriori é tomada ela mesma como uma atividade, não como um recurso por meio do qual outra tarefa será executada; para o sujeito, a outra tarefa é uma nova atividade.

No que diz respeito à inserção de comentários em publicações de páginas do Facebook, como a *Quebrando o tabu*, o sujeito enunciador não o faz, necessariamente, para manter a cenografia de “fórum de discussão” e, em função disso, a identidade da página, mas para inscrever uma “opinião” em torno da temática abordada. Vejamos, a seguir, um exemplar de uma das publicações da página selecionadas para a análise de dados:

(1) ²²



Na captura de tela apresentada em (1), é possível observar um meme²³ que faz alusão a uma família “não tradicional”, em que uma galinha, considerada pelo enunciador como “desconstruída”, isto é, livre de preconceitos, cuida de filhotes de animais de outra espécie, no caso cachorros, como se fossem seus “filhos”, “para lembrar que o conceito de família pode ser o que você quiser”. Além disso, o meme compartilhado pela página *Quebrando o tabu* é introduzido com os seguintes dizeres: “galinha fofinha quebradora de tabus”.

A discussão, proposta na página por essa publicação de 2016, remonta à aprovação do Estatuto da Família pela Câmara dos Deputados Federais em 2015, que postula que o conceito de “família” é baseado na relação entre “homens e mulheres” cis gênero, como se pode depreender do que o documento impõe²⁴, conforme o seguinte trecho do artigo 2º do Projeto de Lei 6583/2013 de autoria do então deputado Anderson Ferreira do Partido da República (PR, que teve sua sigla alterada para PL – “Partido Liberal” – em 2019):

Para os fins desta Lei, define-se entidade familiar como o núcleo social formado a partir da união entre um **homem e uma mulher**, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (BRASIL, 2015, destaque do autor).

²² goo.gl/txvgPm – acesso em: 21/09/2016.

²³ Espécie de enunciado humorístico que circula na internet, especialmente nas redes sociais.

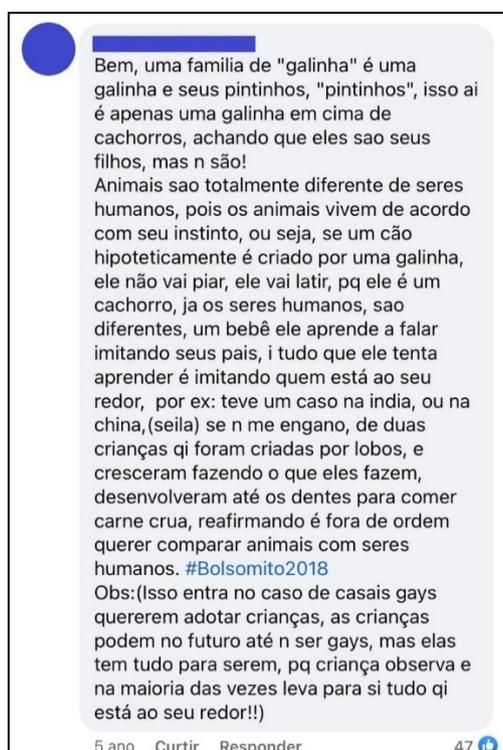
²⁴ Cf. Ficha de tramitação do processo na Câmara dos Deputados, disponível em: <http://goo.gl/xPHKHL> – acesso em: 21/09/2016.

Nesse sentido, o documento exclui do conceito de família qualquer configuração que não seja restrita à união de homens e mulheres cis gênero ou às configurações familiares entre qualquer um dos pais e seus descendentes, como os núcleos formados por casais homoafetivos, posição à que a publicação compartilhada por *Quebrando o tabu* se contrapõe, permitindo verificar a partir de (1) que a orientação ideológica da página em torno do tema é de “família” enquanto instância “diversificada”.

Ao deparar-se com uma publicação como essa, o sujeito “comentador” de *Quebrando o tabu* é interpelado pela identidade discursiva da página, atestada pela cenografia de “fórum de discussão”, que é construída com base no apelo ao posicionamento “mais progressista” de *Quebrando o tabu*, quando se considera que ela aborda os temas de modo a “desconstruir” tabus condicionados por uma visão de mundo “mais conservadora”, como a família “tradicional”.

Na visão do sujeito enunciador que comenta uma publicação como a apresentada em (1), o que se tem é a imposição do modo de interação que lhe é possível estabelecer com o que fora postado, determinando-lhe a temática específica que ele pode abordar no comentário que vier a realizar. Vejamos, a seguir, um exemplar de comentário que essa publicação recebeu:

(2)



No comentário apresentado em (2), o enunciador procede a uma análise da cena instaurada pelo meme em (1). Verifica-se que ele debate o quadro de família que a publicação de *Quebrando o tabu* coloca em pauta, rejeitando a posição da página de que família é uma instância diversificada e alinhando-se a uma posição como a do Estatuto da Família, que compreende núcleo familiar como uma instituição legitimada apenas pela união de homens e mulheres cis gênero. Para tanto, ele produz uma comparação entre os caracteres animais pautados pelo meme compartilhado e a espécie humana, enfatizando o fato de, nos dois casos considerados, a ideia de “família diversificada”, pautada por *Quebrando o tabu*, ser algo que foge à naturalidade de ambas as espécies.

Se, como tenho tentado sustentar, é aceitável considerar que a rede social é um dispositivo comunicacional, que congrega pelo menos as dimensões do sistema de hipergenericidade e do mídiun, também é válido conjecturar que é esse dispositivo que leva o sujeito a inscrever-se, por meio de um comentário, no debate fomentado pela publicação de *Quebrando o tabu*.

Entretanto, na visão do sujeito que procede ao comentário da publicação da página, o dispositivo é responsável apenas por lhe impor o tema em torno do qual ele pode opinar, determinando-lhe, assim, o modo de interação que lhe é possível estabelecer com o assunto abordado. Além disso, esse mesmo dispositivo é o que lhe permite efetivamente inscrever-se na interação sobre a temática pautada, servindo-lhe como recurso para realizar a atividade de produzir comentários na rede social, o que, lido na perspectiva da cognição distribuída, permite compreender esse dispositivo como um artefato cognitivo por meio do qual o sujeito realiza uma atividade: comentar publicações.

Ao considerar, por exemplo, a análise de publicações e de comentários de outras páginas (pelo menos aquelas classificadas como “públicas” na rede social Facebook), cuja natureza identitária seja distinta de uma página como *Quebrando o tabu*, é possível constatar um funcionamento similar da interpelação do dispositivo sobre o sujeito. Para fazer essa verificação, consideremos, a seguir, uma publicação da rede de supermercados *Pão de açúcar*:

(3)²⁵

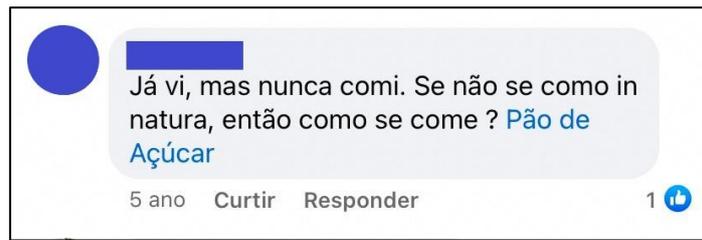


A captura de tela apresentada em (3) é de uma publicação da página do Facebook da rede de supermercados *Pão de açúcar*. Nessa publicação, a página expõe a “publicidade” de uma fruta, “kino”, disponível para venda em suas lojas. De modo geral, as publicações da página encenam uma espécie de “panfleto de supermercado”, em torno do qual produtos e ações da marca são “anunciados” para seus possíveis consumidores inscritos na rede social. Conforme observei em minha dissertação de mestrado (REZENDE, 2017), essa cenografia, de “panfleto de supermercado”, institui a identidade discursiva da página, por meio de uma referência a um tipo discursivo, publicitário, ao valer-se, por exemplo, do slogan “Pão de açúcar: especialista em fazer você feliz”, enunciado prototípico desse tipo de discurso.

Ao deparar-se com uma publicação como essa, o modo como o sujeito é interpelado advém das coerções do dispositivo comunicacional, que impõe o tipo de interação, cliente-vendedor, que é possível estabelecer por meio de comentários às publicações, conforme se pode depreender do excerto abaixo:

²⁵Disponível em: goo.gl/t5Aw3V – acesso em: 14/06/2016.

(4)



Em (4), observa-se um comentário postado à publicação apresentada em (3). Nesse comentário, o enunciador interage com a publicação de *Pão de açúcar* numa espécie de relação entre “cliente” e “vendedor” ao questionar a maneira adequada de se consumir o produto anunciado. Esse tipo de interação é, necessariamente, condicionado pela cenografia de “panfleto de supermercado” que institui a identidade discursiva da página, gerida por meio de um sistema de hipergenericidade que tenta garantir sua manutenção. Para o sujeito que comenta a publicação, assim como ocorre com a análise de (2), o dispositivo é um artefato por meio do qual ele realiza a interação.

Assim, do ponto de vista do “usuário” de um artefato cognitivo, no contexto de realização de uma atividade, como a de comentar publicações do Facebook, o dispositivo é a ferramenta que lhe permite proceder à interação, ao mesmo tempo que lhe impõe o tipo de interação que pode ser estabelecida.

Do ponto de vista do sistema, por outro lado, de acordo com Norman (1991), é possível observar o quadro completo de distribuição de informações e representações que se estabelece entre o sujeito, a tarefa e o artefato. É como se, dessa perspectiva, o sistema pudesse ser observado “de cima”. Nesse caso em específico, o artefato não é responsável apenas por “ajudar” o sujeito na realização de uma atividade, ele é condição para a realização da tarefa – tudo integrando-se em um sistema como *inputs* que atuam, de forma distribuída, em prol de um mesmo *output*.

Se, do ponto de vista do sujeito que mobiliza um artefato para comentar uma publicação do Facebook, ele o faz para proceder a essa atividade em específico, que lhe é possível em função das determinações coercitivas do dispositivo comunicacional, do ponto de vista do sistema o que se observa é de que modo a distribuição de informações entre sujeitos e artefato produz efeitos em um nível discursivo.

É dessa perspectiva que me parece que a ideia do dispositivo comunicacional, compreendido por Mussalim (2018b) como instância enunciativa que congrega diferentes dimensões coercitivas e integrativas, é, segundo ela, melhor investida quando relida sob

a perspectiva da cognição distribuída. Para a autora, como anteriormente apresentado, em uma releitura a partir de um mirante de análise discursivo, o artefato cognitivo é melhor empregado quando se assume a natureza dele como de ordem cognitivo-discursiva: cognitiva porque permite a distribuição de informações para a realização de uma tarefa dada; discursiva porque, em interações que envolvem linguagem, ele é, enquanto dispositivo comunicacional, responsável por disparar enunciação e, ao mesmo tempo, impor a ela restrições que delimitam a atividade em curso.

No caso da enunciação da página *Quebrando o tabu*, em particular, observa-se pelo menos dois tipos de coerções que o dispositivo comunicacional (que acopla a dimensão do sistema de hipergenericidade e a do mídiu em uma espécie de “aparelhagem” de disparo e gerenciamento da enunciação) impõe sobre as interações que se estabelecem no conjunto de comentários que a página recebe em suas publicações: i) a imposição das temáticas pressupostas pela identidade cenográfica do sistema de hipergenericidade que tenta garantir a unidade semântica da página; ii) a abertura para manifestações languageiras verbalmente marcadas por violência, efeito que é decorrente do mídiu Internet. É nesse sentido que, buscando analisar como o dispositivo comunicacional é integrado a um sistema cognitivo-discursivo, observa-se que a interação entre comentadores das publicações da página *Quebrando o tabu* da rede social Facebook mediada por um artefato cognitivo-discursivo (o dispositivo comunicacional) são *inputs* de um mesmo *output*: a instauração de bate-bocas, integrantes da cenografia de “fórum de discussão”, que imprime identidade à página. Trata-se da visão do sistema descrita por Norman (1991), relida, entretanto, pelo viés de uma teoria de discurso que permite integrar, de maneira orgânica, a relação entre linguagem e cognição, ou, nos termos de Paveau (2013), que permite integrar uma dimensão cognitiva à teoria do discurso. Sendo assim, mais que promover a realização de uma atividade específica, o artefato determina, em interações de linguagem, as condições de realização dessa atividade.

Pelo conjunto de comentários que a publicação apresentada em (1) recebeu, é possível exemplificar esse tipo de funcionamento:

(5)

The screenshot shows a Facebook post on the page 'Quebrando o Tabu'. The post has 8 replies. The comments are as follows:

- Comment 1: "Vai ter que abrir conta na mercearia pra comprar leite...kkkkk...assim como órgão excretor não reproduz, galinha não dá leite...kkkk" (You'll have to open an account at the grocery store to buy milk...kkkkk...just as the excretory organ doesn't reproduce, chickens don't give milk...kkkk)
- Comment 2: "Não é por isso que os filhotes morrerão de fome!" (Isn't it because of this that the chicks will die of hunger?)
- Comment 3: "vão comer a Galinha!?...kkkkk" (they will eat the chicken!...kkkkk)
- Comment 4: "Odeio quando a pessoa se finge de idiota pra parecer engraçada 😏" (I hate when someone pretends to be an idiot to seem funny 😏)
- Comment 5: "Bolsonaro 2018" (Bolsonaro 2018)
- Comment 6: "Sua opinião mudou o mundo, próximo." (Your opinion changed the world, next.)
- Comment 7: "O que vc acha que os pintinhos comem? Pois é, a natureza sempre dá um jeito. Podem ter necessidades (como todos os viventes), mas morrer de fome, é que não vão!" (What do you think chicks eat? Well, nature always finds a way. They can have needs (like all living beings), but dying of hunger, that's not going to happen!)
- Comment 8: "Melhor seria se tu tivesse morrido de fome, um escroto a menos no mundo..." (It would be better if you had died of hunger, one scrotum less in the world...)
- Comment 9: "O orgão excretor da galinha tabn é o orgão reprodutor. E o galo nao tem pinto. É cloaca c cloaca." (The excretory organ of the chicken is the reproductive organ. And the rooster doesn't have a penis. It's cloaca c cloaca.)
- Comment 10: "Discurso de ódio [redacted]? Que coisa feia!" (Hate speech [redacted]? What a disgusting thing!)
- Comment 11: "Órgão excretor reproduzir sim, se não você não estaria aqui." (Excretory organ reproduces yes, if not you wouldn't be here.)

Em (5), observa-se uma troca de turnos conversacionais entre os enunciadores dos comentários que a publicação em (1) recebeu, de modo que o que se debate é o tema “família” que fora pautado. Analisando esse fenômeno, observa-se que a interação entre os sujeitos é disparada pelo dispositivo da enunciação, que possibilita – e ao mesmo tempo restringe (realiza coerções) – o debate em torno de um tema polêmico (sistema de hipergeneracidade, que inclui, no caso, a instância cenográfica de “fórum de discussão”), marcado por um registro verbal violento (mídium Internet).

Em minha dissertação de mestrado, verifiquei que esse tipo de registro pode ser assim classificado em função dos recursos linguísticos empregados na troca de turno que se estabelece entre os comentários:

Quadro 1 - Indícios de violência verbal nos comentários de “*Quebrando o tabu*”

TIPO	EXEMPLO	EFEITO
IRONIA	“vai ter que abrir conta na mercearia para comprar leite... kkkkkkk assim como órgão excretor não reproduz, galinha não dá leite kkkkkk”; “vão comer a galinha!?! Kkkkk”; Discurso de ódio? Que coisa feia ”;	Vituperar a posição contrária.
ÊNFASE	“Não é por isso que os filhotes morrerão de fome!”; “mas morrer de fome é que não vão!”;	Efeito ilocutório; volume ²⁶ .
INJÚRIA	“odeio quando a pessoa se finge de idiota para parecer engraçada”; “melhor seria se tu tivesse morrido de fome, um escroto a menos no mundo”; “órgão excretor reproduz sim, se não você não estaria aqui”.	Atacar diretamente um enunciador.

Fonte: Rezende (2017)

Esse tipo de interação, uma troca de turnos conversacionais altamente marcada por violência verbal, não se mostra como um caso isolado no conjunto de comentários que a página recebe em suas publicações. É possível constatá-lo, ao longo do tempo, em muitas outras.

Conforme já observado, a publicação apresentada em (1) foi realizada no ano de 2016, todavia a temática continua sendo recorrentemente retomada por *Quebrando o tabu* no Facebook. Vejamos, a seguir, uma publicação de 2019 que retoma a discussão estabelecida em (1):

²⁶ Pressupõe um ato performativo, como jurar, confessar, entre outros. Neste caso, um ato de simular, por meio de sinais gráficos, a “alteração do volume de fala” na escrita.

(6)²⁷



Na captura de tela apresentada em (6), observa-se uma imagem repleta de ícones gráficos representativos de seres humanos e animais, aludindo a possíveis e distintas configurações familiares. Além disso, a imagem é introduzida pelo texto verbal que diz: “Família é onde você se sente amado, acolhido e respeitado”, acrescida de um *emoji*²⁸ que simboliza um coração, um elemento gráfico representativo dos valores de “amor” e “afetividade”. Trata-se, como ocorreu na análise de (1), de uma abordagem da página acerca do tema “família”, pautada segundo o posicionamento a que *Quebrando o tabu* se alinha – um posicionamento que tenho, por falta de termos melhores, chamado de “mais progressista” –, segundo o qual “família é diversidade” e “amor”. Sendo assim, como anteriormente observado, é o apelo a esse posicionamento o indício que permite constatar a instauração da cenografia de “fórum de discussão” no e pelo discurso da página. Por sua vez, é em função dessa cenografia que se delimita, decorrente das coerções da dimensão do sistema de hipergenericidade, o tipo de temática e o modo pelo qual elas são

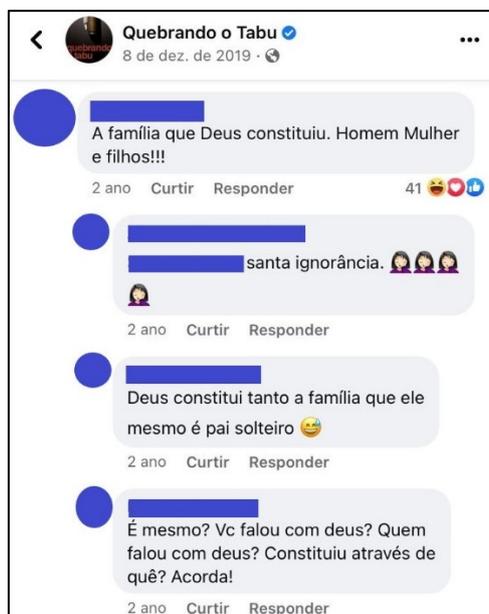
²⁷ <https://bit.ly/3BFtFIg> - acesso em 11/11/2021.

²⁸ Trata-se de uma palavra que tem origem na língua japonesa. De acordo com Bai et al. (2019), os *emoji* são símbolos, de diferentes tipos de uso, que representam diferentes tipos de ideias na interação entre pessoas no mundo digital, na comunicação mediada por computador.

abordadas nessas publicações, com vistas a se garantir a identidade semântica do enunciador de *Quebrando o tabu* na rede social Facebook.

Ao ser interpelado pela cenografia construída, o interlocutor de *Quebrando o tabu* se inscreve no processo interacional que o “fórum de discussão” encena, opondo-se ou alinhando-se à posição que a página assume em suas publicações no Facebook. Mais uma vez, é necessário destacar que, do ponto de vista metodológico assumido, a partir das considerações de Norman (1991), o usuário da rede social mobiliza o artefato como ferramenta que lhe permite realizar uma ação específica, neste caso a de comentar uma publicação de *Quebrando o tabu*. Todavia, do ponto de vista sistêmico que a mobilização de um artefato cognitivo-discursivo pressupõe, ao realizar tal atividade, inscreve-se em um bate-boca regulado por trocas de turnos conversacionais, altamente marcadas por violência verbal, em função de a enunciação ter como outra das dimensões de seu dispositivo o mídiun Internet, que supostamente confere aos interlocutores uma espécie de “liberdade enunciativa”, permitindo-lhes interagir com a página e outros usuários da rede de modo menos polido. Então, o que se tem, nesse processo, são *inputs* voltados para um mesmo *output*: a instauração de bate-bocas, integrantes da cenografia de “fórum de discussão”, que imprime identidade à página. Consideremos o dado a seguir:

(7)



O conjunto de comentários apresentados em (7) é, assim como o que apresentei em (5), exemplar desse tipo de funcionamento que tenho observado emergir da

enunciação. Há, pois, uma troca de turnos conversacionais marcada pelos traços de um registro verbal violento. O primeiro comentário que aparece em (7) opõe-se ao modo como *Quebrando o tabu* aborda a temática da “família”, informando que essa instituição é condicionada por uma “vontade divina”, restrita a uma visão de mundo mais tradicional, composta por “homens, mulheres e filhos”, aos moldes de uma concepção como a do Estatuto da Família, explicitada pelo comentário em (2).

Logo em seguida, a opinião de “família” enquanto “determinação divina” é debatida por outros comentadores da página. Todavia, esse debate não é sem margens: ele é fruto das coerções do dispositivo comunicacional, integrado a um sistema cognitivo-discursivo, em função do qual instauram-se bate-bocas nas trocas de turnos realizadas pelos comentadores de *Quebrando o tabu*.

Um indício da existência desse bate-boca é, necessariamente, a violência verbal, que resulta da “liberdade”, ou pelo menos do efeito de “liberdade”, que as coerções do mídiu impõem sobre a enunciação. Ao se contrapor ao primeiro comentário apresentado em (7), por exemplo, indicando que a opinião exposta deve ser classificada como “santa ignorância”, o segundo enunciador profere uma injúria, tomando o outro enunciador ao qual se contrapõe como alguém ignorante, isto é, desprovido de capacidade para opinar sobre o tema.

Os outros dois, terceiro e quarto, comentários da captura de tela em (7), apelando a outro recurso de violência verbal, rechaçam a opinião de “família enquanto determinação divina” por meio da ironia. No terceiro comentário, ocorre um vitupério à opinião do primeiro comentador em (7), ao tentar deslegitimá-la, indicando-se a inviabilidade de se tomar a figura de “Deus” enquanto exemplar do debate sobre o tema, “já que ele foi pai solteiro”, satirizando a forma como a figura de “Deus” é integrada no debate sobre o tema e ironizando em torno do preceito bíblico de que “Deus” enviou seu filho para salvar a humanidade. O quarto comentário apresentado em (7), por sua vez, ironiza uma suposta possibilidade de o enunciador ao qual ataca ter entrado em contato com o “divino”, questionando o que efetivamente é correto, para que pudesse defender uma opinião como essa que indica que “família é determinação de Deus” (“É mesmo? Você falou com Deus?”).

Em todos esses casos, os processos constitutivos da enunciação são os mesmos: do ponto de vista do sujeito enunciador, a rede social é apenas a ferramenta que lhe possibilita publicar um comentário sobre a temática abordada pela página *Quebrando o tabu*. Do ponto de vista do sistema cognitivo-discursivo que se instaura, o modo como

ocorre a abordagem da temática “família” pela página (sistema de hipergenericidade, que integra, no caso, a instância cenográfica de “fórum de discussão”), o fato de a enunciação ser condicionada por um “efeito de liberdade” (decorrente do mídiu Internet), além da interação entre os sujeitos que se colocam em posição de ataque e contra-ataque nessas trocas verbais que vão se instituindo, configuram todos *inputs* voltados para um mesmo *output*: a instauração de bate-bocas que constroem e mantêm a cenografia de “fórum de discussão” que, por sua vez, imprime identidade à página.

Vejamos, a seguir, outro dado que pode permitir sustentar essa explicação:

(8) ²⁹



A publicação de *Quebrando o tabu* apresentada pela captura de tela em (8) é de maio de 2022. Trata-se da postagem de uma charge produzida pela chargista Laerte Coutinho que, conforme publicação do site Uol³⁰, é uma das mais famosas chargistas, cartunistas e roteiristas no Brasil. Assumidamente transsexual, as temáticas abordadas pela artista, geralmente, apresentam uma crítica a determinados acontecimentos políticos e a uma visão de mundo conservadora no que diz respeito a direitos sociais, como os

²⁹ Cf. <https://bit.ly/3bFTj51> – acesso em: 18/06/2022.

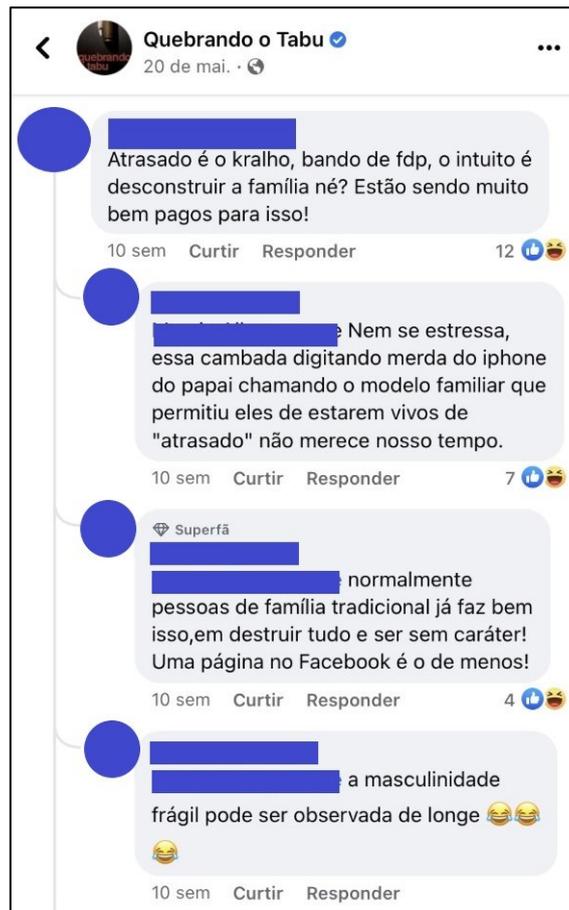
³⁰ Cf. <https://bit.ly/3BQqrBX> - acesso em 02/07/2022.

direitos de minorias, direitos da mulher, dentre outros. Na publicação em (8), especificamente, *Quebrando o tabu* retoma a temática da família ao compartilhar a charge de Laerte, que expõe uma espécie de fôrma “família” em vias de ser preenchida, por um contingente de caracteres gráficos que representam pessoas e animais, a partir de esforços de um grupo de homens vestidos de ternos cinzas, representativos do poder judiciário brasileiro, que, via de regra, é responsável pelas leis e projetos de leis nacionais, como o Estatuto da Família. Ademais, a charge é introduzida pelos seguintes dizeres: “família é quem te acolhe, te respeita e te faz sentir parte de algo nesse mundão. Esse negócio de pai-mãe-filho-filha-cachorro é tão... atrasado, né?”.

Assim como as publicações apresentadas em (1) e (6), a publicação em (8) aborda o tema “família” a partir de um posicionamento específico, “mais progressista”, alinhado à semântica discursiva de *Quebrando o tabu* no Facebook; a charge de Laerte coaduna com a visão da página de que “família é uma instância diversificada”, constituída por laços sociais fomentados por relações amorosas e de respeito, independentemente dos laços biológicos ou consanguíneos que uma visão de mundo mais tradicional, como a do Estatuto da Família, toma como essencial para a constituição desse tipo de instituição social. É, pois, como também fora observado nos exemplos anteriores, em função do apelo ao filtro desse posicionamento que se institui a cenografia de “fórum de discussão” no e pelo discurso da página gerenciado por meio de um sistema de hipergenericidade (que implica, no caso, a cenografia de “fórum de discussão”) que interpela os usuários do Facebook que têm acesso às publicações de *Quebrando o tabu* a manifestarem-se (ou não), por meio de comentários, em relação ao debate que a página, por assim dizer, tenta instaurar.

Como resultado, o conjunto de comentários que a publicação recebeu, assim como também ocorreu com as publicações em (1) e (6), organizam-se em uma troca de turno conversacionais, marcada por um registro verbal violento, já que à dimensão do sistema de hipergenericidade (responsável por legitimar e gerenciar as temáticas abordadas pela enunciação de *Quebrando o tabu*) é acoplada à dimensão do mídiun, em função da qual há a pretensão de uma liberdade enunciativa que licencia que se mobilize violência verbal nas interações por meio dos comentários. Vejamos, a seguir, exemplares de comentários que a publicação (8) recebeu:

(9)



O dado (9), acima, expõe um conjunto de comentários que se configuram, como tenho apontado, como uma troca de turnos verbais na forma de comentários que vão respondendo uns aos outros. Dentre os comentários apresentados no exemplo, é possível observar que há aqueles que se prestam a “discutir” a posição de *Quebrando o tabu* sobre a temática abordada, como o primeiro que aparece na imagem (“atrasado é o kralho, bando de fdp, estão tentando desconstruir a família né? Estão sendo muito bem pagos para isso!” [sic]). Ademais, observam-se outros comentários que se caracterizam como “respostas” a esse comentário, a exemplo do segundo apresentado na imagem. De acordo com esse enunciador, a página e, possivelmente, as pessoas que se alinham à posição dela em face do tema em discussão são “filhinhos de papai” que classificam o modelo familiar que lhes permitiu a existência como “atrasado”. Esse mesmo enunciador ainda faz uma ressalva ao primeiro: “nem se estressa,... nem merece nosso tempo”. Todavia, nem todos os comentários-respostas sugerem uma “aliança” entre os comentadores. Em verdade, ao analisar um conjunto maior de comentários, como (5) e (7), é possível notar que, na

maioria das vezes, o que se tem são enunciados que revezam as posições de ataque e contra-ataque em torno da opinião que é exposta por outros enunciadores.

Trata-se, como verificado com os outros exemplos, de um funcionamento sistêmico que congrega o dispositivo comunicacional (composto pelas dimensões do sistema de hipergenericidade e do mídiun Internet) e a interação entre sujeitos muito heterogêneos para que uma atividade em específico seja realizada: a instauração de bate-bocas que constroem e mantêm a cenografia de “fórum de discussão”, que imprime identidade à página. Como tenho sustentado, as condições para isso advêm tanto das coerções do funcionamento discursivo, quanto do funcionamento cognitivo, que pressupõe a partilha, por uma coletividade, de informações que permitam ao sujeito realizar “tarefas” dadas. Embora, para esse sujeito, a atividade em curso seja a de “comentar” publicações de *Quebrando o tabu* no Facebook, de modo sistêmico o que se tem, a fim e a cabo, é a inscrição dele em uma troca de turnos comunicacionais verbalmente violenta, configurada como bate-boca. Assim, no nível da enunciação, esse tipo de funcionamento advém de um sistema cognitivo-discursivo que congrega a interação entre os sujeitos e um dispositivo comunicacional de diferentes dimensões, pólos de um sistema distributivo-cognitivo-discursivo, que atuam como *inputs* de um mesmo *output*.

No que diz respeito ao dispositivo comunicacional que objetivei analisar, convém, uma vez mais, abordar os procedimentos analíticos que tenho empregado. Trata-se de uma metodologia de duas etapas: i) observar as coerções específicas que cada dimensão dessa “aparelhagem” impõe sobre a enunciação e ii) qual é o efeito delas enquanto engrenagens das quais o disparo e o gerenciamento enunciativo dependem.

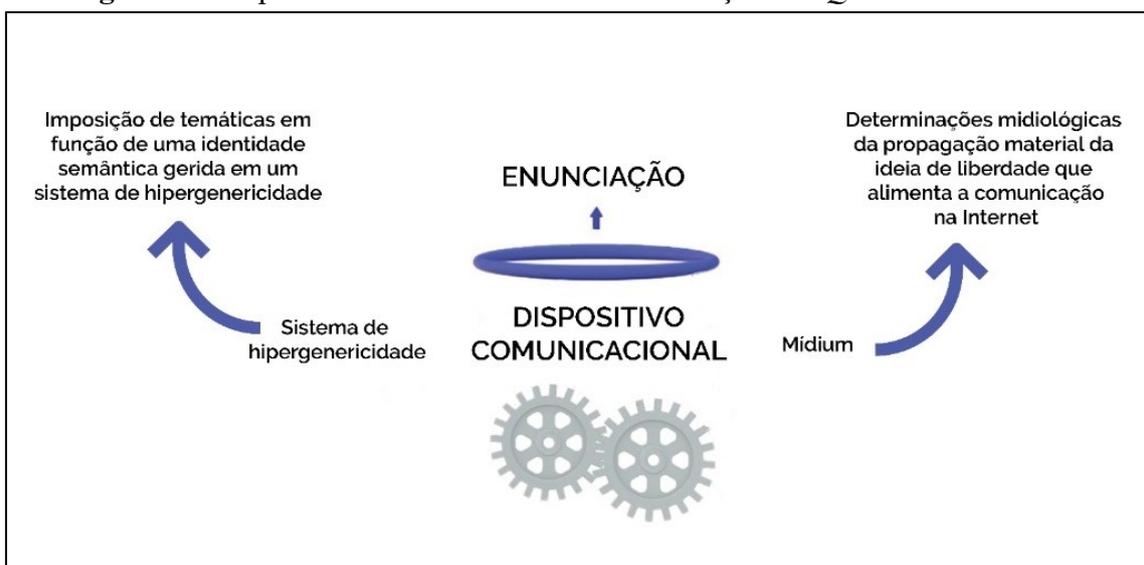
Do ponto de vista da dimensão do sistema de hipergenericidade, há o gerenciamento da identidade da página *Quebrando o tabu*, o que se realiza em função da cenografia de “fórum de discussão” responsável por semantizar aquilo que é dito no interior da rede social Facebook. Isso ocorre porque, conforme Maingueneau (2010), a hierarquia da cena de fala na web é distinta de uma conjuntura em que o impresso prevalecia, tornando a cenografia a grande responsável por atestar as identidades discursivas no universo digital que a internet configura. Tentando, pois, promover sua identidade contestadora, a página delimita os temas que são colocados em pauta em suas publicações que, majoritariamente, pressupõem controvérsia, na tentativa de, por assim dizer, “quebrar tabus”. Desse modo, as temáticas abordadas, como o conceito de “família”, são reivindicadas pela identidade semântica da página e apresentadas segundo

o posicionamento “mais progressista” de *Quebrando o tabu*, que delimita o que pode ou não ser “debatido”, o que faz com que a página receba comentários afins, neutros, contrários em seus *posts*, encenando sempre um efetivo “fórum de discussão”.

Por sua vez, a dimensão do mídiu Internet é responsável pelo efeito de “liberdade enunciativa” que se estabelece pela interação que os comentários promovem entre os interlocutores da página, permitindo manifestações verbais carregadas de violência. Primeiramente, as restrições para que se produza um comentário às publicações são poucas: i) é necessário que se tenha certo conhecimento sobre o uso de ferramentas tecnológicas que permitam o acesso à internet e, por extensão, à rede social; e, ii) é necessário ter uma conta gratuita, sem limitações de idade, gênero, entre outros, para que se possa produzir um comentário a ser postado como reação às publicações de *Quebrando o tabu*. Em segundo lugar, e mais especialmente, porque a própria arquitetura da Internet é aberta (CASTELLS, 2003) e baseada em um princípio de cooperação e solidariedade, o que faz com que a ideia de “liberdade” esteja dispersa na rede, propagando-se materialmente, impondo-se como condição midiológica para a enunciação, integrando, nesse raciocínio, os pressupostos da categoria de mídiu postulados por Debray (1993).

Ao analisar o efeito que a acoplagem dessas duas dimensões produz para a enunciação é que se pode, efetivamente, caracterizar o dispositivo comunicacional que a dispara e gerencia. Ambas as dimensões atuam sobre a comunicação de forma simultânea, pois o leitor, interpelado pela cenografia de “fórum de discussão”, que atesta a identidade semântica do discurso de *Quebrando o tabu*, põe-se a debater a temática imposta por ela, gerida por um sistema de hipergenericidade, segundo uma pretensa liberdade que lhe é determinada pelas condições midiológicas da Internet sobre a enunciação. Não se trata, em um nível prático, de fenômenos que acontecem sem correlação, uma vez que a liberdade de comentar as publicações, por exemplo, valendo-se de um registro verbal violento (possibilitada pelas especificidades do mídiu) somente é levada a cabo porque as temáticas abordadas (gerenciadas por um sistema de hipergenericidade) pressupõem espaços nevrálgicos de controvérsia. Tudo isso pode ser configurado como uma “aparelhagem”: um conjunto de engrenagens, cada uma com funções específicas, atuando ao mesmo tempo para a manutenção do funcionamento da enunciação. Para ilustrar, consideremos, pois, a **Figura 1** abaixo:

Figura 1 - Dispositivo comunicacional da enunciação de “*Quebrando o tabu*”



Fonte: Autor (2022)

Conforme a **Figura 1**, acima, no nível do funcionamento discursivo, o dispositivo comunicacional faz incidir sobre a enunciação diferentes tipos de coerções, o que ocorre de forma simultânea. Em se tratando do dispositivo comunicacional da enunciação em *Quebrando o tabu* na rede social Facebook, é possível, pois, destacar a dimensão do sistema de hipergenericidade e a dimensão do mídiu como “engrenagens” dessa “aparelhagem” que não apenas dispara, mas também gerencia e condiciona a comunicação que se estabelece entre o discurso da página e outros enunciadores que se prestam a comentá-la. Isto é, trata-se de um dispositivo que medeia os sentidos produzidos na interação entre a página e outros usuários da rede social.

No nível cognitivo-discursivo, esse dispositivo atua como um artefato que permite a partilha de informações e também a inscrição de um sujeito em uma atividade humana específica. Como tentei demonstrar, é o dispositivo que permite ao interlocutor de *Quebrando o tabu* proceder ao comentário das postagens da página, o que pressupõe a mobilização de um artefato na realização de uma tarefa individual – a de comentar publicações. Porém, é no nível sistêmico, da distribuição e partilha de informações, que esse artefato ganha um princípio mais adequado de explicação. O dispositivo, nesse nível, atua como um dos polos de um sistema de cognição distribuída, ao lado da interação entre sujeitos, tomados, conforme redundantemente apontado, como *inputs* de um mesmo *output*: a inscrição em bate-bocas, que constroem e mantêm a cenografia de “fórum de discussão” que imprime identidade à página.

Uma afirmação como essa somente é possível se se considera que, de um ponto de vista mais prático, conforme o trabalho de Paveau (2013), um artefato da tecnologia discursiva, como o dispositivo comunicacional, que tenho tentado incluir no rol dessas ferramentas, pressupõe a partilha de informações necessárias para a produção e interpretação dos discursos, isto é, pressupõe a partilha, por uma dada coletividade, de valores, crenças, saberes e práticas que atuam sobre o discurso de forma a alimentá-lo. Nesse sentido, é, ainda, interessante demonstrar que, por se tratar de uma ferramenta cognitivo-discursiva, o sistema de distribuição de informações, do qual o dispositivo comunicacional de *Quebrando o tabu* faz parte, permite observar indícios da presença de pré-discursos na enunciação, o que, como tenho conjecturado, pode funcionar como a “prova real³¹” da natureza cognitivo-discursiva. Para tanto, no próximo capítulo desta tese, me deterei sobre o conceito de pré-discurso, bem como empreenderei análises de modo a sustentar essa tese, tendo como dados de análises as publicações e comentários do Facebook de *Quebrando o tabu*.

Com relação à análise que apresentei neste capítulo, parece-me ser possível sustentar a tese de que o que se tem, no que diz respeito ao dispositivo comunicacional, olhando-o “à distância”, é um sistema cognitivo-discursivo distribuído, em que os sujeitos e as dimensões do dispositivo (sistema de hipergenericidade e mídiun) funcionam como *inputs* que convergem para um mesmo *output*. Assim, é na visão do sistema (NORMAN, 1991) que o dispositivo comunicacional atua como um artefato da cognição distribuída. O ganho de uma entrada teórico-metodológico-analítica como esta é que considerar a dimensão da cognição distribuída associada à problemática da produção/circulação dos discursos permite compreender não apenas questões relacionadas à enunciação – e aos dispositivos comunicacionais, em última instância –, mas também possibilita lançar luzes sobre o funcionamento de processos culturais relevantes (como se propagam, se instauram quadros de valores e crenças, como o aqui analisado, em torno da noção de “família”), de modo que possamos vir a falar também de dispositivos culturais. A via é

³¹ Trata-se de um conceito da matemática. Grosso modo, conforme Lacava e Costa (2016), a prova real ou, como também é conhecida, prova dos nove, consiste em uma regra de verificação da adequação de uma operação matemática de adição, subtração, multiplicação ou divisão. Ao abordar o termo, a ideia é estabelecer relação entre a possibilidade de reler o dispositivo comunicacional e o fato de um sistema cognitivo-distributivo-discursivo permitir observar, sobre o discurso, indícios da presença de pré-discursos. Ora, se é aceitável a tese de Paveau (2013), de que os pré-discursos têm uma natureza discursivo-cognitiva e que eles deixam marcas de sua presença em todo e qualquer discurso, é aceitável conjecturar que eles apontam para a viabilidade de incluir o dispositivo comunicacional no rol das ferramentas cognitivo-discursivas, uma vez que ele é partícipe de um sistema cognitivo-distributivo em função do qual é possível atestar indícios da presença de pré-discursos nos processos enunciativos que se estabelecem no interior da página do Facebook de *Quebrando o tabu*.

de mão dupla: tratar o dispositivo comunicacional como um artefato cognitivo e o artefato cognitivo como dispositivo comunicacional é um processo que retroalimenta as relações entre linguagem (discurso) e cognição (cultura) e, nesse sentido, torna-se plausível falarmos também em dispositivo cultural.

CAPÍTULO II

Pré-discursos: do dispositivo comunicacional aos bate-bocas em enunciações do Facebook de Quebrando o tabu

1. Introdução

Conforme Mussalim (2018a), a Análise do Discurso de linha francesa tem se ocupado, ao longo de sua história de investigação, de categorias que precedem, temporal e espacialmente, o discurso: as anterioridades discursivas. Dentre essas categorias, encontram-se, por exemplo, o pré-construído, o interdiscurso e, a partir da proposta de Marie-Anne Paveau (2013), o pré-discurso.

O conceito de pré-discurso formulado por Paveau (2013), anteriormente mencionado, é definido como conjunto de quadros pré-discursivos coletivos de saberes, valores, crenças e práticas que alimentam a produção e a interpretação dos discursos. Trata-se de um fenômeno de natureza cognitivo-discursiva, muito mais ligado à explicação de como as informações distribuídas entre agentes humanos e não humanos são configuradas no discurso (segundo o primado da intersubjetividade, uma vez que são informações coletivas e partilhadas), do que à explicação de fenômenos ideológicos, diferenciando-se, por exemplo, de outras anterioridades, como o interdiscurso (MAINGUENEAU, 2008).

Nesse sentido, o pré-discurso oferece a vantagem de permitir uma entrada teórico-metodológica em textos cujas coerções socio-históricas são menos controladas, como os comentários da rede social Facebook, em comparação com enunciados mais institucionalizados, relativos a discursos classificados por Maingueneau (2006) como institucionais – aqueles que prototipicamente compõem uma polêmica discursiva.

Nesta tese de doutorado, o recurso ao pré-discurso na análise é justificável por duas razões: i) por permitir descrever e explicar pré-discursos que alimentam os enunciados inscritos em bate-bocas instaurados entre comentários postados como reação às publicações da página *Quebrando o tabu* no Facebook; ii) por evidenciar um funcionamento por meio do qual se pode apontar a existência de um sistema cognitivo-discursivo em que a interação na rede social e o dispositivo comunicacional, relido sob a perspectiva da teoria da Cognição Distribuída, atuam como *inputs* que convergem para um mesmo *output*: a manutenção da cenografia de “fórum de discussão” que institui a identidade semântica de *Quebrando o tabu* no Facebook. Trata-se de uma “prova real”

de que a hipótese que busquei sustentar no capítulo anterior é plausível, uma vez que, se há a constituição de bate-bocas, analisáveis por meio do conceito de pré-discurso, é porque o dispositivo comunicacional que dispara e gerencia a enunciação da página põe a funcionar coerções que permitem a instauração dessas trocas conversacionais altamente marcadas por violência verbal.

Nessas condições, o pré-discurso atua como um articulador teórico entre a abordagem da Cognição Distribuída e a noção de dispositivo comunicacional que, relido a partir dos trabalhos de Hutchins (1995a; 1995b; 2000), Norman (1991), Paveau (2013) e Mussalim (2018b), pode ser tomado como uma ferramenta cognitivo-discursiva que integra um sistema de cognição distribuída, conforme tentei demonstrar no capítulo anterior desta tese.

Neste capítulo, especificamente, além de apresentar a categoria de pré-discurso de maneira mais pontual, empreendo uma análise de dados na tentativa de demonstrar como os pré-discursos são configurados em enunciações que são postas a circular na página *Quebrando o tabu* no Facebook. Dentre outras coisas, a análise aponta para a viabilidade de se considerar o dispositivo comunicacional como uma ferramenta cognitivo-discursiva que permite a distribuição de informações, por meio das quais se pode indiciar a presença de pré-discursos, concebidos, a fim e a cabo, como um fenômeno que decorre do funcionamento cognitivo-discursivo estabelecido pela interação entre sujeitos e desses sujeitos com artefatos mobilizados na realização de atividades dadas.

2. Pré-discursos: o anterior e o coletivo

Um dos intentos de Paveau (2013) em sua obra *Os pré-discursos: sentido, memória e cognição*, conforme fora apresentado no capítulo anterior, é dotar a AD de uma dimensão cognitiva. A perspectiva cognitiva que a autora reivindica para sua teorização em torno do conceito de pré-discurso é a da cognição distribuída, segundo a qual, como anteriormente definido, a cognição deixa de ser entendida como individual e passa a ser considerada como a atividade mental que se produz entre os sujeitos, o ambiente social e histórico e os artefatos cognitivos que se lhes impõe. Para Mussalim (2018b), a perspectiva da cognição distribuída é uma abordagem contemporânea das ciências cognitivas que busca entender como a inteligência humana se manifesta sistematicamente. Essa autora, alinhada à proposta de Paveau, afirma que, dessa abordagem, os artefatos cognitivos, isto é, as ferramentas que os humanos mobilizam para

o desempenho de suas atividades, são também considerados na explicação do funcionamento cognitivo humano.

Decorrente dessa posição herdada das Ciências Sociocognitivas, Paveau (2013) postula o *primado da intersubjetividade*, elaborando, a partir disso, uma noção de sentido que integra a cognição distribuída à discursivização. Conforme a autora explica, esse primado permite considerar, ao mesmo tempo, que os pré-discursos são anteriores, em relação ao discurso, e coletivos, já que colocam em pauta um quadro de saberes e crenças que se constrói de maneira partilhada e que é construído e negociado na interação.

Para a autora, os pré-discursos se configuram como dados coletivos partilhados que se situam numa anterioridade espacial e temporal em relação aos discursos e que lhes alimentam, ao mesmo tempo em que se constituem nos/pelos discursos. Vale ressaltar que a busca pela ordem cronológica da origem desses dois fenômenos não é muito produtiva³²: não me parece necessário determinar se, empiricamente, foi o pré-discurso ou o discurso que “veio” primeiro, e sim o funcionamento da relação entre eles, que opera sobre a discursivização, por meio de uma espécie de retro-alimentação discursiva.

Em relação à noção de partilha, Paveau explica que há dois usos correntes do termo, um menos e outro mais especializado. Conforme avalia, o uso menos especializado, atribuído às ciências da linguagem, circunscreve “partilha” (ou sua forma adjetiva correlata “partilhado”) às determinações de ordens disciplinares, que buscam traçar fronteiras para domínios de investigação que não são circunscritos pela língua (como a Pragmática e a AD, por exemplo). A autora atribui o uso mais especializado de “partilha” às ciências da cognição, para as quais “partilhado” requer uma ação situada ou distribuída. A cognição situada se impõe como resposta a pesquisas das ciências cognitivas que consideravam que a solução de problemas resultava de procedimentos racionais e objetivos. Ao contrário, o ponto de vista situado da cognição se baseia no procedimento da ação, segundo o qual o homem deixa de ser meramente reprodutor de saberes prévios adquiridos e passa a atuar sobre a ação em contexto, situada, valendo-se do universo sociocultural a sua volta para melhor construir conhecimentos. Sendo assim, a cognição situada baseia-se nos princípios de cooperação e colaboração entre o homem e seu ambiente sociocultural, o que não se aplica à cognição distribuída. Deste outro ponto

³² Querer impor uma ordem como essa me parece tão infundada quanto a velha discussão em torno do “ovo e da galinha”. O que importa de fato é que o embrião fecundado no ovo se torna uma galinha. Sendo assim, o mais relevante de uma proposição como a de Paveau é sempre o efeito, o funcionamento que isso implica para a análise de discursos.

de vista, os princípios de cooperação e colaboração, que colocam os instrumentos e o homem em vértices distintos, não são considerados. A cognição distribuída funciona segundo a relação que existe entre o sujeito, o mundo e os artefatos cognitivos na operação de construção de conhecimentos tácitos. Para melhor explicar esse princípio, Paveau se vale do exemplo da “caixa preta” da aviação: como na cabine do piloto, as informações do vôo centram-se na distribuição (construção e transmissão) de dados, o que se faz entre o homem e a máquina, esta tomada como artefato cognitivo. É, pois, o ponto de vista da cognição distribuída que permite que a autora possa postular o princípio intersubjetivo dos pré-discursos: sua possibilidade é coletiva e espalhada pelos universos de sentido que constroem.

Tendo em vista a importância que é atribuída ao “coletivo”, é ainda necessário destacar o ponto de vista teórico que orienta as postulações de Paveau (2013) em relação a esse termo. A autora evoca duas posições em torno da noção de coletivo para situar a teoria dos pré-discursos: a de Émile Durkheim e a de Carl Jung, uma vez que, para ela, trata-se de uma noção definida especialmente pela epistemologia das Ciências Humanas. A noção de “consciência coletiva” de Durkheim designa um conjunto de crenças comuns à média dos membros de uma mesma comunidade, mas que não se organiza por um núcleo: está difuso em toda a sociedade e não possui nenhuma característica específica que permita lhe afirmar uma realidade distinta. Essa noção, mobilizada por Paveau, permite que a autora considere que há transmissibilidade dos pré-discursos e que isso se dá devido ao seu funcionamento coletivo e partilhado (distribuído).

Por sua vez, a noção de “inconsciente coletivo” de Jung designa um depósito de arquétipos, de esquemas arcaicos e primordiais encontrados nos mitos, nas religiões e também nas estruturas do inconsciente individual. Do mesmo modo, nessa definição, a importância do coletivo decorre do fato de ele fazer referência a estruturas partilhadas, a esquemas organizadores que são suscetíveis de serem integrados à produção discursiva, o que também interessa aos propósitos da autora.

Do ponto de vista terminológico, é necessário justificar o uso do prefixo “pré” para exprimir a ideia de anterioridade que a noção de pré-discurso coloca em voga. Conforme a autora comenta, as primeiras ocorrências de “pré-discurso” ou “pré-discursivo” em AD aparecem na obra de Foucault, mais especificamente em *A arqueologia do saber* e em *A ordem do discurso*. Na primeira menção ao autor, Paveau afirma que pré-discursivo recebe tratamento similar à noção de referencial, que é introduzida para designar o que é deixado fora do projeto arqueológico foucaultiano. Não

obstante, esse “exterior” a essa arqueologia é radicalizado na segunda obra mencionada pela autora, quando Foucault assevera que no discurso não há uma “providência pré-discursiva”, reforçando a posição do autor de que o enunciado efetivo é o efeito da história sobre as práticas discursivas. Sendo assim, do ponto de vista foucaultiano, não existe significação prévia ao discurso que, por sua vez, não é anterior à prática humana que elabora. Para Paveau, entretanto, a existência de pré-discursos não implica nenhum tipo de “providencialismo discursivo”, apenas explica como esses dados configuram previamente os discursos.

Ainda em relação ao termo “pré-discurso”, Paveau também comenta sua aparição no Seminário VI – *O dizer e sua interpretação* – de J. Lacan, que relembra o uso do termo na segunda tópica de Freud. Segundo a autora explica, nessa ocasião, pré-discursivo indica uma origem inconsciente de fala ou, mais especificamente, o lugar de onde isso fala. Ela ainda faz a ressalva de que, em relação à proposta de Foucault, essa posição, evocada por Lacan, é muito distante da sua própria, mas que não é possível descartar o inconsciente de um lugar-origem do discurso do sujeito.

Seguindo a problemática da terminologia, Paveau menciona o uso de “pré-discursivo” nas teorias da argumentação, especialmente nos textos de R. Amossy sobre o *ethos* pré-discursivo, que, conforme definido por esta autora (e também por D. Maingueneau) designa um tipo de representação prévia que se constrói do locutor antes mesmo que ele fale. Desse modo, o termo “pré-discursivo”, nesse contexto, é empregado para se definir o que se passa antes do discurso.

Há, pois, na obra de Paveau (2013), uma abordagem heterogênea que considera a existência de diferentes ocorrências dos termos pré-discursivo e pré-discurso que permitem justificar o uso do prefixo *pré* para designar um fenômeno cujo funcionamento se dá na configuração precedente ao discurso. O mesmo ocorre com a distinção que a autora propõe para ocorrências de pré-linguageiro e pré-linguístico na Psicologia e nas Ciências Humanas em geral.

Na Psicologia, conforme Paveau avalia, o termo é comumente mobilizado para se descrever uma etapa anterior à aquisição da linguagem, como na afirmação de que a relação que existe entre a mãe e o filho, na primeira infância, por exemplo, é pré-linguageira. Em psicanálise o termo pré-linguageiro ou pré-linguístico é, ainda, dotado de outra acepção e designa o estágio anterior à elaboração languageira efetiva da palavra.

Menos correntemente que a Psicologia, as Ciências Humanas também se valem dessa expressão. De acordo com Paveau, um interessante uso do termo pode ser

observado na obra de R. Kosselech, ponto de vista segundo a qual a narrativa e, portanto, a história, está ancorada sobre a realidade de fenômenos reais precedentes à discursivização e que se organizam em três estágios: extra-linguageiro, pré-linguageiro e pós-linguageiro. Nas duas posições consideradas por Paveau (2013), a da Psicologia e a das Ciências Humanas, o termo pré-linguageiro ou pré-linguístico é tomado como o não linguageiro, mas aponta para uma realidade anterior, aos moldes das categorias tomadas pela autora como anterioridades, por participarem da configuração prévia dos discursos.

2.1. Os pré-discursos

Como já elucidado nesta tese, integrar a noção de cognição distribuída à prática de análise discursiva é o que permite à Paveau (2013) postular o conceito de pré-discurso. Segundo a autora afirma, essa possibilidade decorre da virada social e cultural das ciências cognitivas, mais especificamente oriundas da Psicologia Social, o que permite pensar na relação entre discurso e cognição, sendo isso que, para ela, pode produzir significativo enriquecimento para as práticas de pesquisa em AD.

Em sua definição de pré-discurso, Paveau afirma que, na verdade, trata-se de dados que não são discursivos, mesmo que não sejam completamente estranhos à discursivização. Isso porque, de acordo com ela, os dados pré-discursivos são organizadores disponíveis para a produção do discurso, orientando-lhe a produção de sentidos mais ou menos coercitivamente. Decorre disso, portanto, sua definição do conceito de pré-discurso enquanto quadros pré-discursivos coletivos que colocam em voga saberes, crenças, valores e práticas capazes de alimentar a produção e a interpretação dos discursos.

Segundo Paveau, aos pré-discursos se atribuem seis propriedades específicas, a saber: coletividade, imaterialidade, transmissibilidade, intersubjetividade, experimentalidade e discursividade.

Conforme a autora explica, os quadros pré-discursivos são, pois, coletivos, na medida em que são partilhados coletivamente, mas apropriados individualmente. Segundo avalia, esse funcionamento está intrinsecamente condicionado ao primado da intersubjetividade, tendo em vista que os pré-discursos são anteriores coletivos de todos os sujeitos de um mesmo grupo ou comunidade, que são apropriados inconscientemente por locutores individuais. É justamente essa ação, da apropriação individual dos pré-discursos, afirma a autora, que fornece ao sujeito a sensação necessária que lhe permite

manter a ilusão da originalidade na construção de versões de mundo. O princípio da coletividade, assim, pressupõe o anonimato dos dados coletivos, que incorporam sentido de uma instância partilhada, comum aos membros de dada comunidade, cuja fonte é difusa nos saberes, crenças, valores e práticas que são construídos e transmitidos (distribuídos) coletivamente, sem que o locutor se dê conta materialmente dela ou, ainda, possa recuperá-la.

Nesse sentido, a passagem do coletivo à apropriação individual, conforme Paveau afirma, dá-se de maneira inconsciente ou, ainda, natural. Baseada nos estudos de Wittgenstein e Moore (1925, *apud* PAVEAU, 2013), a autora assevera que o senso comum oferece ao indivíduo a verdade necessária de uma concepção de mundo que é por ele inconscientemente apropriada³³. No entanto, a incorporação do comum ao pré-discurso não implica que existam proposições fixadas que constituem um conjunto do comum a ser apropriado pelos indivíduos. Nas palavras de Paveau (2013):

Na verdade, os pré-discursos não estão arquivados nas máximas ou nos enunciados estereotipados repetíveis, porque são materialmente fixados, ao contrário, circulam sob as diversas formas expressas pelos locutores a partir de sua apropriação dos quadros coletivos (p. 131).

Sendo assim, os quadros pré-discursivos são coletivos na medida em que há colaboração entre o indivíduo e a sociedade, já que são dados que organizam o que é partilhado entre os sujeitos e que produzem as condições de sua apropriação em discursos específicos.

Não obstante, o princípio da imaterialidade dos pré-discursos permite à autora explicar que, em sua definição, esses dados não são discursivamente formuláveis, pois não se inscrevem na materialidade discursiva, mas deixam nela marcas indiretas de sua presença. Não sendo formuláveis em critérios linguísticos estruturantes, para Paveau, os pré-discursos configuram-se como conhecimentos tácitos.

A noção de tácito nessa postulação recobre, pois, algumas definições: i) da psicanálise, em que tácito é tomado como aquilo que não está explícito e tampouco tem condições de ser explicitado (o que opera uma diferença entre tácito e implícito, já que

³³ O comum na obra da autora é situado no cruzamento das concepções da semântica e da filosofia da linguagem. Segundo afirma, é compreendido de diferentes formas, seja como opinião dominante que se impõe como senso comum, seja pela partilha/distribuição de dados que constituem o ponto de vista dos sujeitos na relação entre eles e seus ambientes sociais e históricos.

este último pode ser explicitado); e ii) das metodologias profanas, para as quais tácito é considerado como o “saber dos membros”, ou um *savoir-faire*³⁴.

Em outra definição de Paveau, desta vez alinhada a Pierre Bourdieu, tácito é tomado como o “transcendental histórico” ou, em outras palavras, aquilo que nem precisa ser dito: esquemas cognitivos culturais comuns aos membros de uma sociedade em uma dada conjuntura histórica.

Em relação à transmissibilidade dos quadros pré-discursivos coletivos, ou à transmissibilidade de seu componente coletivo, Paveau afirma que ela pode ser descrita em dois eixos: sincrônico e diacrônico. O eixo sincrônico, horizontal, afirma a autora, é responsável pela construção e circulação dos quadros pré-discursivos por uma operação de distribuição, produto de interações entre os sujeitos, os ambientes sociais e culturais que a eles se impõem e as ferramentas discursivas. O eixo diacrônico, vertical, por sua vez, é referente à transmissão no tempo. A autora afirma que é em função desse princípio da transmissibilidade no tempo que se pode, antes de transmiti-las, explorar as informações, que se configuram como dados coletivos recebidos de discursos anteriores, precedentes. Ainda conforme Paveau, o agente da transmissibilidade é a memória, que se configura como cognitivo-discursiva³⁵ e que constrói o que ela chama de linhagens discursivas: certas configurações de sentido que são transportadas por discursos em circulação.

De acordo com Paveau, o modo pelo qual os quadros pré-discursivos constroem a percepção individual do mundo é pela experimentalidade. Isso se dá pela percepção cognitiva, que é entendida de maneira ampla: a partir das relações sociais, ideológicas, culturais que o sujeito estabelece com o ambiente. É em função dessa propriedade que os quadros pré-discursivos coletivos, segundo a autora, não só organizam a experiência cognitivo-discursiva, mas também dão instruções quanto à produção discursiva, uma vez que os discursos são produzidos e interpretados segundo as experiências passadas dos sujeitos.

Do ponto de vista da intersubjetividade, cabe destacar que os conteúdos que os quadros pré-discursivos coletivos carregam possuem uma verdade “veri-relacional”, ou, em outras palavras, aproximativa e relativa. Paveau explica que a aproximação se

³⁴ O *savoir-faire* refere-se a uma competência de apreensão de saberes coletivos, partilhados.

³⁵ A noção de memória reivindicada pela autora é compreendida em função da distribuição de informações, não é “enclausurada” no sujeito, mas construída pela “partilha”, dependendo, inclusive, das ferramentas discursivas.

estabelece em função da incapacidade de os conteúdos pré-discursivos se submeterem a critérios de demonstração lógica, diferentemente do que ocorreria com a doxa³⁶. Por outro lado, os conteúdos pré-discursivos são sempre relacionais, pois se estabelecem em função da percepção da experiência coletiva, servindo para o “homem, na sociedade, adotar os comportamentos adequados às situações” (PAVEAU, 2013, p. 139).

A autora também aborda o caráter discursivo dos pré-discursos, afirmando que é esse princípio que lhes permite serem linguisticamente analisáveis. Segundo explica, os pré-discursos não estão circunscritos a nenhuma forma linguística fixada, mas podem ser analisados conforme se observem nos discursos os seus sinais – o que ela chama de apelo aos pré-discursos. A presença desses dados anteriores e coletivos, apesar de não estar marcada verbalmente em formas linguísticas estruturantes, deixa-se notar em formas languageiras que indicam seu apelo, que são destinadas a evocar a partilha do sentido comunicável por transmissão e distribuição de uma herança memorial. Paveau ainda faz a ressalva de que os pré-discursos não são acessíveis ao locutor, tendo em vista a prerrogativa de que esses dados se constituem de um conhecimento tácito, que pode ser tomado como “indizível”.

Além disso, é importante esclarecer que os procedimentos de análise da presença dos pré-discursos, conforme Paveau postula, apoiam-se tanto em formas cognitivo-textuais – compreendendo as tipologias nominais ou adjetivais, como listas e enumerações que indicem um processo de categorização da experiência do locutor, e as metáforas, que colocam em pauta saberes antigos e antíteses fundadoras, como os embates entre os antigos e os modernos (daria outro exemplo: aquelas que se estabelecem entre o que é ciência e religião) –, quanto em manifestações languageiras que indiquem o testemunho da existência e circulação das linhagens discursivas – a memória da língua,

³⁶ Conforme a autora descreve, a doxa é uma categoria já bem estável em AD, o que se confirma pelo fato de o termo ter recebido uma entrada no *Dicionário de Análise do Discurso* organizado por P. Charreteau e D. Maingueneau (2004). Doxa designa um “contrato comunicacional” que os sujeitos em enunciação assumem. Do ponto de vista platônico, a doxa é descrita como a verdade lógica, considerada como muito superior à opinião, que é, por sua vez, movida pela passionalidade do espírito. Na argumentação, o conceito é definido por Amossy (2000 *apud* PAVEAU, 2013) como “opinião comum”, como “opinião pública” e ainda como “opinião dominante”, que fornece os dados comuns, os pontos de acordo entre os locutores situados em um campo do plausível e a afirmação legitimada pelo senso comum. Além da incômoda heterogeneidade conceitual que a noção indica e da valoração platônica do que é bom ou ruim, a categoria da doxa ainda imprime outro problema para a análise dos pré-discursos: não se deixa classificar em uma dimensão linguística, o que, efetivamente, rompe com a posição assumida por Paveau na teorização do conceito de pré-discurso. Com base nisso, a noção de doxa, segundo a leitura de Paveau, não é produtiva para se poder afirmar indícios da existência de pré-discursos, mas permite afirmar a importância da dimensão linguística na análise desta anterioridade.

indicada pelas figuras do etimologismo, da lexicologia, lexicografia e de certos neologismos, a memória dos antigos, mobilizada pelo apelo à autoridade histórica, e o uso dos nomes da memória, nomes próprios que evoquem os saberes históricos, sensações, etc.

Considerando-se o conceito de pré-discurso que, de acordo com Paveau (2013), é uma anterioridade discursiva disponível para a produção e interpretação de discursos, mesmo aqueles submetidos a uma menor escala de “controle”, parece-me, pois, possível explicar fundamentos do modo pelo qual os discursos são postos a circular e produzem efeitos de sentido em comentários da página *Quebrando o tabu* no Facebook. A hipótese é a de que, ao serem alimentados por pré-discursos, os comentários da página estão relacionados às forças de estabilização/desestabilização de quadros coletivos de saberes, valores, crenças e práticas muito perenes em nossa sociedade, como o enquadre em torno do qual se debate “o que é família”.

Além disso, se os comentários são alimentados por pré-discursos, enquanto fenômeno ligado a um sistema distributivo-cognitivo, em que a interação entre sujeitos e a interação desses sujeitos com artefatos cognitivos são a condição de existência desse fenômeno, a análise pode apontar para uma evidência de que o dispositivo comunicacional exerce, em um nível cognitivo-discursivo, papel de artefato.

Para demonstrar a viabilidade das hipóteses apresentadas (de que a enunciação de *Quebrando o tabu* é condicionada por um dispositivo comunicacional – que engloba sistema de hipergenericidade e mídiun – e de que esse dispositivo é partícipe de um sistema cognitivo-discursivo que tem como *output* a instauração de bate-bocas passíveis de análise por meio do conceito de pré-discurso), analisarei, mais adiante, alguns dados, considerados, nesta pesquisa, como exemplares das reflexões pautadas neste texto. Antes, porém, na próxima seção deste capítulo, apresento algumas reflexões de Paveau (2021) acerca do gênero comentário, por considerar que elas permitem uma conceituação interessante para melhor compreender o tipo de proposição que realizo, ao afirmar que há um dispositivo comunicacional (de duas dimensões: sistema de hipergenericidade e mídiun) que atuam, ao lado da interação entre sujeitos, como *inputs* da construção de bate-bocas, possíveis de serem analisados segundo o conceito de pré-discurso.

3. As especificidades do comentário *online*

No capítulo anterior, comentei que a natureza dos comentários do Facebook é diferente, se comparada à natureza dos comentários suscitados por um universo midiológico distinto. No jornal ou na televisão, por exemplo, é comum que os comentários sejam facilmente submetidos às restrições de edição ou ainda à exclusão por um editor ou um jornalista. Hoje, esse tipo de ação já é muito comum na internet, em blogs e portais de notícia que podem optar por fechar suas seções de comentários, ou ainda manter um profissional para realizar sua triagem, decidindo quais comentários merecem ser publicados e quais não³⁷. Entretanto, em redes sociais, como o Facebook, a ação de “comentar” publicações condiciona grande parte da experiência do internauta. Nesse sentido, ela parece atuar como uma ferramenta necessária para se gerar aquilo que Lenier (2018) chamou de engajamento, porque acaba sendo responsável por construir muitos dos *feedbacks* positivos e negativos que o autor caracteriza como estimuladores das ações dos usuários das redes sociais digitais.

Em *Análise do discurso digital: dicionário das formas e das práticas*, Paveau (2021) reserva um verbete para descrever e refletir sobre o comentário *online*. Apesar de considerar bastante relevante o trabalho empreendido nessa obra em prol de uma análise do discurso digital, não assumirei, no todo, as proposições metodológicas elaboradas pela autora como fundamento das operações de análise que realizo nesta tese, cujo objetivo, embora possa ser demasiadamente aproximado aos dos dessa analista, é diferente. Ao retomar suas afirmações, apenas tento fundamentar o tipo de trabalho que tenho considerado realizar: descrever e explicar características da enunciação que é posta em curso na página de Facebook *Quebrando o tabu*.

Tampouco se trata, como compreendo a questão, de realizar uma análise do discurso digital pelas categorias de uma AD que priorizou, durante muito tempo, dados provenientes de um universo em que o impresso imperava, seja pelas condições históricas em que se apresentavam esses dados, seja por uma suposta estabilidade que eles podiam pressupor em termos de categorização e de coleta de *corpus* de análise. O que quero dizer é que os dados mobilizados nesta pesquisa, embora sejam oriundos do mundo tecnodigital, conduzem também a outro tipo de explicação: como categorias como

³⁷ A esse exemplo, Paveau (2021) cita a agência Reuters, o Chigago Sun Times e o Toronto Sun que, desde 2015, deixaram de receber comentários, rejeitando a relação direta que esse tipo de gênero permite estabelecer entre leitores e jornalistas.

gênero, sistema de hipergenericidade e mídiuim participam da distribuição de informações em função das quais pré-discursos alimentam discursos? E como esses pré-discursos apontam para questões culturais importantes em nossa sociedade? Se privilegiei dados da internet é porque, conforme fui observando em minha trajetória de pesquisador em AD, eles se mostraram exemplares do tipo de proposição que tenho realizado.

No que diz respeito especificamente ao comentário, em função do qual pode ser possível constatar a constituição de bate-bocas nas publicações de *Quebrando o tabu* no Facebook, Paveau (2021) afirma que se trata de uma das formas mais frequentes do tecnodiscurso na web, podendo ser encontrados em blogs, redes sociais digitais, sites de imprensa, entre outros.

A autora dispõe de uma interessante definição, à qual faço coro, daquilo que considera como comentário: “um texto produzido pelos internautas da web a partir de um texto primeiro, em espaços próprios para a escrita de blogs, sites de informação e redes sociais” (PAVEAU, 2021, p. 98). Além disso, também avalia que os comentários, hoje em dia, são fortemente estereotipados, principalmente em sites de informação, como “o horror digital”, por aparecerem demasiadamente marcados como um espaço de violência verbal que promove consequências negativas para a difusão e circulação de informações.

Ainda assim, o comentário, para Paveau, constitui-se como uma das formas mais ricas do tecnodiscurso, herdando, na análise do discurso digital, um espaço central. Suas origens remontam à Grécia antiga, concomitantemente à escrita e às técnicas discursivas. O comentário, segundo a autora, tem exercido múltiplas funções e evoluído ao longo das tradições textuais e culturais, exercendo exegese, promovendo explicação, interpretação, sugestão, proposição e estimulando a conversação. Sua forma online, para Paveau, ainda é capaz de realizar essas funções e até assumir formas inéditas – eu diria que uma dessas formas é a de compor, com outros comentários, a encenação de outro gênero, como um “fórum de discussão”, tornando operacional o conceito de cenografia (MAINGUENEAU, 2010).

Paveau (2021) critica, em certa medida, abordagens em torno da análise de comentários online classificadas por ela como pré-digitais. Para a autora, análises como essas deixam passar a oportunidade de se verificar a associação necessária entre a dimensão tecnológica e a dimensão linguageira do discurso digital. Embora não tenha me associado explicitamente a uma metodologia como essa, conforme justificativa acima, vale uma ressalva: em se tratando de discursos que circulam e são produzidos no mundo digital, é inconsistente conjecturar que a face tecnológica que também lhes permitem a

existência não promova nenhum tipo de coerção ao seu modo de produção, circulação e consumo. Todavia, é necessário modalizar como esse imperativo é assumido. Por exemplo, categorias como hipergênero e mídiu, relevantes para esta pesquisa de doutorado, ainda que tenham sido gestadas em uma conjuntura “pré-digital”, têm seu funcionamento adequado às especificidades tecnológicas dos discursos digitais. Na internet, por exemplo, o hipergênero promove a transgressão da hierarquia clássica da cena de fala, porque a identidade semântica das páginas não pode mais, entre outras coisas, recorrer à arquitetura textual para ser atestada, justamente porque essa arquitetura é imposta ao enunciador em função das especificidades tecnológicas do *software* que permite a publicação de textos na web. O mídiu, por sua vez, tem suas coerções atreladas à especificação de uma aparente “liberdade” que a internet constrói, na medida em que permite ao usuário da rede um certo protagonismo na edição, publicação, exclusão, entre outras coisas, de enunciados, o que só é possível devido a uma espécie de abertura que condiciona toda a experiência do usuário, inclusive no acesso a essa tecnologia que é prevista, desde sua criação (CASTELLS, 2003), como aberta e solidária. Dessa forma, ainda que na análise que empreendo não esteja assumindo toda a metodologia implicada pela análise do discurso digital inaugurada por Paveau (2021), coaduno com sua perspectiva de que a dimensão tecnológica está atrelada à dimensão linguageira dos discursos que são produzidos e circulam na internet.

Ainda com relação ao comentário, Paveau avalia que ele é uma manifestação tecnodiscursiva segunda, derivada de um texto primeiro, em um espaço de escrita específico e restritivo enunciativamente, conectado a um ecossistema digital. Para a autora, ele é dotado de cinco características: enunciação pseudonímica, relacionalidade, conversacionalidade e recursividade, ampliação enunciativa e discursiva e publicidade/visibilidade.

Conforme explica, no discurso digital, em função das características da web de superfície³⁸, o comentário é sempre assinado, seja pela identidade oficial do enunciador, seja por seu endereço IP, seja pelo pseudônimo – uma identidade escolhida pelo internauta, que é regra *online*, sendo, inclusive, estimulada em certas plataformas.

³⁸ Informações que representam apenas 5% da internet, sendo a maior parte delas acondicionadas na *deep web*, isto é, a base de dados de sites institucionais, governamentais, entre outros, e na *dark web*, aquela cujas interações, geralmente anônimas e criptografadas, hospedam, em grande escala, comércios ilícitos (PAVEAU, 2021).

Embora o comentário, segundo Paveau, seja produzido em um quadro que pressupõe a conversação, ele também pode ser relacional. Essa característica diz respeito ao fato de o comentário ser publicado em um espaço materialmente reservado, sob a forma de metadado, que varia segundo a plataforma que o hospeda. No Facebook, por exemplo, esse espaço é nomeado como “comentar” ou “responder”. Para a autora, o comentário, nessas condições, é relacional porque é identificado metadiscursivamente como tal.

Uma interessante característica que a autora descreveu foi a da conversacionalidade e recursividade que os comentários pressupõem. Conforme avalia, a conversação foi definida pela análise conversacional segundo uma série de elementos, dentre eles as sequências de abertura e de fechamento. Contudo, no âmbito dos comentários *online*, a conversacionalidade é um pouco diferente. Para Paveau, ela tem espaço nas janelas destinadas aos comentários e seus metadados e não possui um fechamento específico, uma vez que, se os comentários continuam abertos, a conversa pode se prolongar *ad infinitum*, especialmente naquelas plataformas em que a ferramenta de “responder” existe, como o Facebook.

Além disso, os comentários produzem uma ampliação enunciativa e discursiva, na medida em que produzem coextensão do texto primeiro, em relação ao qual são publicados enquanto uma espécie de reação. Nesse sentido, para a autora, eles formam, com o texto primeiro, um todo discursivo. Uma reflexão como essa permite justificar, por exemplo, a cenografia de “fórum de discussão” que atestei nas publicações de *Quebrando o tabu* no Facebook, justamente porque a publicação forma, com os comentários que junto a ela são postados, uma espécie de troca de turnos conversacionais, extensivos da discussão introduzida pela página por meio de suas publicações. A publicação instaura uma cenografia de “fórum de discussão” e os comentários, coextensivos a ela, reforçam e mantêm a identidade da página, “tornando evidente” a necessidade de se discutirem temas para que “tabus sejam quebrados”.

Por fim, a autora faz menção à publicidade e à visibilidade dos comentários. Segundo ela, a visualização de um comentário depende das configurações das contas dos usuários que os produzem. Isso é o que ocorre com o Facebook: para se comentar uma publicação, é necessário ter uma conta na rede social e que a página em que se visa comentar não restrinja o acesso de outros usuários. Com relação a *Quebrando o tabu*, o que se tem é uma página pública à qual outros usuários da internet têm livre acesso aos conteúdos, mesmo que não possuam uma conta no Facebook, embora só possa inscrever

comentários em suas publicações se possuem cadastro na rede social, o que é gratuito e possui poucas restrições, como, por exemplo, a necessidade de se possuir uma conta de e-mail válida.

Além de listar características dos comentários *online*, a autora ainda os classifica por meio de tipologias. O comentário que ela chama de relacional é aquele que não necessariamente produz uma sequência discursiva sobre o texto primeiro ao qual se dirige, embora produza uma forma de concordar, discordar, interagir com outros textos. Este é o caso das ferramentas de “curtir”, “amar”, “odiar”, entre outras do Facebook, que, mesmo não produzindo conversação, inserem nas publicações uma espécie de reação, ainda que essa reação seja de pouca informatividade do ponto de vista do conteúdo que é comentado.

O comentário conversacional é aquele que mais me interessa dentre os tipos caracterizados por Paveau (2021). Isso porque ele recobre aqueles comentários que produzem ampliação do conteúdo abordado pelo primeiro texto, que é o que ocorre com os dados que tenho analisado. Para a autora, ele pode ser considerado discursivo ou metadiscursivo. Na medida em que propõe efetivamente uma predicação do texto primeiro, ampliando, nesse sentido, seu conteúdo, ele é considerado como comentário discursivo. Por outro lado, se ele atua como um comentário-resposta, por exemplo, caracteriza-se com base em sua organização em metadados, por meio da qual ocorre, dentre outras coisas, a negociação das opiniões sobre um tema específico, ou do modo como a primeira publicação foi apresentada (escrita, editada, etc.) sem, necessariamente, abordar o conteúdo proposto por ela. Há, ainda, no rol dos comentários conversacionais, o comentário-troll que, conforme Paveau explica, tem a pretensão de semear a discórdia por meio de confusões e intervenções puramente violentas e inoportunas³⁹.

Por fim, a autora caracteriza o comentário deslocado. Esse comentário, segundo afirma, é mais difícil de representar na definição do gênero, porque não é produzido em espaços convencionados para a ação de comentar e tampouco são identificados como tais. Trata-se daqueles comentários que são realizados por meio dos chats, por exemplo, em

³⁹ A esse respeito, vale fazer uma ressalva. Como foi possível observar no capítulo anterior desta tese de doutorado, uma das coerções impostas pelo dispositivo comunicacional da enunciação na página de Facebook *Quebrando o tabu* é a abertura da internet para uma espécie de registro verbal violento. Não parece adequado conceber que esse funcionamento deva ser restrito ao tipo de comentário-troll descrito por Paveau (2021). Parece mais condizente assumir que esse tipo de comentário visa apenas desestabilizar a discussão do tema proposto pelo primeiro texto, sem nenhum compromisso com o “conteúdo” dele. Todavia, a própria licença para esse tipo de interação, que se realiza pelo apelo ao comentário-troll, é ela mesma outro indício de que a internet possui um efeito de abertura que se configura como parte das coerções que constituem a enunciação; como parte das coerções do mídiu.

que sua visibilidade e publicidade se complexifica, na medida em que geralmente é privada, podendo passar a ser pública apenas se um dos interlocutores da conversa publicizarem informações da troca.

As definições que Paveau (2021) apresenta em torno dos comentários *online* se mostram como importantes para esta tese de doutorado, porque reforçam a descrição que tenho realizado do bate-boca, como sendo um *output* de um sistema cognitivo-discursivo, como uma troca de turnos conversacionais, altamente marcada por violência verbal. Além disso, conforme tentarei demonstrar na análise que empreendo neste capítulo, esse bate-boca pode ser analisado a partir do conceito de pré-discurso (PAVEAU, 2013), em função do qual é possível reconhecer a presença de saberes, valores, crenças e práticas na configuração dos discursos, apontando fortemente para uma descrição cultural do modo como questões perenes da sociedade estão sendo desestabilizadas ou reafirmadas.

4. Do pré-discurso ao bate-boca em comentários de *Quebrando o tabu*

Conforme apontei anteriormente, a página de *Quebrando o tabu* no Facebook possui um posicionamento que pode ser descrito como “mais progressista” em relação aos temas que aborda em suas publicações. O nome *Quebrando o tabu* é de um documentário de 2011, dirigido por Fernando Grostein Andrade, sobre o debate das drogas e da violência no Brasil⁴⁰. No entanto, a página, apesar da nítida referência ao filme, faz circular muitos outros temas, que dividem a opinião daqueles que acessam suas publicações no *Facebook*. Em geral, os administradores introduzem uma notícia compartilhada, ou uma imagem, ou uma charge, entre outros gêneros do discurso, por meio de dizeres que atestam o posicionamento da página. Retomando o exemplo (1) analisado no primeiro capítulo desta tese, é possível entrever o posicionamento da página descrito:

⁴⁰ Cf. <<http://www.quebrandootabu.com.br/sobre/projeto>> - acesso em: 18/07/2016.

(1)⁴¹



Em (1), como afirmado no capítulo anterior, observa-se o compartilhamento de um meme em que o tema “família” é pautado pela publicação. Na imagem, constam a foto de uma galinha sobre filhotes de cachorros, como se a ave acalentasse os animais de outra espécie em um gesto maternal, entendido socialmente como um gesto de carinho e de amor, além da inscrição verbal “a galinha desconstruída está passando em sua timeline para lembrar que o conceito de família pode ser o que você quiser”. Além disso, observa-se que o meme compartilhado é introduzido, por *Quebrando o tabu*, pelos dizeres “galinha fofinha quebradora de tabus”, que permite indiciar o posicionamento da página, segundo o qual há a necessidade, como o próprio nome dela indica, de se quebrar tabus sociais construídos segundo uma visão de mundo “mais conservadora”, a exemplo do que se busca fazer por meio da metáfora da galinha na publicação. É esse posicionamento atestado da página que lhe serve como “matéria” necessária para que seu discurso institua, por meio das publicações realizadas, cenografias de “fórum de discussão”, em que os temas abordados precisam ser debatidos para que “tabus sejam quebrados”.

No que diz respeito à metodologia empregada na análise de pré-discursos no *corpus* considerado, alinho-me a uma perspectiva sociocultural. Nesse sentido, o pré-discurso atua como a matéria necessária para a construção de visões de mundo em função das quais se constrói aquilo que, na comunidade de comentadores das publicações de

⁴¹ goo.gl/txvgPm – acesso em: 21/09/2016.

Quebrando o tabu no Facebook, é tomado como “família”. Cabe destacar que pelo menos duas hipóteses permitem justificar esse tipo de procedimento: i) de que em sociedades ocidentais como a nossa existem pré-discursos muito perenes que estão em vias de se transformar e o que se debate a partir deles é sua própria estabilidade/instabilidade; e ii) de que a estabilidade ou instabilidade desses pré-discursos é debatida porque existem diferentes enquadres sociocognitivos em função dos quais há distintos pré-discursos, tomando a questão da “família” como algo que ultrapassa as bases ideológicas. A perspectiva de entrada na análise assumida é a segunda, na medida em que o *corpus* considerado se constitui como um bate-boca que se estabelece porque um pré-discurso mais hegemônico (“família tradicional”) é colocado em xeque pela própria página, cujo discurso indicia a presença de outro pré-discurso, segundo o qual “família é diversidade”.

A hegemonia do pré-discurso que informa que “família é uma instância tradicional”⁴² pode ser constatada no fio da história. Vários dados poderiam dar conta de justificar uma afirmação como essa, desde um texto religioso até uma medida jurídica (vide Estatuto da Família), demonstrando como essa visão de mundo perpassa um longo período de tempo na história dessas sociedades. Dentre as passagens da Bíblia Sagrada (2015) que se poderia listar como exemplos, encontram-se Provérbios (18:22; 19:14), Efésios (5:24), Salmos (127:3-5), dentre muitas outras, em função dos quais família é definida como uma instituição (criada por Deus) que conjuga um homem, uma mulher e seus filhos.

No que diz respeito especificamente à análise do pré-discurso, conforme afirma Paveau (2013), embora ele não seja materialmente inscrito no discurso, deixa sobre ele indícios de sua presença, a partir dos quais pode ser possível detectá-lo. No exemplo (1) apresentado, constata-se uma forma de apelo ao pré-discurso, dentre aquelas listadas pela autora, bastante recorrente no *corpus* coletado na página *Quebrando o tabu*: o lexicologismo. Trata-se de um procedimento em que o sentido de uma palavra é comentado. Quando, na publicação em (1), afirma-se que “família pode ser o que você quiser”, instaura-se um quadro de valores, detectável em função da definição da palavra “família”, que atua como indício da presença de um pré-discurso segundo o qual “família é diversidade”, condicionada por relações amorosas entre seus membros – um enquadre sociocognitivo que alimenta o discurso da página em torno da temática abordada.

⁴² O sintagma “família tradicional” é considerado para a descrição desse pré-discurso a partir da observação de que os próprios discursos alimentados por esse enquadre assim descrevem essa noção de “família”.

Mais de mil comentários de usuários do Facebook foram postados como reação à publicação de *Quebrando o tabu* apresentada em (1). Como, para Paveau (2013), o pré-discurso é partilhado por uma coletividade, é natural pressupor que, em outros enunciados, que compõem o debate de opiniões sobre o tema, o enquadre de “família é diversidade” também oriente a produção discursiva. Vejamos, a seguir, outros exemplos:

(2)



(3)

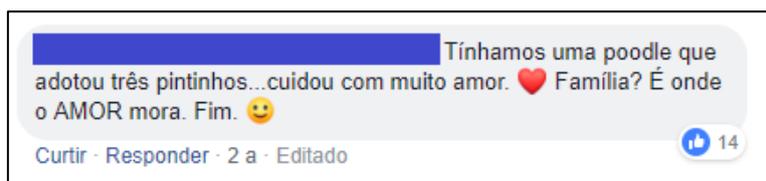


No exemplo (2) acima, observa-se um comentário de um usuário do Facebook, postado como reação à publicação de *Quebrando o tabu*. Conforme se pode depreender do dado, o enunciador refaz o procedimento efetuado pela página na publicação em (1), comentando o sentido da palavra “família”, em uma espécie de explicação do termo. Essa explicação, por sua vez, indicia um apelo ao mesmo pré-discurso que produz o enquadre sociocognitivo em função do qual “família” somente pode ser compreendida, nesse universo de sentido instaurado pelo pré-discurso, como instituição diversificada, baseada em relações afetivas, como aquela encenada pela foto que compõe o meme compartilhado em (1).

Assim também ocorre com o exemplo apresentado em (3). Ao definir “família” como instância “onde se tem amor” (“família é onde tem amorzineo”), há também um comentário sobre o sentido do termo, funcionando como um indício da presença do pré-discurso que alimenta o discurso da página e de outros enunciadores que partilham com ela o mesmo enquadre de valor em torno de “família”.

Outra forma de apelo ao pré-discurso, bastante recorrente em enunciações na página *Quebrando o tabu*, são as perguntas retóricas. Vejamos, a seguir, um exemplo:

(4)



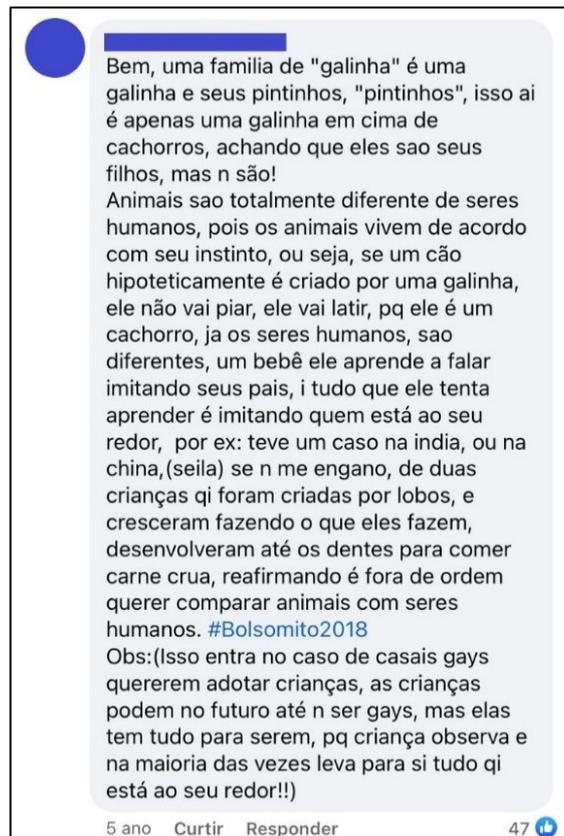
No exemplo (4), o enunciador relata um fato envolvendo um animal de estimação que sua família possuía e que adotou comportamento similar ao dos animais que compõem a cena apresentada em (1), publicação à qual o comentário se dirige. Além disso, o relato é acompanhado de uma questão (“família?”) e de uma resposta (“É onde o amor mora”). Essa pergunta, na lista de indícios de apelo ao pré-discurso apresentada por Paveau (2013), configura-se como uma pergunta retórica ou, nos termos da autora, interrogação genérica. Trata-se de uma questão que não necessariamente é feita para ser respondida. Por outro lado, ela coloca em evidência uma asserção, em função da qual se pode acessar um enquadre pré-discursivo. Neste caso, especificamente, um valor que informa que família é “diversidade e amor”.

Desse modo, os exemplos (2), (3) e (4), com base na descrição apresentada, comungam, por assim dizer, do mesmo pré-discurso que alimenta o discurso de *Quebrando o tabu*, conforme se pôde observar da análise da publicação apresentada em (1). Dentre outras coisas, essa análise reforça o princípio da coletividade do conceito de pré-discurso postulado por Paveau (2013), uma vez que permite entrever como quadros pré-discursivos coletivos são intersubjetivos, considerando que são gestados no conjunto de crenças comuns a uma coletividade e negociados por meio da interação.

Todavia, o que chama atenção no conjunto de comentários recebidos pela publicação de *Quebrando o tabu* apresentada em (1) é o fato de haver inscrição de opiniões em que o enquadre de “família como diversidade e amor”, analisado por meio dos exemplos anteriores, é tomado como incompatível com um universo de sentido mobilizado por esses enunciadores.

Retomando um exemplo mobilizado anteriormente, no primeiro capítulo desta tese, pode ser possível esclarecer essa afirmação. Vejamos:

(5)



Bem, uma familia de "galinha" é uma galinha e seus pintinhos, "pintinhos", isso ai é apenas uma galinha em cima de cachorros, achando que eles sao seus filhos, mas n são!
Animais sao totalmente diferente de seres humanos, pois os animais vivem de acordo com seu instinto, ou seja, se um cão hipoteticamente é criado por uma galinha, ele não vai piar, ele vai latir, pq ele é um cachorro, ja os seres humanos, sao diferentes, um bebê ele aprende a falar imitando seus pais, i tudo que ele tenta aprender é imitando quem está ao seu redor, por ex: teve um caso na india, ou na china, (seila) se n me engano, de duas crianças qi foram criadas por lobos, e cresceram fazendo o que eles fazem, desenvolveram até os dentes para comer carne crua, reafirmando é fora de ordem querer comparar animais com seres humanos. #Bolsomito2018
Obs:(Isso entra no caso de casais gays quererem adotar crianças, as crianças podem no futuro até n ser gays, mas elas tem tudo para serem, pq criança observa e na maioria das vezes leva para si tudo qi está ao seu redor!!)

5 ano Curtir Responder 47

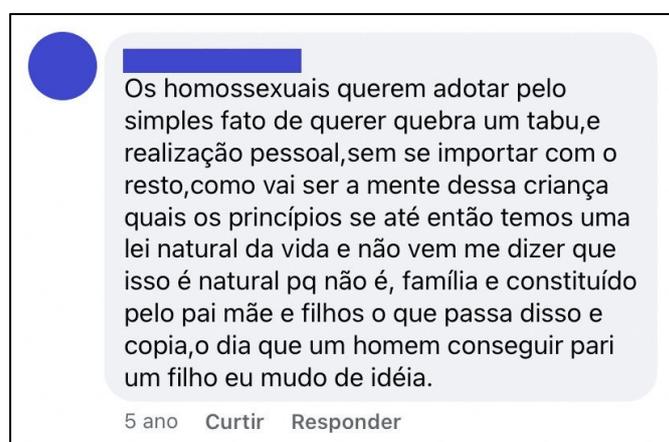
O enunciado (5), em questão, discute o quadro de valor pré-discursivo incorporado à publicação de *Quebrando o tabu* (de que a definição de “família” decorre de relações diversificadas e amorosas). Esse comentário, por outro lado, é alimentado por outro pré-discurso que lhe informa que uma família somente pode ser considerada como tal se os membros que a compõe “são de mesma espécie”. Baseia-se, pois, em um certo enquadre de saber tácito do fenômeno biológico da “espécie” como fonte pré-discursiva que lhe faz interpretar o conceito de “família”, colocado em pauta pela publicação da página, como impossível no universo de sentido que se lhe impõe. Tal apelo ao pré-discurso é indiciado pelas aspas e pelo comentário do “real” sentido de “galinha” e “pintinhos” na explicação de que o que o meme encena não passa de uma “imaginação” de “família”. O enunciador do comentário (5) ainda explica, submetido à presença desse pré-discurso, que a “anaturalidade” da “família da galinha e dos filhotes de cachorro” é aplicável às comparações com configurações familiares humanas, já que “não é natural que casais homoafetivos adotem crianças sob a ameaça que elas se tornem gays”. Ocorre, nesse exemplo, o mesmo procedimento lexicológico de comentário sobre o sentido de uma palavra (“família”), descrito a partir dos exemplos (1), (2) e (3), embora essa forma

de apelo ao pré-discurso, neste caso em específico, indicie um enquadre sociocognitivo distinto daquele que foi possível constatar nos exemplos anteriores.

Outro indício da presença do pré-discurso em (5) é a *hashtag* que faz menção ao nome do presidente do Brasil Jair Bolsonaro (“#Bolsomito2018”), que à época da publicação de *Quebrando o tabu* (2016) era já tomado como um dos principais pré-candidatos da disputa eleitoral que o elegeu em 2018. Paveau (2013) postula que outra forma de apelo à presença dos quadros pré-discursivos coletivos, de ordem mais cognitivo-textual, é o apelo aos precursores – figuras nomeadas pelos antropônimos. A autora ainda destaca que o que importa na citação direta de um nome, por exemplo, é a presença de um conhecimento partilhado a que esse nome faz apelo e não propriamente a explicitação semântica da referência. O presidente Jair Bolsonaro ficou, ao longo de sua trajetória política até então, conhecido por suas posições, por falta de termos melhores, “mais conservadoras”, dentre elas a de que a homoafetividade não é natural. O nome dele mencionado em (5) permite, portanto, observar outro indício de apelo ao quadro de saber evocado pelo comentário do enunciador no exemplo: “família é constituída pelas relações biológicas que se estabelecem entre homem e mulher, todo o resto não é natural” – ou que “família é uma instituição tradicional, condicionada pela união de homens e mulheres cis gênero e seus descendentes”.

Esse mesmo pré-discurso funciona também como enquadre sociocognitivo de outras opiniões postadas sob a forma de comentário à publicação de *Quebrando o tabu* em (1). Vejamos:

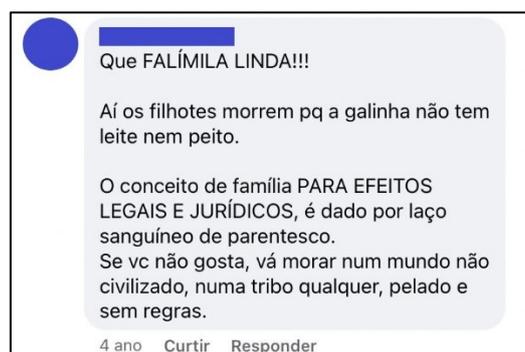
(6)



Assim como em (5), o enunciado apresentado no exemplo (6) é alimentado por um pré-discurso segundo o qual a noção de “família” como instituição diversificada é incompatível. Ao afirmar que essa “diversidade”, encenada pelo meme compartilhado pela página, não é natural, o enunciador apoia-se sobre um quadro de saber específico, que lhe informa que uma “família” somente pode ser constituída por “pai, mãe e filhos”, afinal, do ponto de vista da espécie, é impossível que um “homem” realize a ação de “parir”, relativa ao fato de gestar um embrião, condição, segundo a opinião expressa pelo comentário, para a constituição familiar. Nesse exemplo, o apelo ao pré-discurso também é condicionado por um procedimento lexicológico, em função do qual o sentido da palavra “família” é comentado e incorporado ao discurso segundo um enquadre sociocognitivo específico.

No exemplo (7), a seguir, o mesmo quadro pré-discursivo alimenta a produção discursiva:

(7)



Em (7), o enunciador ironiza a “família diversificada” encenada pelo meme compartilhado em (1). Assim como nos exemplos (5) e (6), o enquadre sociocognitivo a que se faz apelo é o quadro pré-discursivo segundo o qual o critério biológico é central (ao fazer menção ao comportamento alimentar das espécies, afirmando-se, em relação à galinha, que seus “filhotes de cachorro” morreriam, já que a ave não possui “leite e nem peito” para lhes alimentar).

Esse enquadre de “família” enquanto uma instituição composta por homens e mulheres cis gênero, bem como seus descendentes, é, por sua vez, como anteriormente afirmado, perene em nossa sociedade, tendo como um exemplo disso uma medida legislativa, o Estatuto da Família, que visa normatizar o que pode ou não ser considerado como família (Cf. BRASIL, 2013). De acordo com esse projeto de lei:

A família é considerada o primeiro grupo humano organizado num sistema social, funcionando como uma espécie - porque devemos conferir grande importância à família e às mudanças que a têm alterado a sua estrutura no decorrer do tempo. (...)

Conquanto a própria carta magna tenha previsto que o Estado deve proteger a família, o fato é que não há políticas públicas efetivas voltadas especialmente à valorização da família e ao enfrentamento das questões complexas a que estão submetidas às famílias num contexto contemporâneo.

São diversas essas questões. Desde a grave epidemia das drogas, que dilacera os laços e a harmonia do ambiente familiar, à violência doméstica, à gravidez na adolescência, até mesmo à desconstrução do conceito de família, aspecto que aflige as famílias e repercute na dinâmica psicossocial do indivíduo.

(...)

O estatuto aborda questões centrais que envolvem a família.

(...) o fortalecimento dos laços familiares a partir da união conjugal firmada entre o homem e a mulher, ao estabelecer o conceito de entidade familiar; a proteção e a preservação da unidade familiar, ao estimular a adoção de políticas de assistência que levem às residências e às unidades de saúde públicas profissionais capacitados à orientação das famílias (BRASIL, 2013, grifos do autor).

Considerando-se o texto da justificativa da proposição do Estatuto da Família, pode-se perceber que ele, assim como os exemplos (5), (6) e (7), é alimentado por um quadro pré-discursivo em torno do qual a ideia de “família”, nesse universo de sentido condicionado pela presença do pré-discurso, é restritivo a uma instância definida pela união de homens e mulheres cis gênero.

Como consequência, ao não reconhecer a posição defendida pela publicação de *Quebrando o tabu* em (1), alimentada por um pré-discurso distinto, os enunciados em (5), (6) e (7) acabam por debater a visão de mundo que a publicação da página coloca em voga, impensável para o universo cultural em que a concepção de “família” é restritiva a um modelo baseado em critérios fundamentalmente biológicos. Esse pré-discurso, em nossa sociedade, é já muito perene, como testemunha a medida legislativa do Estatuto da Família, orientada pelo mesmo quadro pré-discursivo.

No que concerne ao tema “família”, constantemente abordado em publicações de *Quebrando o tabu* no Facebook, conforme apontei no primeiro capítulo desta tese de doutorado, parece-me possível sustentar algumas afirmações: i) o debate sobre a questão sempre assume um tom acalorado, sobre o qual incide um registro verbal violento; ii) de publicação para publicação da página, que aborde essa questão, é possível observar os mesmos procedimentos de ataque e contra-ataque entre os enunciadores que comentam as publicações da página, configurando-se os bate-bocas; e, iii) os dados em torno da

discussão desse tema apontam para um rico espaço de coleta no que diz respeito à análise de pré-discursos e, mais especificamente, de pré-discursos cuja estabilidade é posta em questão.

A hipótese para que essas afirmações sejam verificadas é a de que o tema “família”, constantemente abordado pela página *Quebrando o tabu*, possui um grande valor cultural para esses interlocutores, que se prestam a comentá-lo.

Analisando, em *O crisântemo e a espada*, a cultura dos japoneses, no período do conflito entre Japão e Estados Unidos em razão do ataque a Pearl Harbor, Ruth Benedict (1972) observou que o homem constrói sua visão de mundo segundo sua cultura. Isto é, conforme a antropóloga, a cultura é a lente necessária para que o homem construa o modo como compreende o mundo. Nesse sentido, realizando uma analogia com essa perspectiva antropológica, mais do que os pré-discursos atuarem como matéria necessária para a produção e interpretação discursiva, eles configuram os valores culturais que a sociedade atribui às questões que lhe são colocadas em voga, como a família.

Dentre as publicações e comentários apresentados no capítulo anterior desta tese de doutorado, é possível apontar outros dados que corroboram as afirmações realizadas até aqui. Vejamos a seguir:

(8)



O exemplo (8), conforme descrito no capítulo anterior, é de uma publicação do ano de 2019 da página de Facebook *Quebrando o tabu*. Nele, ainda de acordo com a descrição realizada, constam vários caracteres imagéticos que representam possíveis e distintas configurações familiares. A postagem é iniciada pela inscrição verbal “Família é onde você se sente amado, acolhido e respeitado”. Trata-se, mais uma vez, do procedimento de lexicologismo, em função do qual o sentido de uma palavra é comentado. Neste caso, esse procedimento indicia a presença de um pré-discurso segundo o qual se estabelece uma visão de mundo em que “família é diversidade”.

Dentre os comentários que essa publicação recebeu, um dado interessante diz respeito a uma opinião que evoca a figura de Deus como condição para a constituição familiar:

(9)



Em (9), assim como nos exemplos anteriores, o procedimento de comentar o sentido de uma palavra é o indício da presença de um pré-discurso. Trata-se, mais uma vez, de um pré-discurso que instaura um enquadre sociocognitivo que orienta a ideia de que família é uma instância constituída por “homem, mulher e filhos”. O traço mais interessante desse dado, em torno do enquadre de “família”, é que, diferentemente de outros exemplos apresentados, que comungam de um quadro coletivo referente a um saber tácito científico acerca das características de espécies de seres vivos (de seus órgãos reprodutores e de seus hábitos alimentares), dessa vez evoca-se o mesmo pré-discurso (“família tradicional”) a partir da crença religiosa de que Deus constituiu a família (“a família que Deus constituiu”). A recorrência de comentários alimentados por esse pré-discurso permite, mais uma vez, perceber o caráter coletivo dos pré-discursos que são compartilhados por um grupo, mas incorporados ao discurso de maneira individual (ora sob a forma de um saber científico, ora sob a forma crença religiosa).

A descrição/análise da presença de dois pré-discursos distintos, no *corpus* considerado, aponta, do ponto de vista sociocultural assumido para a análise de dados, para duas visões de mundo distintas em torno daquilo que os enunciadores inscritos no bate-boca tomam como “família”. De um lado, apresenta-se uma visão de mundo

hegemônica, mais perene na história da sociedade, de que a “família” é uma “instância tradicional”, constituída, conforme definição do Estatuto da Família e da Bíblia, de um homem, de uma mulher e de seus filhos [segundo a vontade de Deus]. De outro lado, “família” é compreendida como “diversidade” consonante às relações de amor e de afeto que existam entre seus membros.

O que se põe em debate nos bate-bocas é justamente a estabilidade, construída ao longo da história das sociedades ocidentais, desse pré-discurso (“família tradicional”) mais hegemônico. Outro indício disso pode ser constatado com base no exemplo a seguir:

(10)



No exemplo (10), apresenta-se uma charge de Laerte Coutinho compartilhada por *Quebrando o tabu* no Facebook. Nela, como também fora descrito no capítulo anterior, é possível constatar o preenchimento de uma fôrma, com caracteres gráficos (que representam homens, mulheres, crianças e animais) muito diversos, a partir da ação de um grupo de homens vestidos de ternos, provavelmente em alusão ao poder judiciário brasileiro, majoritariamente composto por parlamentares que se identificam como homens cis gênero. A charge é introduzida por uma expressão lexicológica, isto é, que comenta o sentido de uma palavra: “família é quem te acolhe, te respeita e te faz sentir

parte de algo nesse mundão”. Sob esse aspecto é possível indiciar a presença do pré-discurso que alimenta o discurso da página, segundo o qual se instaura um enquadre em que família é concebida como “diversidade” e como um “espaço” de relações de afeto e amor.

É esse o pré-discurso que põe em xeque a estabilidade do enquadre de “família tradicional”, hegemonicamente presente na história da sociedade moderna, perpassando diferentes conjunturas sociais. É sob esse aspecto, da ameaça da estabilidade de um pré-discurso que tem estado perene na sociedade, que incide o bate-boca. Isso ocorre, justamente, porque pôr em xeque um pré-discurso como esse é ameaçar uma visão de mundo que tem garantido sua hegemonia ao longo do tempo. Isto é, a presença desses dois modos de conceber “família”, enquanto “tradição” ou “diversidade”, aponta para a possibilidade de uma mudança social muito grande, na medida em que é a partir da existência de enquadres sociocognitivos distintos que os sujeitos podem construir enquadres culturais distintos em relação ao modo de como conceber o mundo.

Um indício da desestabilização de um enquadre como “família tradicional” é a institucionalização de um significado diferente para o termo “família” em entradas de dicionários. Em matéria do site do IBDFAM⁴³ – Instituto Brasileiro de Direito da Família –, observou-se a mudança do verbete no dicionário Houaiss a partir de 2016. A mudança ocorreu em função de uma campanha intitulada pela hashtag “#TodasAsFamílias”, promovida pela agência publicitária NBS em parceria com o próprio Grande Dicionário Houaiss, como reação à proposição do Estatuto da Família no Brasil, que à época estava em tramitação na Câmara dos Deputados Federais.

Na versão precedente à mudança de 2016, a primeira entrada do verbete “família” do dicionário Houaiss (2009, p. 338) era a seguinte: “s.f. grupo de pessoas formados especialmente por pai, mãe e filho(s) que vivem sob o mesmo teto”. Uma conceituação como essa, um procedimento lexicológico por excelência e, portanto, um indício da presença do pré-discurso que orienta o enquadre sociocognitivo de “família tradicional”, aponta para a perenidade que essa visão de mundo estabeleceu ao longo de muito tempo na história da sociedade; os dicionários ao, supostamente, apontarem o uso denotativo de palavras na língua, reafirmam seus significados mais hegemônicos.

Posteriormente à campanha da NBS, que tinha como slogan “para você o que é família?”, o dicionário passou a ter primeira entrada do verbete a seguinte: “s.f. grupo de

⁴³ Cf. <https://bit.ly/3dc1HtO> – acesso em: 09/02/2022.

pessoas unidas por laços afetivos, que geralmente compartilham o mesmo espaço e mantêm entre si uma relação solidária e estável”⁴⁴. Trata-se, nesse caso em específico, de uma conceituação que permite indiciar a presença do pré-discurso que alimenta o enquadre de “família como diversidade”, tal como descrito por meio da análise do discurso de *Quebrando o tabu* e de tantos outros usuários do Facebook que comentam suas publicações. Quando há uma alteração como essa na entrada de um dicionário como o Houaiss, amplamente difundido no Brasil, observa-se um indício de transformação social, no que diz respeito à construção de novas visões de mundo, e de desestabilização de uma visão de mundo hegemônica como a da “família tradicional”.

É desse modo, pelo debate em torno da estabilidade/instabilidade dos quadros pré-discursivos coletivos, que emergem, da interação que se estabelece em comentários recebidos pelas publicações da página *Quebrando o tabu*, os bate-bocas, demasiadamente marcados por violência verbal, na medida em que a ameaça da hegemonia de um pré-discurso pressupõe espaços nevrálgicos de controvérsia. Isso ocorre porque o pré-discurso funciona como um enquadre de sentido que coloca em voga uma dimensão cultural ampla, um modo pelo qual o sujeito conhece o mundo e constrói conhecimentos sobre ele, de maneira que, no universo de sentido imposto pelo pré-discurso que lhe alimenta a produção discursiva, a “família”, nos casos dos exemplos (1), (2), (3), (4), (8) e (10), somente pode ser concebida como união entre pessoas em termos de diversidade e amor, e nos casos dos exemplos (5), (6), (7) e (9) como união restritiva de homens e mulheres cis gênero e seus descendentes.

Não se trata, do mirante de análise adotado, da descrição de uma disputa ideológica *strictu sensu*, mas, antes, da explicação da incompatibilidade instaurada entre enquadres de sentido que orientam um modo de se conceber o mundo, imposto pela presença de diferentes pré-discursos. É, por melhor dizer, um tipo de análise voltado para a apreensão de um fenômeno processual, em que questões centrais da sociedade, como “o que é família”, são orientadas por diferentes dimensões culturais e representadas de maneiras distintas por meio da linguagem.

Em um nível sistêmico, o bate-boca, fruto da incompatibilidade de visões de mundo, analisadas com base na presença de pré-discursos, decorre do funcionamento de um sistema cognitivo-discursivo distribuído, em que a interação entre os sujeitos enunciativos e as dimensões do dispositivo comunicacional podem ser considerados

⁴⁴ Cf. <https://bit.ly/3LcRU3g> - acesso em: 15/05/2022.

como *inputs* que convergem para um mesmo *output*: a instauração e manutenção de bate-bocas, integrantes da cenografia de “fórum de discussão” que imprime identidade à página *Quebrando o tabu*.

Dessa maneira, é válido considerar que, enquanto ferramenta cognitivo-discursiva, o dispositivo comunicacional que põe em curso e gerencia a enunciação de *Quebrando o tabu* produz distribuição de informações, em função dos quais diferentes quadros pré-discursivos de saberes, valores, crenças e práticas alimentam a produção discursiva. Assim, as análises apresentadas nesta tese de doutorado parecem apontar para a viabilidade das hipóteses levantadas: de que há um dispositivo comunicacional que “dispara” e gerencia a enunciação em *Quebrando o tabu* e de que é possível analisar esse dispositivo como uma ferramenta cognitiva partícipe de um sistema cognitivo-discursivo distribuído, em que vários *inputs* convergem para um mesmo *output*.

Além disso, os exemplos analisados demonstram a aplicabilidade da conceituação de comentário *online* produzida por Paveau (2021), porque permitem constatar que o bate-bocas é fruto de comentários conversacionais que ampliam o conteúdo das temáticas abordadas pelas publicações às quais se dirigem. Com base nisso, ainda servem de evidência de que é a temática das publicações, gerida por um sistema de hipergenericidade, como dimensão de um dispositivo comunicacional, que atua para que um bate-boca, mediado pela propagação da ideia de “liberdade” imposta pela dimensão do mídiu Internet, instaure-se em função da ameaça à estabilidade de um pré-discurso hegemônico na sociedade, atuando como “prova real” de que o dispositivo comunicacional pode ser analisado como partícipe de um sistema cognitivo por meio do qual informações são partilhadas e consumidas na interação social.

CONCLUSÃO

Desde sua gênese, em meados da década de 1960, com os trabalhos precursores de Michel Pêcheux e Jean Dubois, a Análise do Discurso desenvolveu-se como uma teoria que produziu interfaces múltiplas para realizar deslocamentos em função da explicação de fenômenos muito diversos. Seu próprio início, como pontuou Mussalim (2012), é marcado pelo entremeio necessário entre o estruturalismo de base saussuriana, o marxismo althusseriano e a psicanálise lacaniana, o que lhe possibilitou romper com certa hegemonia das pesquisas em Linguística realizadas até então, que, apesar de esbarrar em questões reivindicadas pela AD, não davam ao sentido e aos efeitos de sentido, por assim dizer, um tratamento teórico-metodológico próprio, capaz de garantir descrição e explicação mais adequadas dos fenômenos discursivos.

No grupo de pesquisa CED – *Círculo de Estudos do Discurso* –, as cooperações interdisciplinares parecem imperativas e produtivas para a realização das pesquisas⁴⁵, que lidam com fenômenos muito diversos, produzindo interfaces entre discurso e literatura, discurso e tradução, discurso e fonética, discurso e semiótica, entre outras. O próprio trabalho de Paveau (2013) aponta para a necessidade que *corpora* investigativos muito diversos impuseram para que as pesquisas em AD que, conforme iam se desenvolvendo, passaram, cada vez mais, a realizar cooperações interdisciplinares.

Nesta tese de doutorado, alinhei-me a esse tipo de procedimento interdisciplinar, ao propor uma cooperação entre a abordagem da Cognição Distribuída e a AD francesa. Ao analisar a página *Quebrando o tabu* no Facebook, assumi a hipótese de que a enunciação de *Quebrando o tabu* era regulada por um dispositivo comunicacional de múltiplas dimensões (sistema de hipergenericidade e mídiun), em função do qual era disparada e gerenciada. A cooperação com a Cognição Distribuída, por sua vez, se dá na delimitação da hipótese demonstrada de que, à análise discursiva, é produtivo acrescentar uma dimensão cognitiva, em função da qual o dispositivo comunicacional pôde ser tomado como uma ferramenta de natureza cognitivo-discursiva.

No primeiro capítulo, pude demonstrar, por meio da análise, o funcionamento desse dispositivo comunicacional de múltiplas dimensões: ele impõe a identidade

⁴⁵ A título de exemplificação, cito as teses mais recentes de Khalil (2017), Veronez (2018) e Figueira (2021) e a dissertação de Domingos (2019), embora o grupo possua muitos outros exemplares de pesquisa no que diz respeito à cooperação interdisciplinar na busca pela adequada explicação e descrição de fenômenos discursivos.

semântica da página, por força da cenografia de “fórum de discussão”, o que delimita, na busca pela sua manutenção identitária, os temas pautados pelas publicações. Por sua vez, essa cenografia interpela os sujeitos que comentam tais publicações, instigando-os a se inscrever em uma troca de turnos conversacionais altamente marcada por violência verbal, em função das coerções da dimensão do mídiu Internet, que pressupõe e licencia uma espécie de “liberdade enunciativa”.

Além disso, recorrendo à abordagem da Cognição Distribuída, procedi a uma releitura desse dispositivo, tomando-o como uma ferramenta cognitivo-discursiva (NORMAN, 1991; PAVEAU, 2013; MUSSALIM, 2018b). Em função dessa releitura, pude explicar o modo pelo qual esse dispositivo, em conjunto com a interação entre sujeitos, se faz partícipe de um sistema cognitivo-distribuído em que vários *inputs* atuam para a manifestação de um mesmo *output*: a instauração de bate-bocas, que integram e promovem manutenção da cenografia de “fórum de discussão”, que imprime identidade semântica à página *Quebrando o tabu* no Facebook.

No segundo capítulo da tese, procedi ao que chamei de “prova real” da possibilidade de se integrar o dispositivo comunicacional ao sistema cognitivo-distribuído, enquanto uma ferramenta que atua na partilha de informações, em função da qual estabelecem-se interações que envolvem linguagem, como os bate-bocas.

Valendo-me do conceito de pré-discurso (PAVEAU, 2013), também de natureza cognitivo-discursiva, demonstrei que esses bate-bocas são alimentados por enquadres sociocognitivos distintos. Como conclusão, observei que, o debate na interação se dá em função da tentativa de se promover a estabilidade/instabilidade de um pré-discurso muito perene em torno do tema “família”, segundo o qual essa instituição decorre de uma configuração que conjuga homens cis gênero, mulheres cis gênero e seus filhos. O bate-boca decorre da desestabilização que a presença de outro pré-discurso (família enquanto diversidade em espaços de afeto e respeito) impõe à hegemonia daquele (“família tradicional”) que vem, de longa data, mantendo-se hegemônico em nossa sociedade.

Análises como as empreendidas nesta tese possibilitam sustentar que reler o dispositivo comunicacional, enquanto uma ferramenta de natureza cognitivo-discursiva, produz um ganho teórico-metodológico-analítico. Primeiramente porque permitem compreender questões relacionadas à enunciação e aos dispositivos comunicacionais – o modo como disparam, gerenciam e, mais que isso, fomentam a inscrição em interações sociais. Entretanto, mais que isso, permitem também propor reflexões sobre processos culturais relevantes, sobre como se propagam quadros de valores, saberes, crenças e

práticas, como aqueles que alimentam discursos em torno da temática “família”, analisados nesta tese de doutorado. Nesse sentido, uma entrada teórico-metodológica como a assumida, a partir de uma cooperação com a abordagem da Cognição Distribuída, torna possível explicar também o funcionamento do que chamamos aqui (capítulo 1) de dispositivos culturais, constituídos, em última instância, por meio da linguagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, G. O que é um dispositivo?. In: **Outra Travessia**. Tradução de Nilcéa Valdati. n. 5. Florianópolis: UFSC. 2005. p. 9-16.
- BAI, Q. et. al. A Systematic Review of Emoji: Current Research and Future Perspective. In: **Frontiers in psychology**. v. 10, n. 2221. 2019. p. 01-16. DOI: <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2019.02221>.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Gêneros do discurso**. In: Estética da criação verbal. Tradução de Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, [1952-3] 2003.
- _____. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1987. 419 p.
- BENEDICT, R. **O crisântemo e a espada**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1972. 278 p.
- BERTO, M.; GONÇALVES. Diálogos online. As intersemioses do gênero *Facebook*. In: **Ciberlegenda**. 2011. p. 100-110. DOI [https://doi.org/10.22409/c-
legenda.v0i25.26235](https://doi.org/10.22409/c-legenda.v0i25.26235)
- Bíblia Sagrada**. Intellectual Reserve, Inc. Salt Lake City: A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos últimos dias. 2015. 2055 p.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 6583**. Estatuto da Família. Dispõe sobre o estatuto da família e dá outras providências. 2013. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=597005>> . Acesso em: 07 set. 2016.
- CABRAL, A. L. T.; LIMA, N. V. Argumentação e polêmica nas redes sociais: o papel da violência verbal. v. 42, n. 73. 2017. p. 86-97. DOI <https://doi.org/10.17058/signo.v42i73.8004>
- CASTELLS, M. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução de M. Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2003. 243 p.
- CHARREDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto. 2004. 560 p.
- CHOMSKY, N. **Aspectos da teoria da sintaxe**. Coimbra: Armênio Amado Ed. 1978. 372 p.
- CLARK, A.; CHALMERS, D. The extended mind. In: **Analysis**. v. 58, n. 1. 1998. p. 7-19. DOI <https://doi.org/10.1093/analys/58.1.7>
- DEBRAY, R. **Curso de Miologia Geral**. Petrópolis: Vozes, 1993. 419 p.

- _____. **Transmitir**: o segredo e a força das ideias. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Rio de Janeiro: Vozes. 2000. 179 p.
- DOMINGOS, Livia Cremonez. A problemática da semântica discursiva em processos de tradução: análise discursiva de duas traduções do poema *The Raven*, de Edgar Allan Poe. 2019. 119 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2019.709>
- DREYFUS, H. L.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 1995. 299p.
- EMEDIATO, W. Discurso e Web: as múltiplas faces do *Facebook*. In: **Revista da ABRALIN**. v. 14, n. 2. 2015. p. 171-192. DOI <https://doi.org/10.5380/rabl.v14i2.42561>
- FERREIRA, V. V. Régis Debray e os estudos do discurso: contribuições midiológicas para o conceito de suporte discursivo. In: **Matraga**. Rio de Janeiro: v. 27, n. 50. Mai./jun. 2020. p. 316-334. DOI <https://doi.org/10.12957/matraga.2020.46986>
- FIGUEIRA, Bruno de Sousa. Posicionamento na interlíngua(gem): processos de constituição do código de linguagem do Movimento Tropicalista. 2021. 188 f. (Tese de doutorado).
- FLOR, N.; HUTCHINS, E. Analyzing distributed cognition in software teams: a case study of team programming during perfective software maintenance. In: **Proceedings of the fourth annual workshop on empirical studies of programmers**. Norwood, N. J. Anais... Norwood, N. J: Ablex Publishing, 1991. p. 36–59
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1999. 152 p.
- GONÇALVES, Pollyanna. **O funcionamento da comunidade discursiva construída em torno das *fanfictions***. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2016. (Dissertação de Mestrado).
- _____. Sobre a história da sexualidade. In: MACHADO, R. (org.) **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal. 2000.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Minidicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 3. Ed. rev. amp. Rio de Janeiro: Objetiva. 2009. 992 p.
- HUTCHINS, E. **Cognition in the wild**. Massachusetts: MIT Press. 1995. 395p. DOI <https://doi.org/10.7551/mitpress/1881.001.0001>
- _____. How a cockpit remembers its speeds. In: **Cognitive Science**. v. 19. n.3. 1995. p. 265-288. DOI https://doi.org/10.1207/s15516709cog1903_1
- _____. **Distributed cognition**. San Diego: IESBS University of California. 2000. 10 p. IBDFAM. **Dicionário reformula conceito de família**. Disponível em: <<https://bit.ly/3dc1HtO>>. Acesso em: 09/02/2022.

KHALIL, L. M. G.. Ethos, cenografia e voz "demoníacos": o funcionamento discursivo do Death Metal. 2017. 252 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2017. DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2017.95>.

KIRKPATRICK, D. **O efeito Facebook**: os bastidores da história da empresa que está conectando o mundo. Tradução de Maria Lúcia de Oliveira. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2011. 333 p.

LANIER, J. **Dez argumentos para você deletar suas redes sociais**. Tradução de Bruno Casotti. Rio de Janeiro: Intrínseca. 2018. 192 p.

MAINGUENEAU, D. Mídium e discurso. _____. **Análise de textos de comunicação**. 6 ed. Trad. Cecília P de Souza-e-Silva. São Paulo: Cortez Editora, 2013. p. 81-92.

_____. Cenografia epistolar e debate público. In: **Cenas da enunciação**. POSSENTI, S.; SOUZA-E-SILVA, M. C. (orgs.). São Paulo: Parábola Editorial, 2008a. p. 115-135.

_____. O quadro genérico. In: _____. **Discurso literário**. São Paulo: Editora Contexto, 2006. p. 229-246.

_____. Hipergênero, gênero e internet. In: _____. **Doze conceitos em Análise do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. p. 129-138.

_____. **Gênese dos discursos**. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2008b.

MARCELLO, F. A. O conceito de dispositivo em Foucault: mídia e produção agonística de sujeitos-maternos. In: **Educação e realidade**. v. 29, n. 1. 2004. p. 199-213. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/25426>. Acesso em: abril/2021.

MUSSALIM, F. **A problemática da anterioridade discursiva em Análise do discurso: em pauta a dimensão cognitiva da teoria do discurso**. Campinas-SP: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). 2018a. (Projeto de Pós-doutorado).

MUSSALIM, F. Análise do discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina [Orgs.]. **Introdução à linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, v. 2, cap. 4. 2012. p. 113-165.

_____. A dimensão discursiva da cognição ou a dimensão cognitiva do discurso. In: **Caderno de Estudos Linguísticos**. v. 60. 2018b. p. 7-22. DOI <https://doi.org/10.20396/ce.l.v60i2.8651036>

_____. A noção de competência (inter)discursiva como articulador teórico entre fenômenos de ordem ideológica (interdiscurso) e cognitiva (pré-discurso). In: **Estudos da Linguagem**. v. 18, n. 3. 2000. p. 141-151. DOI: <https://doi.org/10.22481/el.v18i3.7950>

NORMAN, A. Cognitive artifacts. In: J. M. Carroll (ed.). **Designing interaction: Psychology at the human-computer interface**. Cambridge: Cambridge University Press. 1991. p. 17-38.

PAVEAU, M. A. **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. COSTA, J. L.; BARONAS, R. L. (Orgs.). Campinas: Pontes Editores. 2021. 417p.

_____. **Os pré-discursos**: sentido, memória e cognição. Tradução de Costa e Massmann. Campinas-SP: Pontes Editores, 2013.

POSSENTI, S. **Questões para analistas do discurso**. São Paulo: Parábola Editorial. 2009a. 183 p.

_____. **Os limites do discurso**: ensaios sobre discurso e sujeito. São Paulo: Parábola Editorial, 2009b. 213 p.

RECUERO, R.; SOARES, P. Violência simbólica e redes sociais no *Facebook*: o caso da *fanpage* “Diva Depressão”. In: **Galáxia**. n. 26. 2013. p. 239-254. DOI <https://doi.org/10.1590/S1982-25532013000300019>

REZENDE, B. **Hipergênero e sistema de hipergenericidade**: análise do funcionamento discursivo do *Facebook*. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2017 (Dissertação de Mestrado). DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.46>

_____. Polêmica discursiva e intertextualidade: em pauta o compartilhamento de notícias na rede social. In: **PERcursos Linguísticos**. V. 6. N. 13. Vitória: UFES, 2016/02 (Revista Eletrônica). Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/13542>. Acesso em: 27 jul. 2022.

_____. Do gênero ao hipergênero, do hipergênero ao sistema de hipergenericidade: um estudo sobre o funcionamento discursivo do Facebook. In: **Domínios de Linguagem**. Uberlândia. v. 13, n. 1, 2019. p. 109-132. DOI <https://doi.org/10.14393/DL37-v13n1a2019-5>

SALGADO, L. S.; DELEGE, M. Mundo ético e mídiom: uma cenografia paulistana para a ciência brasileira. In: **Letras de hoje**. v. 53, n. 3. 2018. p. 374-385. DOI <https://doi.org/10.15448/1984-7726.2018.3.30956>

SAUSSURE, F. **Curso de Linguística Geral**. 28 ed. BALLY, C.; SECHEHAYE, A. (orgs.). São Paulo: Cultrix, 2012. 312 p.

VERONEZ, M. A carta privada de autores consagrados do campo literário: uma abordagem da cena genérica como embreante paratópico - Uberlândia. 2018. 85 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018. DOI <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2018.627>.

_____. Relações e reflexões entre a competência linguística de Noam Chomsky e a competência discursiva de Dominique Maingueneau. In: **Domínios de Linguagem**. Uberlândia: EDUFU. v. 10, n. 3. 2016. p. 1133-1145. DOI <https://doi.org/10.14393/DL23-v10n3a2016-18>